



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0474/14	DATA: 30/04/2014	
LOCAL: Plenário 9 das Comissões	INÍCIO: 10h21min	TÉRMINO: 14h49min	PÁGINAS: 101

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER - Presidenta da PETROBRAS

SUMÁRIO

Esclarecimentos sobre denúncias envolvendo irregularidades nos contratos firmados entre a PETROBRAS e a empresa SBM Offshore, bem como as providências adotadas no âmbito da estatal sobre o assunto; considerações sobre a compra, pela PETROBRAS, da refinaria de Pasadena, no Estado do Texas, Estados Unidos.

OBSERVAÇÕES

Audiência Pública Conjunta das Comissões de Fiscalização Financeira e Controle e de Minas e Energia.
Não foi elaborado roteiro de reunião.
Há oradores não identificados em breves intervenções.
Há intervenções não registradas porque feitas fora do alcance dos microfones.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, declaro abertos os trabalhos desta reunião de audiência pública em conjunto com a Comissão de Minas e Energia destinada a prestar esclarecimentos sobre as denúncias envolvendo contratos firmados entre a estatal PETROBRAS e a empresa SBM Offshore, bem como as providências adotadas no âmbito interno sobre as referidas denúncias e também acerca da operação de compra da refinaria de Pasadena, Texas, Estados Unidos, por parte da estatal brasileira, objeto dos Requerimentos nºs 578, da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, de autoria do Deputado Vanderlei Macris, com texto alterado por acordo com o Deputado Mendonça Filho, para inclusão do tema da refinaria de Pasadena, e 316, de 2014, da Comissão de Minas e Energia, de autoria dos Deputados Bruno Araújo e Antonio Imbassahy, subscrito pelos Deputados Davi Alcolumbre e Geraldo Thadeu.

Já está à Mesa a Presidenta da PETROBRAS, a Sra. Maria das Graças Silva Foster. Gostaria de agradecer em nome de todos os Deputados a presença da Sra. Presidenta, que aceitou o nosso convite para comparecer a esta reunião e prestar os esclarecimentos necessários. Em nome da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados e da Comissão de Minas e Energia, cujo Presidente Geraldo Thadeu está aqui presente, agradecemos, Presidenta, a presença de V.Sa.

Antes de esclarecer como será o funcionamento desta reunião, vou passar a palavra ao Presidente da Comissão de Minas e Energia para que S.Exa. possa fazer a saudação, e, em seguida, darei início aos trabalhos.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Quero cumprimentar aqui o Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, o Deputado Hugo Motta, a quem agradeço o convite para realizar esta audiência pública em conjunto com a Comissão de Minas e Energia.

Quero também agradecer a presença da Presidenta da PETROBRAS, Sra. Graça Foster, que aceitou o convite para estar aqui presente e prestar esclarecimentos às duas Comissões sobre questões que afetam a PETROBRAS, as quais já foram citadas pelo Presidente Hugo Motta.



Quero cumprimentar todas as Deputadas e todos os Deputados, todos os Parlamentares aqui presentes, toda a imprensa e dizer que realmente a presença da Presidenta Graça Foster é muito importante, quanto temos aí, pelos noticiários, tantos assuntos que atingem a PETROBRAS, sendo ela uma empresa que é patrimônio nacional e que nós, brasileiros, sempre estamos preocupados com que ela possa, cada vez mais, seguir o seu rumo de desenvolvimento e de importância para a economia brasileira, daí a importância desta reunião. Tenho certeza de que ela vai ser muito esclarecedora e que nós vamos ter aqui um ambiente de muita importância para os Parlamentares e que todas as questões sejam debatidas.

Quero, então, desejar uma boa reunião a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço ao Deputado Geraldo Thadeu, Presidente da Comissão de Minas e Energia. Aproveito para saudar aqui o Segundo Vice-Presidente, Deputado Felipe Bornier, o Terceiro Vice-Presidente, Deputado Manuel Rosa Neca, da nossa Comissão, que está aqui presente.

Vamos agora aos esclarecimentos sobre o funcionamento da reunião.

Lembro à imprensa aqui presente e às pessoas que estão acompanhando esta audiência pública que a sala ao lado, o Plenário 7, também estará transmitindo esta reunião para conforto de todos, caso os senhores decidam acompanhar os trabalhos na sala ao lado.

Antes de iniciar as exposições, gostaria de propor a este Colegiado os procedimentos a serem adotados nesta audiência pública, de forma a assegurar o bom andamento dos trabalhos.

O tempo reservado para a convidada será de 40 minutos, prorrogáveis, não podendo ser apartada. Houve uma solicitação da convidada para que ela pudesse fazer as explanações necessárias nesse tempo, o qual desde já concedemos.

Então, V.Sa. terá os 40 minutos solicitados para fazer a explanação, tendo em vista que há uma expectativa muito grande na Câmara dos Deputados com a visita de V.Sa. Sem dúvida alguma, é importante que V.Sa. possa sanar todas as dúvidas para as Comissões que estão realizando esta audiência pública.

Encerrada a exposição, falarão os Deputados autores dos requerimentos pelo prazo de 5 minutos. Em seguida, falarão os Líderes inscritos pelo prazo de 5



minutos, não sendo permitidos apartes. Após os Líderes, os Deputados inscritos para as interpelações poderão fazê-lo por 3 minutos, inicialmente os Deputados membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle e os da Comissão de Minas e Energia; posteriormente, os Deputados não membros. A convidada terá igual tempo para responder, facultadas a réplica e tréplica pelo mesmo prazo.

Nós, como de costume, só aceitaremos as inscrições até o término da fala da convidada, em respeito à mesma e em respeito aos Deputados que estão aqui acompanhando verdadeiramente as explanações a serem feitas. Quero que a Mesa fique bastante atenta ao término da fala da convidada, da Presidenta da PETROBRAS, para que a gente tenha um bom andamento.

Esta Comissão tem realizado audiências públicas com Ministros, com convidados desde o início do ano e tem tido uma característica: audiências muito longas em que, na verdade, as interpelações se repetem e tornam a discussão improdutiva.

Então, esta Presidência gostaria de propor no dia de hoje um tempo de duração para que a gente possa se adequar, para que a audiência seja produtiva e atenda às expectativas desta Casa e do povo brasileiro que neste momento nos acompanha, mas que também não evoluamos para uma audiência bastante longa e cansativa em que não tenhamos, na verdade, o objetivo atendido, qual seja o de esclarecermos as dúvidas.

Acredito que, se fecharmos aqui um tempo de, no máximo, 4 horas de duração seria, digamos, suficiente para atender às interpelações dos Srs. Deputados e tornar a audiência produtiva.

Indago ao Plenário se está de acordo com esse tempo, para que a gente possa, a partir de agora, começar a cronometrá-lo.

Não havendo quem queira discutir, está decidido: esta audiência pública terá 4 horas de duração.

Quero informar a algumas pessoas que estão sentadas nas bancadas que a prioridade dos assentos é dos Parlamentares. Peço, por gentileza, a essas pessoas que cedam os assentos aos Parlamentares que irão participar desta audiência pública, ainda mais porque hoje temos aqui duas Comissões funcionando no mesmo plenário.



Então, ao mesmo tempo em que peço desculpas, explico que devemos dar prioridade aos Parlamentares. Como no Plenário 7 todos poderão acompanhar o andamento da reunião, os senhores e as senhoras poderão ir ao plenário ao lado e acompanhar o andamento desta audiência pública.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pois não, Deputado Macris.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Presidente, V.Exa. já falou basicamente sobre a mecânica de funcionamento, mas eu gostaria de fazer uma pergunta: dentro do meu tempo regulamentar eu poderia estabelecer perguntas e respostas à nossa convidada?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. adotou esse comportamento na última reunião com o então ex-Diretor da PETROBRAS, Sr. Nestor Cerveró, e ele se dispôs a responder a V.Exa. dessa maneira. Claro que, por parte desta Presidência, não há nenhum problema, mas fica também a cargo...

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Sr. Presidente, não é regimental. À intervenção do Parlamentar há réplicas e tréplicas. Não é regimental. Torna-se socrático o método. Fazer-se a pergunta, responder; perguntar de novo, termina como monopólio de um Parlamentar. Vamos seguir o Regimento: réplicas, tréplicas...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, o pessoal do PT não precisa ficar nervoso; não precisa ficar nervoso...

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Não estou nervoso. Só estou pedindo...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - É apenas uma indagação ao Presidente sobre se é possível ou não...

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Presidente, do ponto de vista regimental...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - ... fazer pergunta e receber a resposta dentro do meu tempo, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu vou estabelecer, Deputado Mendonça. A Presidência irá colocar como vai ser o funcionamento, porque cabe a



ela determinar como serão os trabalhos. E eu não ficarei aqui nesta batalha entre Governo e Oposição, que, na verdade, só atrasa o início da audiência pública.

Então, deixarei a cargo da Presidenta, que é a nossa convidada, aceitar ou não esse método. Então, a Presidenta fique à vontade. Geralmente, Presidenta, nós adotamos aqui o método de bloco, de cinco Parlamentares, com V.Sa. tendo, ao término, igual tempo para responder aos Deputados. Há uma solicitação do Deputado Macris de, durante o seu tempo, fazer perguntas para que V.Sa. responda, mas fica a seu cargo responder. Fique então extremamente à vontade para responder ou não. Acredito que isso, sem dúvida alguma, é o mais democrático possível.

Vamos dar seguimento à audiência pública.

Passo então a palavra à nossa convidada, a Sra. Maria das Graças Foster, Presidenta da PETROBRAS...

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Quero fazer uma proposta a V.Exa. Como são duas Comissões, peço a V.Exa. que alterne o uso da palavra, um membro da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle e um membro da Comissão de Minas e Energia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Esse pedido já foi feito pelo Presidente da Comissão de Minas e Energia e nós já o acatamos.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra a Presidenta Graça Foster, pelo tempo de 40 minutos.

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER - Bom dia a todos os presentes! Um especial bom-dia ao Sr. Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, Deputado Hugo Motta — muito obrigada por me convidar —; ao Sr. Deputado Geraldo Thadeu, Presidente da Comissão de Minas e Energia; e ao Secretário desta Mesa, o Sr. Antônio Gomes.

Eu vou fazer uma apresentação sobre Pasadena e sobre a SBM. Ao final, respondo as perguntas. Pasadena demanda um pouco mais de tempo, e eu vou dedicar esses 40 minutos à Pasadena.

Eu começo esta apresentação aos senhores e às senhoras falando da visão do ano de 2013, porque depois eu vou falar da visão de 1999 a 2004. Mas a visão



do ano de 2013 sobre o planejamento estratégico da PETROBRAS é uma visão de uma indústria de petróleo de longo termo, de longo prazo, em que, na projeção de PETROBRAS e projeção de outros previsores, o Brasil, em 2030, estará produzindo 5,2 milhões de barris de petróleo por dia, e a PETROBRAS trabalha para produzir no Brasil 4 milhões de barris de petróleo por dia.

Essa produção de petróleo que já fazemos, essa produção de petróleo para 2020 já é uma produção contratada. Os serviços, as atividades para alcançarmos 4,2 milhões de barris de petróleo em 2020 estão quase que na sua totalidade já contratados na data de hoje. Uma produção maior de petróleo nos leva, nos faz alcançar uma produção de derivados também maior. E nós temos no nosso planejamento estratégico de 2013, olhando para o horizonte de 2030, uma possibilidade de estarmos refinando no Brasil 3,9 milhões de barris de petróleo por dia. Então, falo de uma produção de 4 bilhões, 4,2 bilhões e, em 2020, de refino de 3,9 milhões de barris.

Evidentemente, há uma forte demanda por investimentos. Nós temos no Plano de Negócios e Gestão 220,6 bilhões de dólares aprovados para os anos de 2014 a 2018. A capacidade de investimento da PETROBRAS é uma realidade. Ano passado nós investimos 48 bilhões de dólares num único ano. Somos a empresa de petróleo de capital aberto que mais investe no mundo. Estamos muito próximos da Exxon e da Shell, que investem um pouco menos que nós.

Assim, com esse plano concluído no ano passado, nós temos uma mudança efetiva em relação à estratégia de refino. Esse Plano aponta que nós estaremos construindo mais refinarias no Brasil.

Além da RNEST, em Abreu e Lima, além da COMPERJ, no Rio de Janeiro, nós estaremos iniciando nas próximas semanas o processo licitatório da Premium I, no Maranhão, e da Premium II, no Ceará. Assim, nós estaremos atendendo a uma forte demanda do mercado interno de combustíveis com derivados refinados no Brasil. Isso é possível hoje e tem sido possível nos últimos 2 ou 3 anos essa inversão.

Em 1999, a orientação era a de que fôssemos para fora do Brasil, porque não tínhamos descobertas relevantes como temos hoje a do pré-sal. E fomos buscar refinarias no exterior.



Em 2004, foi mantida a mesma estratégia e, na sequência, em 2006, pela descoberta do pré-sal e pela efetiva produção, nós temos a convicção de que temos petróleo, produção e conhecimento para refinar no Brasil.

(Segue-se exibição de imagens.)

Bom, neste eslaide apresentamos um resumo do que eu coloquei.

A orientação em 1999 e a confirmação dessa estratégia no ano de 2004 apontava para que nós deveríamos expandir a produção, com o refino fora do Brasil. E, dessa forma, em 2001, a PETROBRAS fez a aquisição da refinaria de Bahia Blanca, uma troca de ativos Repsol-YPF com PETROBRAS.

Na sequência, São Lourenço. Quando da aquisição da Pérez Companc, uma grande empresa de energia atuante principalmente na América Latina, no ano de 2002, nós fizemos no grande pacote a aquisição de São Lourenço. E, também, em 1999, adquirimos duas refinarias na Bolívia, a Refinaria de Santa Cruz e a Refinaria de Cochabamba, também na Bolívia. Então quatro refinós no exterior, em função de uma estratégia de 1999 confirmada em 2004.

Essa é a capacidade de refino no exterior: 127 mil barris por dia de refino, iniciada a prospecção em 1999.

Houve desinvestimentos. A Refinaria de São Lourenço, na Argentina, foi desinvestida em outubro de 2010. Em relação às refinarias da Bolívia, houve uma recompra dessas refinarias pela YPFB, em virtude da nacionalização do segmento de energia pela Bolívia.

E nós temos refinarias no exterior, hoje, com capacidade de 230 mil barris por dia de refino, com a Refinaria Bahia Blanca, cuja aquisição, como eu disse, fizemos no ano de 2001; a Refinaria de Pasadena, quando houve dois momentos de aquisição, no ano de 2006; e, depois, no ano de 2012, e a Refinaria de Okinawa, a Refinaria Nansei, no Japão. Essa foi uma refinaria de dois momentos de aquisição: em novembro de 2007, 87,5%, e depois 12,5%, aquisição feita já no ano de 2010.

Assim, o nosso portfólio de refino no exterior, incluindo a Refinaria de Pasadena, antes de 100 mil barris por dia, totaliza hoje 230 mil barris por dia.

Seguindo, vamos evidentemente focar a apresentação no projeto de Pasadena. Aí está um eslaide escuro, mas muito interessante. Ele demonstra o que



é esse *hub* onde está localizada a Refinaria de Pasadena, e essa refinaria, como eu disse, segue estratégias de aquisição: 1999 e 2004.

Interessante um exemplo que eu dou: a Refinaria de Pasadena...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) – Perdoe-me, Presidenta. Eu gostaria de pedir que aumentem um pouco o som e pedir a colaboração da Comissão e da plateia e que fizesse silêncio, para que a explanação feita por nossa convidada seja bem clara e que todos possam ouvi-la. Agradeço.

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER - Então, senhores, retomando, esse *hub* onde está essa Refinaria de Pasadena é um complexo de sete refinarias, é um complexo onde se tem vários armazenamentos.

E, para uma melhor visualização disso, devo dizer que hoje no Brasil nós temos a capacidade — a PETROBRAS —, com 12 refinarias, de processar 2,15 milhões de barris de petróleo por dia — e isso com essas refinarias que nós temos.

Esse *hub* onde está localizada Pasadena equivale ao mesmo que todas essas refinarias que temos numa mesma região. Então, no *hub* onde está Pasadena também se faz refino em um número muito próximo: 2,10 milhões de barris de petróleo por dia são refinados nesse *hub*.

Esse é um dos *hubs* com o maior e o melhor movimento de combustíveis. Não basta termos uma refinaria para ela ser competitiva; é preciso ela estar bem posicionada para que possamos dar o escoamento de todo esse refino produzido.

A posição dessa refinaria é importante. Os Estados Unidos consomem em torno de 19 milhões de barris de petróleo por dia e praticamente o mesmo volume de refinados, de derivados, 18 milhões. E esse *hub* onde está a nossa refinaria processa 2 milhões. Ele tem toda uma infraestrutura muito importante. É uma refinaria localizada num terreno que nos permite até, como nós pretendíamos no passado, fazer uma expansão da capacidade de refino.

Bom, nós mostramos agora um pouco do que é a questão do óleo leve, do que é a questão do óleo pesado e de como evoluíram as nossas margens. A PETROBRAS produz e produzia mais petróleo pesado.

Naquela época, nos anos de 2004, 2005, 2006, a nossa capacidade de processar petróleo pesado era menor do que é a nossa capacidade hoje. O nosso petróleo era um petróleo descontado, ou seja, na hora de entregar o petróleo, de



comercializar o petróleo, nós tínhamos que fazer um desconto desse valor para os refinadores. Então, correta a estratégia de 1999, correta a estratégia do ano de 2004 de levarmos esse petróleo para o exterior.

Mas o que é um óleo leve? Nós vamos falar em margens de refino para óleo leve, para óleo pesado, e é importante guardarmos um número: o óleo leve é aquele que tem um grau API maior que 30; óleo pesado é aquele cujo grau API é menor que 22. Isso é um indicador de ser um óleo leve e um óleo pesado.

Nessa busca que fizemos, que prospectamos no exterior, nós tivemos acesso a várias refinarias, fizemos propostas e ganhamos alguns indicativos positivos, outros negativos. O fato é que era mesmo importante para o Brasil, para a PETROBRAS, alcançar um parque de refino no exterior para óleo pesado.

Tivemos um trabalho bastante exaustivo de inteligência dentro da PETROBRAS. Contratamos a Consultoria McKinsey, contratamos a Cera, que é uma das consultorias mais poderosas, com maior conhecimento, com maior nível, maior *network* no mundo, e a sinalização era muito positiva. As economias mundiais cresciam sobremaneira. As margens crescem, e o consumo de petróleo aumenta. Os valores pagos por esse petróleo aumentam, e as margens de refino também.

A parte azul clara, a parte de cima, é o petróleo leve; a parte de baixo é o petróleo pesado. Então, nós queríamos capturar a diferença de margem entre o petróleo leve e o petróleo pesado. E, assim, fizemos uma prospecção das oportunidades, em especial nos Estados Unidos, principalmente nos anos de 2004 e 2005.

Em fevereiro de 2005, a Astra manda uma carta convidando a PETROBRAS para desenvolver parceria em refino nos Estados Unidos. Repito: parceria no refino, parceria na *trading*, na comercialização. Ela estava e está muito bem posicionada nesse *hub*, um dos maiores *hubs* de movimentação de petróleo e derivados do mundo.

Em 3 de fevereiro, ou seja, praticamente 1 ano depois que recebemos a carta da Astra, a nossa companhia, a Diretoria da PETROBRAS levou ao Conselho de Administração uma proposta para aquisição de 50% de uma refinaria e de 50% da *trading* que seria instituída na parceria PETROBRAS e Astra. Assim, deveríamos



trabalhar juntos, PETROBRAS e Astra, Astra e PETROBRAS, já que era uma parceria de 50%, para que nós promovêssemos um *revamp*.

O *revamp* significa, naquela refinaria que processa uma determinada carga de petróleo, pegarmos aquele petróleo, trabalharmos suas moléculas através de diversos processos dentro dessa refinaria — e esse processo se chama *revamp*, a colocação de diferentes unidades de processo —, para que nós pudéssemos capturar esse resultado, que é exatamente a diferença entre as margens de petróleo pesado, que a refinaria de Pasadena não faz, e as de petróleo leve, que a refinaria de Pasadena faz.

A avaliação desse negócio foi contratada junto ao Citigroup. Ele fez uma série de ressalvas, e essas ressalvas são absolutamente recorrentes em vários projetos que a indústria de energia faz. Ele tem a responsabilidade sobre os dados dele. O Citigroup, efetivamente, com ressalvas ou sem ressalvas, emitiu uma certificação, um comunicado, uma carta à PETROBRAS, dizendo que, sim, era justa, do ponto de vista financeiro, aquela aquisição pela PETROBRAS.

Bom, de posse de toda essa documentação, a Diretoria da PETROBRAS encaminhou ao Conselho de Administração da PETROBRAS. A Diretoria da Área Internacional encaminhou à Diretoria da PETROBRAS uma proposição de aquisição de 50%, e essa proposição foi encaminhada ao Conselho de Administração através de um resumo executivo. Nesse resumo executivo, e na apresentação feita pela Área Internacional ao Conselho de Administração, uma apresentação em Power Point como esta, não constavam duas cláusulas que nós imputamos de grande relevância: a cláusula de *Put Option*, que é uma cláusula bastante conhecida, que promove a saída do parceiro; e a cláusula Merlin, que garante uma rentabilidade tanto à PETROBRAS América quanto à Astra, aos donos dessa refinaria.

Importante dizer que a cláusula de *Put Option*, ainda que seja uma cláusula bastante comum, é uma cláusula de absoluta relevância, porque ela precifica a saída do outro.

Nessa reunião, a proposição que foi aprovada pelo Conselho de Administração da PETROBRAS — porque ele autoriza, nos termos do resumo executivo relativo à matéria — foi exatamente o que está escrito neste trecho desta ata: adquirir, por intermédio da PETROBRAS América, 50% dos bens e direitos de



Pasadena, a PRSI; e participar, através da PAI, com 50% nessa *trading* que seria formada por essa parceria, pela PETROBRAS e pela Astra.

Não há, e isso também é extremamente importante, menção às cláusulas, como eu disse, e não havia nenhuma citação nem intenção manifesta da compra dos 50% remanescentes da refinaria de Pasadena. Ou seja, em nenhum momento se falava que deveria ou poderia ou seria feita a aquisição dos 50% restantes das ações dessa refinaria.

Este *slide* é de profunda importância. Ele esclarece de uma forma que nós compreendemos como bastante didática o que é *Put Option* e cláusula Merlin, porque muito falamos de *Put Option* e de cláusula Merlin, e algumas vezes eu tenho a impressão de que não há um conhecimento comum entre todos que falam dessas cláusulas. A Cláusula de *Put Option*, ou Opção de Venda, confere ao seu detentor o direito, mas não a obrigação, de vender o seu ativo, sob condições previamente fixadas. A *Put Option* foi prevista como contrapartida à Astra para o direito de a PETROBRAS América de, existindo situação de impasse, superar a sócia belga na tomada de decisões, impondo a sua vontade.

Então, de um lado, a PETROBRAS tinha o direito da decisão, e, de outro lado, a empresa Astra tinha o direito de sair do negócio. É algo que parece razoável do ponto de vista teórico, do ponto de vista objetivo. A PETROBRAS não tinha direito a *Put Option*, porque a Astra não tinha o direito de impor suas decisões à PETROBRAS, tão simples quanto isso. A PETROBRAS tinha o direito de impor; e a outra, o direito de sair, vendendo sua parte. A Astra não tinha o direito de fazer imposições à PETROBRAS.

Com relação à Cláusula Merlin, esta cláusula garantiria aos sócios da Refinaria, não só à Astra, mas também à PAI — PETROBRAS America Inc., a rentabilidade mínima de 6,9% a partir da execução do projeto de *revamp*. O princípio desse projeto era, para estar completo, que se fizesse o *revamp*. A Refinaria de Pasadena, à época e hoje, não processa óleo pesado porque o *revamp* não foi feito. Esse era o princípio da parceria dos dois lados. Embora não tenha sido efetivada devido a não realização do investimento no *revamp*, a Cláusula Merlin viabilizou o negócio entre as partes, uma vez que permitiu a captura do valor da *revamp*, influenciando a precificação do ativo na sua aquisição.



Então, essa Cláusula Merlin viabilizou o negócio tanto para a PAI quanto para a Astra, já que garantia a ambas uma rentabilidade mínima.

A integração. Essas cláusulas não estão desconectadas uma das outras. As cláusulas de Put Option e Merlin, combinadas, precificaram e valorizaram os 50% iniciais de 2006, mais os 50% remanescentes, em 2009, das ações de Pasadena, por conta do valor intrínseco do pretendido *revamp* para processar óleo pesado de Merlin, bem como pela expansão da capacidade do refino.

O projeto que se planejou fazer foi, sim, um projeto de grande valor econômico, um projeto de uma *revamp* de uma refinaria que não mais processaria óleo leve, mas, sim, óleo pesado de margens bastante competitivas e atrativas, como eu vou mostrar.

Assim, nós vamos acompanhar este histórico. A partir de setembro de 2006, no *closing*, no fechamento da operação 1 ano após, em setembro de 2007, a PAI, a PETROBRAS America, informa a nós, PETROBRAS, a conclusão do projeto de *revamp* de Pasadena e coloca para a PETROBRAS e também para a Astra que ela havia decidido, a PETROBRAS, aumentar o projeto de 100 mil barris para 200 mil barris por dia. Não só fazer a *revamp*, mas duplicar a capacidade dessa Refinaria, por conta das margens extremamente atrativas e competitivas no ano de 2007.

Em dezembro de 2007, a diretoria da área internacional acorda com a Astra uma carta de intenções no valor aproximado de 783 milhões de dólares, para a compra dos 50% remanescentes.

Em março, maio e junho de 2008, a diretoria submete ao Conselho de Administração da PETROBRAS a matéria para aprovação, e o CA não aprova a aquisição dos 50% das ações remanescentes.

Após a negativa do Conselho em 2008, a Astra se afasta da gestão da Refinaria, não comparecendo mais às reuniões para tratar do dia a dia dessa Refinaria. Por conta disso, a PETROBRAS inicia um processo arbitral para obrigar a Astra a participar da gestão da sociedade dos aportes, bem como tornar sem efeito a carta de intenções que viabilizaria os outros 50% remanescentes da Refinaria.

Em julho de 2008, após a PETROBRAS iniciar o processo arbitral, a Astra exerce cláusula de saída, a cláusula de Put Option. A PETROBRAS tinha o direito de tomar a decisão de fazer 100 mil barris, de fazer a *revamp*, de fazer uma *revamp*



para 200 mil barris. Aí a Astra disse: *“Eu não quero, eu saio”*. E exerceu aquilo que era previsto em contrato, a cláusula de saída, a cláusula de Put Option.

Em outubro de 2008, um laudo arbitral reconhece a validade da Put Option e a PAI, a PETROBRAS America, passa a controlar 100% da operação dessa Refinaria.

Na sequência, em abril de 2009, vem o laudo arbitral definitivo, que estabelece o valor de 639 milhões de dólares para os 50% restantes de Pasadena.

Ainda em abril de 2009, PETROBRAS e Astra questionam o valor do laudo arbitral. Os pleitos do que a Astra queria iam além dos 639 milhões de dólares estabelecidos pelo árbitro: se nós pagássemos os 639 milhões de dólares naquele momento, a Astra ainda corria, em paralelo, com pleitos de 320 milhões de dólares adicionais. Então, não era pagar os 639 milhões de dólares que o painel arbitral estabelecia, mas, sim, correr com outro processo em paralelo.

Em janeiro de 2011, a PETROBRAS recorre à Corte de Apelações.

Em junho de 2012, a diretoria e o CA aprovam a negociação extrajudicial, no valor de 820,5 milhões de dólares.

Reparem os senhores que, a partir de 2009, com a crise econômica, as margens descem; cria-se um grande vale nas margens — mais tarde, elas voltam a subir —; várias refinarias fecharam as portas.

Quanto se pagou pela Refinaria de Pasadena? Pela Refinaria, não pela Trading, a PETROBRAS, por 100% das ações, 554 milhões de dólares. Quanto se pagou pela Trading? Cem por cento das ações da Trading, 341 milhões de dólares, mais 354 milhões de dólares que foram gastos com outras aquisições.

Quanto a Astra pagou por Pasadena, estimados, porque nós temos dito que temos um processo, uma comissão de apuração interna da PETROBRAS, prevista para concluir suas atividades na segunda semana de maio? Nós, neste momento, classificamos como estimado o valor de 360 milhões de dólares. Isso foi o que a Astra pagou à Crown, que era a antiga proprietária.

Essa composição é constituída de três etapas de pagamentos à Crown: compra de estoques; compra de estoques da refinaria e controles relacionados, estimados em 104 milhões de dólares; pagamentos mensais para a elevação da carga. É muito importante dizer que essa carga, antes da Pasadena da



PETROBRAS, antes de a Astra tê-la comprado da Crown, esta Pasadena trabalhava em vários ciclos, ela não fazia 100 mil barris de petróleo por dia, ela fazia de 30 a 60 mil barris de petróleo. A Astra fez um contrato de serviços que, na verdade, incluía pagamentos de equipamentos, materiais, para que essa Refinaria alcançasse 100 mil barris por dia. Então, não são apenas serviços de uma refinaria que já fazia 100 mil barris por dia; essa Refinaria fazia de 30 a 60 mil.

Pagamentos mensais. Ao final, como se fosse uma operação de *leasing*, veio uma diferença prevista em contrato de 42,5 milhões, mais 22 milhões. Dessa forma, a Astra fechou com a Crown a aquisição de 100% da Refinaria.

Na transação com a PETROBRAS, a Astra ainda investiu — aí já não mais Crown, mas a Astra — 112 milhões de dólares para trazer essa Refinaria para um patamar de 100 mil barris, que era o que interessava à PETROBRAS.

Caminhando, nós temos este gráfico. Quando a gente faz uma aquisição — e a PETROBRAS já fez dezenas e já fez desinvestimentos —, o que se considera, principalmente, é quanto o mercado negociou de ativos iguais, ativos semelhantes, ativos proporcionais, ativos que alcançariam, mediante um *revamp*, um patamar operacional que traria um valor econômico, um valor presente líquido que atendesse aos anseios da economia.

Este gráfico é importante de se observar. Eu chamo a atenção dos senhores para o lado direito, margem de refino, em amarelo. Olhem a amplitude e quanto valiam, neste período, as margens que se alcançavam de óleo pesado, que é o que a PETROBRAS queria. Em verde, embaixo do amarelo, com uma diferença bastante grande, as margens de óleo leve. Pasadena fez e só processa óleo leve. Nós queríamos capturar o óleo pesado.

Olhem o que a gente chama de múltiplo, que significa exatamente o investimento em dólares por barril, quantos dólares se paga por um barril de óleo refinado. Na transação da Astra com a Crown, foram pagos 2.445 dólares por cada barril. Isso em 2004. Os senhores percebam que aquelas barrinhas azuis ao lado da verde mostram que eram operações semelhantes, de mesmo valor. As margens não estavam tão elevadas.

Na sequência, a partir de 2005, até meados de 2008, as margens crescem. Passa o ano de 2005 e, depois, no ano de 2006, a PETROBRAS paga à Astra 7.180



dólares por cada barril. E observem os senhores que este pagamento foi coerente com outros múltiplos, com outras operações no mesmo período. Para óleo pesado, inclusive, os valores foram mais altos. Por quê? Nós pagamos à Astra um valor adicional de um novo projeto que seria constituído.

Na sequência, a partir de 2008, há uma queda violenta dessas margens. No meio do caminho, já em 2006/2007, iniciou-se a dificuldade com a Astra. Já em 2007/2008, a PETROBRAS descobre o pré-sal e vem a decisão de investir em refino no Brasil. E o mais importante de tudo isso é que as margens caem a valores insustentáveis. Havia, sim, o compromisso contratual da compra dos 50%; foi aplicada a equação da Put Option; e nós pagamos, nos adicionais, 9.320 dólares. Na média, entre o que pagamos pelos 50% iniciais e os 50% finais, foram pagos 8.250 dólares por barril, o que está, de novo, perfeitamente enquadrado nos múltiplos, nas referências de aquisições daquele período.

Refinaria de Pasadena. Números recentes que foram colocados por nós PETROBRAS, colocados pela imprensa nos últimos dias. Investimentos para manter o ativo Pasadena em condições adequadas de operação: de 2006 até 2013, foram investidos — investidos, a palavra é esta de fato — 685 milhões em cima do valor da aquisição. Então, o valor da aquisição total que pagamos à Astra foi de 1,249 bilhão de dólares. E nós investimos, por ano, 86 milhões de dólares nesses 8 anos, totalizando 685 milhões de dólares. Isso é pouco? Isso é muito? Como é que são as nossas refinarias semelhantes no Brasil? É o próximo eslaide.

Aí eu trago aos senhores: Refinaria de Capuava, em São Paulo, uma refinaria de 53 mil barris; Refinaria Gabriel Passos, uma refinaria de 151 mil barris; Refinaria Presidente Bernardes, uma refinaria de 170 mil barris. Esses 86 mil barris nós comparamos aos 35 milhões que pagamos por uma refinaria todo ano. Isto não é investimento para expansão, é só para funcionar de forma segura: 35 milhões de dólares para uma refinaria de 151 mil barris. Todo ano, a PETROBRAS investe 71 milhões de dólares nas suas refinarias. Para uma refinaria como a RPBC, de Cubatão, foram 77 milhões de dólares. Então, pagar 86 milhões de dólares para Pasadena não é tão diferente daquilo que pagamos no Brasil, para manter as refinarias.



Esse valor sai de 70 milhões de dólares e vai para 380 milhões de dólares por ano, quando se trata de fazer expansão e melhorar a qualidade. Mas eu não estou considerando isso aqui.

Então, botar 88 milhões lá em Pasadena, uma refinaria mais velha do que as nossas, que também não são novas... A última refinaria que nós fizemos foi há 35 anos. Mas nós conhecemos o histórico de manutenção das nossas refinarias. É razoável que nós façamos esses investimentos de 80 milhões de dólares, que eu não chamo de investimentos adicionais, porque nós não estamos adicionando ao valor das nossas refinarias esse investimento que fazemos para fazê-las operar adequadamente.

Perdas registradas no balanço. Perdas também colocadas, de forma adequada, pela imprensa, através das comunicações e das trocas de informações que fazemos com a imprensa. Eu havia comunicado esses dois valores, tanto este de 685 milhões de dólares de investimentos quanto o de 530 milhões de dólares de baixa no valor de Pasadena, quando eu tive o privilégio de estar no Senado, no dia 15 de abril. Nós demos baixas de 530 milhões de dólares já no ano de 2008; depois, no ano de 2009; e no ano de 2012.

Senhoras e senhores, por que nós demos baixas? O que aconteceu? O que levou a essa perda logo depois das aquisições? Primeiro, nós não fizemos o *revamp* de 100 mil barris. O projeto que a PETROBRAS pagou, que ela valorizou junto à Astra, não foi realizado. O projeto da PETROBRAS é um projeto com *revamp* para 100 mil barris. Nós não realizamos o projeto e nós não capturamos a margem.

Houve, além disso, outros dois princípios importantes: queda das margens do refino; e, principalmente, queda do consumo de derivados. Só nos Estados Unidos, são menos 1 bilhão de barris por dia até hoje, considerando-se a época da crise. E não há perspectiva de esse volume ser retomado.

Perdas já registradas poderão ser revertidas? Total e parcialmente. Para isso, algumas condições precisam acontecer: melhora das margens de refino, e as margens estão melhorando; aumento do consumo de derivados, e o consumo de derivados não está aumentando nos Estados Unidos; e novos projetos de investimento. A PETROBRAS tem novos projetos de investimento. São investimentos que variam de 20 a 30 ou 35 milhões de dólares, possíveis de serem



feitos em Pasadena, e até investimentos maiores. Porém, nós temos que questionar — e fazemos isso de uma forma muito disciplinada: *“Este dólar que eu invisto aqui, onde ele me dá o maior resultado: se eu investir em Pasadena ou se eu investir aqui?”* Então, essa questão é feita o tempo todo. Esse resultado pode ser recuperado total ou parcialmente, mas não é o desejo da PETROBRAS. O mercado tem que reagir.

Com relação à avaliação do desempenho do negócio de Pasadena — já estamos caminhando para o final —, existem dois momentos muito claros. Existe um primeiro momento que é até 2008, então, até 2008, o negócio Pasadena era potencialmente bom. Por que potencialmente bom? Porque, nas condições econômicas da época, com aquelas margens de refino absolutamente relevantes — aquele amarelo com aquele verde — ela era, até 2008, potencialmente econômica. E era potencialmente econômica não por isso principalmente, mas porque nós faríamos o *revamp* da Refinaria para processar óleo pesado. E nós não o fizemos.

Então, naquele momento lá atrás, de 2006 até 2008, o negócio era potencialmente bom. Após 2008, o negócio é de baixo retorno, ele é um negócio de baixo retorno. Por que de baixo retorno? Porque as margens foram reduzidas; porque o mercado caiu, a gente não tem o mesmo mercado lá; porque nós não fizemos o *revamp* da Refinaria. Então, o projeto é outro. Não só não fizemos o *revamp*, como também o mercado compra menos, como também as margens são menores.

O que acontece daqui para frente? Existe um lucro líquido em janeiro, em fevereiro e em março, positivo. Decorrente do quê? Decorrente de uma produção excepcional de óleo leve, óleo não convencional, aquilo que se chama *light oil*. Existe, hoje, uma grande produção de óleo leve naquela região onde está o *hub* de Pasadena. E quem está ali, como nós estamos, captura esse óleo leve e faz um bom negócio de refino com ele, porque a Refinaria de Pasadena é para óleo leve.

Senhoras e senhores, nós estamos, desde o mês de novembro de 2012, sistematicamente, de forma absolutamente disciplinada, atendendo aos órgãos de controle, aos requerimentos de informação que são passados à PETROBRAS sistematicamente. É um projeto que demanda muitas informações. Nós temos um



grupo dedicado a Pasadena, para prover a todos aqueles que nos questionam sobre Pasadena.

Então, do ponto de vista de Pasadena, eu termino esta apresentação. Eu queria pedir ao ilustre Presidente que me concedesse 5 minutos — e eu prometo que serão 5 minutos — para eu falar do desempenho da PETROBRAS. O senhor me concede? *(Pausa.)*

Muito obrigada.

PETROBRAS. Nosso crescimento medido por vários indicadores. Nós fizemos uma publicação ontem, que está em todas as redes sociais, de uma forma bastante didática. É um texto simples sobre a nossa produção no pré-sal. Nós tivemos um crescimento, no ano de 2014, em relação ao ano de 2013, de 41%. É esta curva que aí está. O pré-sal é uma realidade.

As nossas reservas provadas cresceram, do ano de 2003 para o ano de 2013, 27%. Nós tínhamos 12,6 bilhões de barris de óleo equivalente; hoje, nós temos reservas provadas de 16 bilhões de barris de óleo equivalente; e temos um volume potencialmente recuperável hoje, incluindo essas reservas de 16 bilhões, de 27,4 bilhões.

A entrega de gás natural cresceu 174% de 2013 a 2014. Hoje, nós entregamos ao mercado duas vezes mais o volume que nós importamos da Bolívia, nós entregamos mais 60 milhões de metros cúbicos/dia ao mercado. Isso, em 10 anos, é um volume extremamente expressivo.

Este eslaide da produção de derivados é excepcional, porque nós saímos de 1,63 milhão de barris de petróleo refinado por dia para 2,15 milhões em 2014. E aqui não tem nenhuma refinaria nova; é otimização, é investimento na *performance*. Nós fizemos mais 500 mil barris de petróleo por dia em refino, com o mesmo número de refinarias. Isso é um excepcional trabalho da equipe técnica da PETROBRAS. Tem muito investimento aqui, mas é um investimento que justifica, pois que temos mais refino no Brasil.

Terminando, senhores, venda de derivados da PETROBRAS. Quanto à venda de derivados da PETROBRAS, nós temos praticamente 100% do mercado, para não dizer 100%, porque o mercado é aberto e pode haver importação. Mas, hoje, eu diria



que, no mercado de combustíveis, os principais mercados de derivados, nós temos 100% do mercado. O nosso mercado cresceu 3%.

Por que o mercado das outras *majors*, Exxon, Chevron, Shell, British Petroleum, BG, cresceu 5%, 2%, 1%. Porque as economias dos países em que elas atuam encolheram, e a nossa economia demanda mais derivados.

O lucro líquido da PETROBRAS em reais, do ano de 2013 para o ano de 2012, cresceu 11% — em dólares, 1%; em reais, 11%. Com relação às outras todas, o lucro líquido da Exxon caiu 27%; o lucro líquido da Chevron caiu 18% ; e o lucro líquido da Shell caiu 39%. Aqui nós vemos muitos desinvestimentos e algumas aquisições da BP. Houve, sim, um crescimento bastante grande, mas por conta de movimentações financeiras entre ativos, desinvestimentos e investimentos.

Por que caiu tanto o lucro dessas empresas? Pelas razões que nos impactam também: custos; o CAPEX muito grande no mundo inteiro; uma queda de produção bastante expressiva. Essas empresas caíram, em algumas situações, 400 mil barris por dia, 350 mil barris por dia. É uma queda bastante significativa. E, com mais custos e menos produção, você tem uma queda bastante grande.

A PETROBRAS é a empresa que mais investiu nos últimos 2 anos. Nós investimos 91 bilhões de dólares; a Exxon investiu 82 bilhões de dólares. Ficamos muito próximos. Com essa diferença entre duas grandes operadoras, nós podemos dizer que são investimentos bastante assemelhados.

Dívida da PETROBRAS. Nós temos uma dívida bruta de 268 bilhões de reais. Essa é uma dívida para crescer, é uma dívida para produzir o que nós vamos estar produzindo. E já estamos crescendo a produção total nas próximas semanas, por conta do pré-sal principalmente.

Reparem os senhores que, no Plano de Negócios e Gestão 2014-2018, nós não temos mais crescimento da dívida. Por quê? Porque a nossa produção de petróleo aumenta, porque a produção de refino aumenta com a RNEST e com o COMPERJ entrando. É preciso que haja convergência de preços para que, com mais produção, com mais refino, com maior aproximação com o mercado internacional, a gente traga os resultados necessários, que estão mapeados, que estão quantificados.



A partir do ano de 2015, o ano que vem, o fluxo de caixa da PETROBRAS será positivo, ou seja, o que a gente gerar de receita será maior do que o investimento que nós aplicamos.

Última frase, para concluir: quinze bancos acompanham a PETROBRAS. Cinco desses quinze bancos dizem aos acionistas, ao mercado: *“Comprem ações da PETROBRAS”*. Dez bancos dizem: *“Mantenham as ações da PETROBRAS”*. Por quê? Porque estão vendo a produção crescer, porque estão vendo o refino crescer e sabem da importância da convergência de preços. Então, eles colocam desta forma: *“Mantenham as ações da PETROBRAS”*.

É interessante ver também que, do dia 17 de março para o dia 29 de abril, ontem, as nossas ações tiveram um crescimento de 41%.

Então, senhores, eu agradeço a todos que me escutaram, agradeço ao Sr. Presidente, agradeço pelos 5 minutos adicionais para que eu pudesse falar de alguns números simples de PETROBRAS.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Sr. Presidente, a Presidente da PETROBRAS podia apresentar quais são os bancos. Eu consultei três que pediram de forma reservada e fizeram críticas profundas à PETROBRAS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Quando V.Exa. for fazer uso da palavra, V.Exa. coloca o seu ponto de vista.

Passemos agora ao debate. Para que este Presidente e esta Presidência não tenham que usar o que é regimental, eu quero informar que nós não daremos nem 1 segundo a mais do que o tempo regimental de que V.Exas. dispõem, para que o tema fique bem esclarecido e para que nós possamos ter uma audiência produtiva.

V.Exas. aqui falam e voltam para os seus Estados, mas nós ficamos aqui, acompanhando até o final. Então, nós queremos uma audiência que seja produtiva para o povo brasileiro.

Passo a palavra ao Deputado Vanderlei Macris, autor do requerimento. V.Exa. tem até 5 minutos. Eu quero pedir que o cronômetro, hoje, funcione como nunca. V.Exa. tem a palavra.



O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Antes de correr o meu tempo, eu indago a V.Exa. se a nossa convidada poderia fazer o esquema de pergunta e resposta dentro do meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Sa. irá preferir responder em bloco, como nós fazemos aqui, comumente, com blocos de cinco, tendo V.Sa. igual tempo para responder? O Deputado Vanderlei Macris solicita, dentro do tempo que lhe é regimental, fazer algumas perguntas, para que V.Sa. vá logo respondendo.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Vamos cumprir o Regimento.

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER - Em blocos de cinco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - A convidada escolheu responder em blocos de cinco. Então, é uma opção dela.

V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Eu já esperava isso, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - É claro. Vamos cumprir o Regimento.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, uma questão que ficou duvidosa, e eu assisti ao depoimento da... Sr. Presidente, meu tempo correu enquanto V.Exa. perguntava. Eu queria que ele fosse retomado, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vamos retomar o tempo do Deputado Macris, de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, eu assisti ao depoimento da Presidente Graça Foster lá no Senado. E o Senador Mário Couto fez uma pergunta cuja resposta eu gostaria de saber dela: se a PETROBRAS teve, em algum momento, contratos com a empresa de seu marido. Essa é a primeira pergunta.

Pelo que eu soube, a resposta de V.Sa. foi no sentido de que não tem nenhum contrato. Agora, a pergunta que eu faço é a seguinte: houve, em algum momento, algum contrato de seu marido com a PETROBRAS? Essa é uma pergunta para esclarecer a pergunta do Senador Mário Couto.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Com a empresa. Exatamente. Com a empresa C. Foster, do Sr. Colin Vaughan Foster.

Outra questão, Sr. Presidente. Eu achei muito engraçado o depoimento da Presidente, porque eu ouvi também o depoimento no Senado. E percebo mudanças extraordinárias na sua manifestação, Presidente Graça Foster, sobre a compra de Pasadena: antes era um mau negócio, uma baixa de 530 milhões de dólares, não foi um bom negócio lá no Senado; e aqui me pareceu a defesa de um negócio. Quer dizer, essa questão da PETROBRAS e Pasadena é tão complicada que eu confesso que, agora, estou mais confuso ainda, depois de ouvir o seu depoimento no Senado e o seu depoimento aqui, nesta Comissão.

A impressão que me dá é a seguinte: depois que o Gabrielli disse que a Presidente Dilma teria que assumir a sua responsabilidade — e ele está para vir aqui —, parece que há um esforço grande de V.Sa. no sentido de mudar um pouco o discurso, para acertar o passo, acertar o passo. Não pode haver melindres mais ao Gabrielli, porque ele está convidado para vir aqui e parece que há um pouco de medo do que ele poderia dizer mais, além de dizer, com o dedo apontado para a Presidente Dilma, que ela deve assumir a sua responsabilidade.

Agora, por que o valor e custo da Astra só estão sendo apurados neste momento, depois de 6 anos da compra de 50% da Refinaria? Não seria mais coerente que esse cálculo tivesse sido feito quando da aquisição? Por que não foi feito à época? Se ele tivesse sido feito, esse levantamento de hoje seria absolutamente desnecessário, não precisaria ter sido feito. Só agora, com essa manifestação, ele está sendo feito. Então, é uma dúvida muito importante que precisa ser esclarecida.

Outra questão, Sr. Presidente, que eu gostaria de deixar aqui, é sobre uma pergunta que, na minha opinião, tem um sentido muito claro. É a seguinte: segundo a Presidente Dilma, só na data de 3 de março de 2008, o Conselho de Administração da PETROBRAS teria tomado conhecimento de que constavam, do contrato, as Cláusulas Merlin e Put Option. Nesse mesmo dia, o órgão deliberou sobre a exoneração do Sr. Nestor Cerveró da Diretoria Internacional da companhia. Ainda em 3 de março de 2008, o cargo de Diretor Financeiro da BR Distribuidora foi entregue ao Sr. Nestor Cerveró.



A Presidente Dilma Rousseff assumiu a Presidência da República em 2001, quase 3 anos depois, já conhecedora do engano a que ela foi submetida. E é isso o que quero perguntar, porque V.Sa., lá no Senado, não respondeu ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. Ou seja, 3 anos depois, ela, Presidente da República, não pediu a demissão do Sr. Cerveró, responsabilizando ele hoje, com o dedo em riste,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Um minuto para concluir.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - ... como o único nome responsável pela compra desse mau negócio, como disse V.Sa. lá no Senado; aqui, ainda não

(Não identificado) - Passou o tempo, Presidente.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Não, 51 segundos.

Aqui a senhora está fazendo um outro discurso; lá, a senhora disse que foi um mau negócio. Agora, a Presidente Dilma disse que foi um mau negócio porque ela não tinha conhecimento, senão, não o teria feito. Agora, por que ele não foi demitido nesse tempo? Isso é que eu quero saber. Ele poderia falar muito, talvez? Por que ele não foi demitido nesse tempo? A senhora não respondeu a essa pergunta lá, ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. Ele só foi demitido agora, quando estourou a informação da compra de Pasadena, que, até agora, está, para mim, injustificável, com mais dificuldade ainda, sabedor que fui hoje do discurso de V.Sa., diferente do que foi feito no Senado. Parece-me que há uma tentativa de ajustar discursos aí.

Então, eram essas as perguntas que eu gostaria de fazer. Lamento ter tido pouco tempo, pois teria muito mais perguntas para fazer ainda, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Questão de ordem, Presidente, Deputado Hugo Motta. A Presidenta só está obrigada a responder dentro do objeto da convocação.

(Não identificado) - Presidente, debate é isso?

(Não identificado) - Mas ela resolveu falar da PETROBRAS...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Esta Presidência...

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Eu estou fazendo uma questão de ordem e gostaria de ser respeitado!



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. vai ser respeitado. Eu quero garantir a palavra ao Deputado Amauri Teixeira e pedir a S.Exa. que conclua, o mais rápido possível, a questão de ordem.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Questão de ordem. A Presidenta não é obrigada ou não pode ser constrangida a responder. E ela não está obrigada a dizer que vai responder ou não.

(Não identificado) - Na CPI, ela vai responder tudo.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Eu estou fazendo uma questão de ordem, Sr. Presidente!

(Intervenções simultâneas. Ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Por correlação regimental, V.Sa. não tem obrigação, porque V.Sa. não está aqui como convocada, V.Sa. está aqui como convidada, para falar dos temas sobre os quais a senhora foi convidada a vir falar nesta Comissão. Fora esses temas, V.Sa. fica à vontade para responder ou não responder.

Passo a palavra ao Deputado Mendonça Filho. V.Exa. tem até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Presidente, antes de começar a contar o meu tempo, eu quero fazer uma indagação a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pois não.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Eu gostaria de saber se posso usar o meu tempo como Líder junto com esse tempo ou se posso usá-lo em qualquer momento, durante os debates nesta Comissão Técnica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Neste tempo agora.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Neste tempo. Eu tenho 5 minutos como autor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Como autor.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Como autor. Mas eu posso agregar os 5 minutos ou posso, se porventura optar, usar os 5 minutos posteriormente. O.k.?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O.k.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Está bom, Presidente. Então, vamos...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vamos soltar o cronômetro.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Bom, Presidente, quero saudar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. vai usar agora o tempo ou não?

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Deixe-me ver como evolui. *(Risos.)* Depende.

Eu quero saudar V.Exa., saudar a Presidente Graça Foster e indagar à Presidente Graça Foster, em primeiro lugar, o seguinte: houve uma correspondência do atual Advogado-Geral da União para a Vice-Ministra...

Presidente, interrompa, por favor, o cronômetro, porque eu acho que a Presidenta precisa atentar para a pergunta. *(Pausa.)* Bom, pode voltar aí o tempo, porque ela estava... *(Manifestação no Plenário.)*

(Não identificado) - Não, não volta não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. tem até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Eu quero perguntar à Presidente Graça Foster...

Vocês estão muito nervosos, minha gente. Por favor, calma.

Eu gostaria de perguntar à Presidente Graça Foster a respeito da correspondência, que foi noticiada pela *Veja*, do então Procurador-Geral da Fazenda Nacional, hoje Advogado-Geral da União, Dr. Adams, na qual afirmou à Dra. Erenice que não havia sido objeto de aprovação, pelo Conselho de Administração, a chamada Cláusula Merlin, pedindo inclusive que ela fizesse uma apuração desse procedimento por parte da PETROBRAS. Isso se deu em 2008. E só neste ano é que se adotou uma providência, por parte da PETROBRAS, em termos de apuração desse fato, desse episódio, dessa irregularidade, segundo notícia publicada pela *Veja*, providência atribuída ao Dr. Adams. Por que tanto tempo — 7 anos — para tomar uma iniciativa? Por que não se adotou uma providência efetiva?

A Presidente Graça Foster minimizou, em algumas declarações recentes, o fato de que o Sr. Nestor Cerveró foi demitido — e foi noticiado como uma demissão — da sua função de Diretor da PETROBRAS e que saiu da PETROBRAS para a BR Distribuidora. A gente sabe que a BR Distribuidora é uma empresa gigante, uma das maiores empresas do Brasil. A senhora considera normal o fato de o cidadão ser



penalizado por incompetência, má gestão, qualquer que seja a avaliação, e ser premiado com um cargo de Diretor Financeiro da BR Distribuidora? É um fato normal premiar Nestor Cerveró depois dessa avaliação?

Eu quero também indagar à Sra. Graça Foster a respeito da exposição que tem sido sistematicamente feita com relação ao preço de aquisição da Refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos, pela Astra. E aí eu me permito dizer, Sra. Presidente, que eu creio que o Governo está contaminado pela chamada “contabilidade criativa”, porque o valor pago na aquisição da refinaria foi de 42 milhões de dólares. E aí se fez um esforço enorme para elevar esse preço de forma artificial e manipular os números efetivamente — e me permita dizer isso com toda a franqueza —, incluindo, por exemplo, serviços de refino. Eu nunca vi, em canto nenhum do mundo, incluir serviços contratados entre a Astra e a Crown como um valor a ser considerado no preço de aquisição. E a senhora inclui aqui 112 milhões de dólares, de acordo com o gráfico que apresentou há pouco, investimento realizado pela Astra, na Refinaria de Pasadena, como preço de compra, na aquisição da refinaria pela Astra, junto à Crown, o que é um erro tremendo e um absurdo!

Eu pergunto a V.Sa.: a senhora falou que a PETROBRAS investiu, se não me engano, 685 milhões de dólares em Pasadena, não é isso? Confirma? *(Pausa.)* Foram investidos 685 milhões de dólares em Pasadena. O preço de aquisição foi mais de 1 bilhão 250 milhões de dólares. Confirma? Não é isso? Custou 1 bilhão 250 milhões de dólares. A senhora, quando considera o valor pago pela Astra à Crown, incorpora o valor de investimento de 112 milhões de dólares. Quando considera o valor pago pela PETROBRAS na aquisição da Refinaria de Pasadena, a senhora se esquece dos 685 milhões de dólares. Então, para ser coerente, para ser correta e para ser justa na sua exposição, a senhora tem que adotar o mesmo critério.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Concedo mais 5 minutos ao Deputado Mendonça Filho.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - E esse critério, Presidente, permita-me dizer, sendo o mesmo, eleva o preço de aquisição da Refinaria de Pasadena, por parte da PETROBRAS, para quase 2 bilhões de dólares. Então, na prática, há



uma maquiagem e uma tentativa de inflar os valores, porque os valores reais são 42 milhões de dólares, e se agregam aqui serviços de refino, no valor de 80 milhões de dólares, e o valor do investimento. Se a senhora quer agregar o valor de investimento feito pela Astra, depois de adquirir a Refinaria de Pasadena junto à Crown, a senhora tem que fazer o mesmo com relação à PETROBRAS. E, nesse caso, o valor da refinaria vai para a casa de quase 2 bilhões de dólares, um valor absurdamente elevado para uma refinaria que estava praticamente sucateada, um monstro que gerou um prejuízo já reconhecido por parte da PETROBRAS de mais de 500 milhões de dólares e que a gente sabe que vai superar facilmente a casa do bilhão de dólares. Então, é uma operação que mostra claramente que a PETROBRAS está no mau caminho da incompetência, do aparelhamento político, da falta de compromisso para que ela possa crescer e se desenvolver.

Eu acho interessante, nessa tática do Governo de maquiar números, que, quando se fala em produção de petróleo, a PETROBRAS só fala em produção de petróleo no pré-sal. A senhora confirma que a produção geral de petróleo da PETROBRAS caiu 2%, desde 2011 para cá? A senhora confirma isso? Tem caído. Mas se esquecem desse número. É como disse aquele ex-Ministro da Fazenda: “*O que é bom a gente revela, o que é ruim a gente esconde*”. Quer dizer, essa é uma tática...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - E foi demitido.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI SIRAQUE - Esse era do DEM, esse era do seu partido.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - E foi demitido e afastado do Governo. Agora, no Governo de V.Exa., Deputado Fernando Ferro, a tática é maquiar inflação, maquiar desemprego, maquiar... Escute-me, Deputado Fernando Ferro, permita-me...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI SIRAQUE - Deputado Mendonça, em São Paulo eles maquiavam tudo, viu? Dados de segurança, tudo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Vanderlei Siraque, a palavra está com o Deputado Mendonça Filho. Está assegurada a palavra a S.Exa.



O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Eu peço a V.Exa., Sr. Presidente, que me assegure o direito de falar, por favor. Os membros da bancada do PT estão muito nervosos.

A produção do petróleo cai, a empresa PETROBRAS hoje vale 50% do que valia. É uma desvalorização incrível! Esse é o retrato da companhia que pertence a todos os brasileiros. É por isso que se faz necessário que a gente investigue em uma CPI essas irregularidades denunciadas. Todas as operações de aquisição de refinaria de petróleo, por parte da PETROBRAS, estão sendo questionadas, como a do Japão, e também a venda da Refinaria de San Lorenzo, na Argentina. Então, a gente está diante de um quadro que é realmente muito complicado.

Eu gostaria de fazer uma pergunta final à Presidente da PETROBRAS, Sra. Graça Foster, e que diz respeito à Presidente da República, Dilma Rousseff. A senhora faz um esforço muito grande ao afirmar que o processo de aquisição da Refinaria de Pasadena, quando da aquisição, era um negócio razoável, que, se avaliado no contexto do momento da aquisição, era um negócio, se não excepcional, razoável. Pelo menos foi o que eu entendi das declarações de V.Sa. É verdade essa afirmação? Confirma que a senhora considera uma coisa razoável à época?

Pois bem. A Presidente Dilma Rousseff disse, em nota, que, se soubesse que existiam a Cláusula Put Option e a Cláusula Merlin no contrato de aquisição da Refinaria de Pasadena, não teria autorizado aquela operação. Quem tem razão? A senhora ou a Presidente Dilma? Por que tanta briga? Por que tanta visão distinta entre a senhora e o ex-Presidente Gabrielli. O Gabrielli sustenta que foi um negócio maravilhoso, excepcional, realmente a 8ª maravilha do mundo empresarial, uma coisa encantadora. Eu acho que ele vai ganhar o Prêmio Nobel de Economia por essa aquisição de Pasadena. E todos os que atuam no mercado entendem que isso foi um desastre para a PETROBRAS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o próximo orador, o Deputado Bruno Araújo. *(Pausa.)* Ausente.

Concedo a palavra ao Deputado Antonio Imbassahy. S.Exa. tem até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Sr. Presidente, eu também gostaria de utilizar o tempo de Líder. Então, seriam 10 minutos, não é isso?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Primeiro, eu quero agradecer a presença e louvar o esforço da Presidente Graça Foster em tentar convencer o Brasil sobre a oportunidade da compra de Pasadena, que, de repente, não era um bom negócio, virou um péssimo negócio, e agora a gente não sabe se é um bom negócio ou não, sinceramente.

A senhora foi nomeada Presidente da PETROBRAS, e os comentários todos diziam que era para corrigir erros da administração passada, reorientar a PETROBRAS, em face de muitos negócios mal orientados e malfeitos.

A Presidente Dilma — e essa é a primeira pergunta — afirmou, anteontem: “*A PETROBRAS não pode ser responsabilizada pelo erro de um funcionário*”. A senhora sabe quem é esse funcionário? Estaria esse funcionário entre esses dessa foto aqui, Sra. Presidente? Nesta foto aqui, no Palácio do Planalto, estão o Presidente Lula, a Ministra Dilma Rousseff, o ex-Presidente Gabrielli e o ex-Diretor Paulo Roberto Costa? Eu gostaria que essa foto chegasse às mãos da Presidente.

Segundo, matéria do jornal *O Estado de S. Paulo* deixava claro que não era um bom negócio a compra de Pasadena. Em seguida, foi noticiado que a Presidente Dilma teria rasgado uma nota técnica oriunda da PETROBRAS para ajudá-la na resposta às indagações do jornal *O Estado de S. Paulo*. É verdade ou é mentira? A Presidente desconsiderou essa nota que foi feita pela PETROBRAS?

Terceiro, é razoável, Sra. Presidente, que a Presidente do Conselho de Administração da PETROBRAS tome uma decisão de comprar uma refinaria com base em apenas duas folhas de papel, um resumo técnico? É assim que a PETROBRAS toma decisões? Ou a Presidente Dilma tinha conhecimento dessas informações? Não me parece razoável que a PETROBRAS, uma empresa com o gabarito que tem, com o conceito que tem, tome decisões apenas com um resumo técnico, como disse a Presidente da República.

O Sr. Nestor Cerveró disse que a Astra poderia comprar os 50% da PETROBRAS, e a *Folha de S. Paulo* disse que a Astra propôs comprar esses 50%. Hoje a senhora disse aqui que a Cláusula Put Option não poderia ser exercida contra a Astra. O Sr. Cerveró mentiu? A *Folha* publicou uma matéria que não corresponde à realidade?



Sra. Presidente, a compra da Refinaria de Okinawa foi feita também com base apenas em um resumo técnico? A Presidente Dilma Rousseff presidia o Conselho quando foi autorizada a compra da Refinaria de Okinawa. Foi um bom negócio ou não foi um bom negócio a aquisição da Refinaria de Okinawa, no Japão?

Sra. Presidente, em relação à Refinaria Abreu e Lima, que está sendo construída em Pernambuco, foi noticiado que haveria uma participação da PDVSA, a petroleira da Venezuela. Aliás, o Presidente Lula, por diversas vezes, falou da sua relação com o Presidente Chaves e dessa combinação, desse acerto para construir essa refinaria.

Essa refinaria teve um orçamento inicial divulgado da ordem de 2,3 bilhões de dólares. Hoje está, Sra. Presidente, em 18 bilhões de dólares. Segundo o dado que nós temos, o custo do barril refinado pela Refinaria Abreu e Lima, quando ela for concluída, vai sair por 87 mil dólares. O custo médio praticado nas refinarias em derredor do mundo seria de 25 mil dólares. Ou seja, em Abreu e Lima custará três vezes mais. A Refinaria Abreu e Lima é também um bom negócio para a PETROBRAS, em função desses números que foram agora colocados?

Sra. Presidente, em 2009 e 2010, estando ainda a Presidente Dilma no Conselho de Administração da PETROBRAS, a empresa comprou a participação em nove usinas de etanol e cinco usinas de biodiesel, com a autorização da Presidente Dilma. Foi um bom negócio ou foi um mau negócio a aquisição dessas usinas de etanol e de biodiesel?

Sra. Presidente, quero falar um pouco sobre a empresa Sete Brasil. Eu gostaria de saber o valor dos contratos firmados entre a PETROBRAS e a Sete Brasil. Qual a participação societária da PETROBRAS nesse negócio? Quem são os sócios da Sete Brasil? Qual o critério de organização desse negócio? E eu gostaria que a senhora tentasse explicar se é razoável que uma empresa que é detentora de uma participação da Sete Brasil contrate a própria Sete Brasil. Parece-me uma coisa um tanto quanto esdrúxula. Ela figura como contratante e como contratada. Então, esse é também um negócio que precisaria ser devidamente esclarecido.

Eu estou concluindo meu tempo, Sr. Presidente. Ainda tenho 4 minutos.

Gostaria que a senhora também, se possível — sei que não é objeto desta audiência, como outras perguntas que eu fiz aqui e que sei que a senhora poderá ou



não responder em função de não ser objeto da audiência, mas são situações interessantes e que precisam ser esclarecidas —, falasse sobre a questão, por exemplo, da venda dos blocos de produção na Nigéria para o Grupo Pactual, que teria pago 1 bilhão e 500 milhões de dólares. Especialistas do setor dizem que esse não foi um bom negócio. Chegam até a estimar que a PETROBRAS poderia ter tido um prejuízo ou ter deixado de realizar uma arrecadação da ordem de 1 bilhão de dólares a maior. Essa é a informação que obtive. Não sei se ela corresponde à realidade, mas eu gostaria, se possível, que a senhora também esclarecesse isso, se não nesta, em outra oportunidade, porque eu vejo e destaco o seu empenho em estar sempre presente aqui no Congresso Nacional, numa demonstração de respeito para com esta Casa. Esteve aqui na Câmara... Aliás, quando a senhora esteve aqui na Câmara, eu até indaguei — a senhora deve se recordar — sobre essa questão de Pasadena, e a senhora não deu, naquela oportunidade, e eu registro isso, uma resposta da maneira como foi colocada aqui. Certamente, não haveria tempo. Não sei se naquele momento também não havia a atenção da sociedade brasileira com relação a essa operação nociva.

Hoje, sinceramente, Sra. Presidente, eu não sei se a senhora está dizendo que Pasadena foi um bom ou um mau negócio. O Deputado Macris disse, com muita propriedade, que parece que existe um interesse em consertar os discursos, porque o ex-Presidente Gabrielli deixou claro que a Presidente Dilma não pode fugir da responsabilidade dela por esse péssimo negócio que foi a compra de Pasadena. A senhora, quando esteve pela primeira vez na Câmara, também disse que não foi um bom negócio. Era essa a colocação. Hoje, a senhora coloca aqui que foi potencialmente um bom negócio, depois não foi mais um bom negócio. Eu não sei se é para segurar um pouco o ímpeto do ex-Presidente Gabrielli em revelar a verdade ou se é também um esforço muito grande para deixar a Presidente Dilma confortável nessa história toda. E não há como ela ficar confortável, porque ela participou, como Presidente do Conselho de Administração, dessa aquisição. Dizer que não tinha conhecimento de informações de cláusulas como a Merlin e a Put Option sinceramente não a exime da responsabilidade. A Presidente do Conselho de uma empresa, de uma estatal como a PETROBRAS tem obrigação de tomar conhecimento de todas as informações. Inclusive, estava ali presente não apenas o



Sr. Cerveró, estavam presentes também o Presidente da empresa e outros membros da Diretoria. E a senhora disse aqui que, antes de qualquer reunião do Conselho de Administração, havia um trabalho intenso — as palavras são estas: “*semanas intensas de organização da documentação*”. Não resta dúvida de que essa documentação também foi organizada para a compra de Pasadena.

Eu encerro, Sra. Presidente, com essas indagações e, mais uma vez, pergunto: quem é essa pessoa responsável por tanto mal que foi causado à PETROBRAS e a que a Presidente Dilma se referiu? Se ela não revelar — se a senhora sabe, eu não sei —, ela estará cometendo crime de prevaricação, porque a Presidente não pode dizer que uma pessoa causou tanto mal à PETROBRAS e não tomar nenhuma decisão durante tantos anos, como Presidente do Conselho da empresa e como Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Passo a palavra ao Deputado Davi Alcolumbre. (*Pausa.*) O Deputado Alcolumbre está ausente.

Passo a palavra ao Presidente da Comissão de Minas e Energia, o Deputado Geraldo Thadeu. S.Exa. tem até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Presidente Hugo Motta, não vou usar o meu tempo integralmente, porque eu quero colaborar com a audiência, pois os Parlamentares estão ávidos para fazer as suas perguntas. Eu só diria, Presidente Graça Foster, observando a sua apresentação, que talvez a aquisição de uma refinaria como essa ou outras poderia ser colocada, pelo que eu entendi, como um negócio de risco, de acordo com o mercado, e não pelo imobilizado que representa a sua estrutura. Quer dizer, se o mercado estiver em alta, a refinaria vale mais; se o mercado estiver em baixa, a refinaria vale menos; e não o imobilizado, aquilo que está lá construído, o que se gastou, o que se investiu naquela construção. Isso é uma dúvida que eu tenho, a partir da sua apresentação e das argumentações dos Parlamentares.

E eu quero dizer também que nós estamos aqui com o nosso Vice-Presidente, o Deputado Ronaldo Benedet, que daqui a pouco vai ocupar o meu lugar na Mesa. A minha participação fica restrita a essa minha pergunta. Eu vou encerrar, para dar oportunidade aos Parlamentares de fazerem as suas perguntas.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Passo a palavra ao Deputado Fernando Francischini. S.Exa. tem até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Presidente Graça Foster, gostaria inicialmente de perguntar se a senhora é a favor da CPMI da PETROBRAS, já que na sua apresentação — eu a acompanhei no Senado e aqui —, houve talvez uma pequena variação. Não sei se a senhora se convenceu com mais dados econômicos, mas no Senado a senhora disse que não foi um bom negócio. Quer dizer, se não foi um bom negócio, foi um mau negócio. E hoje a senhora mostrou um negócio economicamente estável, pelo que eu ouvi.

Então, a senhora é a favor da CPMI da PETROBRAS para que se possa passar a administração do Sr. Sergio Gabrielli e a da senhora a limpo e a senhora possa responder ao País sobre tudo de que é cobrada hoje? Talvez, a principal pergunta seria: a senhora quer uma CPMI da PETROBRAS? Porque se esses dados são todos corretos, como a senhora apresentou — e aqui houve várias contestações —, eu acho que, como Presidente de uma empresa que é um orgulho para todos nós, a PETROBRAS — nós defendemos os funcionários, não o aparelhamento político dela —, a senhora tem que ser a primeira a defender publicamente a CPMI da PETROBRAS.

A segunda pergunta, Presidente Graça Foster, é se a senhora conhece o seu Sílvio Sinedino Pinheiro, eleito pelos empregados da PETROBRAS membro do Conselho de Administração. Até agora, ele é o único que falou publicamente sobre o que ocorreu na reunião a que a senhora estava presente, quando se decidiu agregar a Cláusula Put Option e adquirir a parte da PETROBRAS. E ele diz que não assinou. A senhora confirma que ele não assinou, na reunião do Conselho, já que ele se rebelou contra a decisão, achando totalmente estapafúrdia aquela decisão de adquirir, por valores tão altos, a metade de uma refinaria pela qual a gente tinha pagado a metade, e ela, por esse cálculo todo, pelo cálculo da senhora, saiu por 360 milhões de dólares?

Eu vi a senhora também em outras matérias dizer que o prejuízo não foi de 1 bilhão de dólares, foi de 560 milhões de dólares. É justificável, então, o prejuízo que deram ao País, por não ser de 1 bilhão de dólares, mas de 560 milhões de dólares?



Por último, Presidente Graça Foster — eu não vou usar nem o meu tempo inteiro, porque eu acho que é perder tempo com tudo o que a gente discutiu até agora —, um dos donos da PETROBRAS, o Deputado Paulinho da Força, que tem ações da PETROBRAS, em 2008, tinha 298 mil reais em ações na empresa. Ele pediu que eu, como Presidente do meu partido, oferecesse à senhora as ações dele pelo preço que comprou em 2008. O Deputado Fernando Ferro já topou aqui. Ele tinha 298 mil reais, em 2008, com o dinheiro do FGTS do trabalho dele, e hoje ele tem só 59 mil reais, pelo extrato que ele tirou. Então, ele gostaria que eu oferecesse à senhora, com toda essa pujança econômica, a compra dessas ações pelo preço de 2008. O Deputado Fernando Ferro já se propôs a comprar aqui, mas gostaria de perguntar se V.Sa. tem interesse em ficar com as ações.

Finalizo aqui, Presidente. Talvez essa última pergunta seja mais uma incitação para mostrar como desvalorizaram as ações da PETROBRAS. A única pergunta que eu gostaria que a Presidente Graça Foster respondesse é: a senhora, como Presidente de uma empresa e que a defende tão bem nos eslaides — pelo menos nos eslaides —, é a favor ou contra uma CPMI que possa passar a limpo a história dessa empresa, a PETROBRAS, cujo corpo funcional nós tanto defendemos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Concluído o bloco de cinco Deputados, eu vou passar a palavra para a nossa convidada, para que ela possa fazer as explanações necessárias. *(Pausa.)*

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER - Respondo pela ordem dos Srs. Deputados que me perguntaram.

Ao Deputado Vanderlei Macris, exatamente como eu disse, em resposta ao Senador Couto, quero dizer que a empresa do Sr. C. Foster não teve contratos e não tem contratos com a PETROBRAS.

Eu queria agora resgatar aqui o que me foi colocado sobre ser um mal negócio, conforme dito pela Presidente Dilma, e que o nosso ex-Diretor Nestor Cerveró não foi demitido do cargo a tempo.

Essa questão de que não foi mau negócio acho que foi... Acho, não; tenho certeza de que foi colocada por todos os senhores. Aí eu vou repetir, Deputado



Imbassahy, o que eu disse para V.Exa. da outra vez em que eu estive aqui: analisar o passado é muito mais razoável do que analisar o presente.

Eu estive, em janeiro deste ano, em Davos, no World Economic Forum, e, numa das salas de debates em que nós estávamos, um dos economistas ilustres que lá estava disse assim para uma figura também muito importante da economia mundial: *“Tanto conhecimento... Mas há 5 anos, em 2008, quando estivemos aqui, nós não previmos a crise econômica mundial que aconteceu 2 meses depois”*.

Naquele momento, a PETROBRAS fez um projeto muito razoável do ponto de vista econômico e que previa um valor presente líquido também muito bom, com aquelas condições que nós apresentamos. Então, quando eu digo que foi um projeto potencialmente bom, é porque havia um potencial de ganhos, por conta de tudo o que foi desenhado naquele momento.

Na sequência, já havia os compromissos contratuais realizados, e o resultado foi muito ruim, porque a margem caiu, porque o mercado caiu, porque nós não fizemos a *revamp*. Não houve a *revamp*. Então, não tem como esse projeto dar resultado positivo.

Quando eu falei das baixas contábeis, eu fiz questão de trazê-las todas aqui. É exatamente o que eu disse há meia hora atrás. Você faz uma aquisição e, logo na sequência, já no ano de 2008, ter que fazer uma baixa contábil é muito ruim. Isso aconteceu porque não houve *revamp*. Isso aconteceu porque não houve margem, e o mercado encolheu. No conjunto, se a gente soma um negócio potencialmente bom e se a gente olha — e a gente olha agora e vê toda essa situação que aconteceu em Pasadena — do ponto de vista de que não fizemos a *revamp*, definitivamente não foi um bom negócio. No conjunto das análises, não foi um bom negócio. Qualquer perda que se tenha é muito ruim, ainda mais no início. Agora, o mercado retomando, as margens para óleo leve se recuperando... Também era imprevisível esse surgimento — pelo menos a PETROBRAS não percebeu assim — desse volume adicional de óleo não convencional nos Estados Unidos e que favorece a refinaria de óleo leve. Se a gente coloca todos esses dados sobre a mesa, prezados Deputados que me fizeram a mesma pergunta, a minha resposta é: não foi um bom negócio. Mas não que eu esteja avaliando as análises anteriores. Eu estou avaliando o quadro de hoje. Sob o quadro de hoje, não foi um bom negócio.



(Não identificado) - E no da época?

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER - Na época, ele foi potencialmente bom. Eu não posso nem dizer que ele foi bom.

(Não identificado) - Então, a senhora desmente a Presidente Dilma, que disse que...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER - Foi potencialmente bom. Eu nem digo que foi bom. Eu corrijo o que eu disse antes: foi potencialmente bom, à luz do que nós tínhamos.

Agora, Sr. Presidente da Comissão de Minas e Energia e autor do requerimento, quando se toma decisão sobre um projeto numa companhia, em qualquer empresa, por menor que seja, a empresa tem que ter — e a PETROBRAS tem — a sua área de inteligência colocada na avaliação da estratégia, para fazer projeção de margens e trabalhar a macroeconomia, a microeconomia, o PIB, a inflação, o risco de um país para se fazer investimento lá. Então, assumimos o risco daquelas margens que nós projetamos. E nós assumimos o risco das margens que nós projetamos, nessa e em todas aquelas aquisições que aconteceram e que estão dentro das médias de aquisições. E foi assim com todos aqueles que investiram, que pagaram valores semelhantes aos nossos, todos aqueles que buscavam margens expoentes, margens crescentes. Então, é um risco que se toma.

Eu tenho um exemplo muito positivo hoje: as térmicas da PETROBRAS, os negócios da área de gás e energia, da qual fui diretora por quase 5 anos. Em 1999, houve decisões, na minha avaliação, em grande parte, acertadas, com relação à geração de energia elétrica com bases térmicas. E, durante muito tempo, houve um descompasso entre a conclusão dos gasodutos, a conclusão das térmicas, a prospecção de petróleo e a busca de mais gás importado em outros países, na forma liquefeita. Era um projeto muito maior do que nós imaginamos em 1997. No ano 2000, eu era gerente técnica da área de gás e energia, e nós tivemos prejuízos durante muito tempo. Na área de gás e energia, em 2007, nós tivemos um prejuízo de 1,3 bilhão de reais ou 1,7 bilhão de reais, em 1 ano. E, de lá para cá, ainda investindo, a PETROBRAS reverteu todo esse processo, e é uma área que hoje traduz um resultado positivo bastante bom.



Então, alguns projetos podem ter uma reversão do resultado. Porém, no caso de Pasadena, não é a prioridade da PETROBRAS. A prioridade da PETROBRAS é o desenvolvimento do pré-sal, é o aumento do refino no Brasil. Essa é a prioridade hoje. Mas era diferente em 2004 e até 2006, 2007. Ou seja, Pasadena vem trazendo um resultado positivo, mas mais investimento em Pasadena vai depender de uma série de situações.

Para deixar muito claro, o meu ajuste está naquele negócio potencialmente bom. No conjunto da obra, depois de dispor de todos os dados, a interpretação é que, até a presente data, não foi um bom negócio. E a gente pode traduzir tudo isso dizendo: foi um mau negócio. Mas isso com os dados de hoje, com os dados de hoje! Naquela época, era, sim, um projeto potencialmente bom.

Nestor Cerveró. Trabalhamos juntos durante anos. Ele saiu do Conselho da PETROBRAS recentemente e foi para a BR Distribuidora.

Quanto à BR Distribuidora, vocês têm toda razão sobre a Diretoria. Eu recebi duras críticas dos meus colegas, inclusive da BR: *"Poxa, Graça! Caramba, você tanto bate palmas para a BR..."*. Fui Presidente da BR, fui Diretora-Financeira da BR. Não foi justa a forma com que eu me comuniquei em relação à BR Distribuidora e peço desculpas aos meus colegas aqui. Agora, uma Diretoria de PETROBRAS e uma Diretoria da BR Distribuidora têm desafios bastante diferenciados.

Por que o Nestor não teria sido demitido pelo Conselho, à época? Eu não fazia parte do Conselho, então eu não posso responder essa pergunta.

Eu respondi parte da pergunta feita pelo ilustre Líder do DEM, Deputado Mendonça Filho, que está aqui. Eu respondi a uma parte sobre custo de aquisição e valor de serviços, muito claramente separados, Deputado. Eu mostrei para os senhores, além da RECAP, além de Pasadena, 1,25 bilhão de dólares e mais 680 milhões de dólares. Eu não estou lendo os números aqui. Então, se eu errar um número, por favor...

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Grosso modo.

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER - Grosso modo. A gente não soma.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Por que a senhora somou, no caso de Pasadena, da Astra?



A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER - Eu vou chegar lá, eu vou chegar lá, senhor, por favor. No caso, foram 1,2 bilhão de dólares, mais os 600 milhões de dólares, que estão separados. Na RECAP, nas refinarias que nós colocamos, nós temos o valor do ativo e o valor do investimento que fazemos, todos os anos, para que nós possamos conseguir ter uma operação segura, uma boa *performance* em todas as unidades de processo. Então, não é um valor que nós somamos.

O que aconteceu? E agora eu vou bater... Bater, não, eu vou responder...

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Pode bater. Não tem problema não.

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER - Não, de jeito nenhum. Foi um lapso verbal.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Não, por favor! Apanhar de mulher eu até apanho. *(Risos.)*

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER - Não é isso não. Ele está sendo gentil comigo.

Deputado, olhando agora para a Astra, por que eu trago para cá... O Deputado Imbassahy colocou também de uma forma bastante correta. Eu estou mantendo a conclusão daquilo que eu falei para o senhor na última vez em que estive aqui. Eu tenho absoluta certeza de que eu estou mais bem capacitada nos últimos meses, por conta de Pasadena, pela atenção maior que eu tenho dado ao TCU, à CGU, aos requerimentos que o senhor faz. Então, eu tenho aprendido mais sobre Pasadena, muito mais! E por que a gente está trazendo — e levamos também ao Senado — aqueles 360 milhões de dólares estimados que a Astra teria pago à Crown? Sabem por quê? Porque a compra pela Astra, em 2004, e a venda se deu num espaço relativamente pequeno de tempo: 1 ano, talvez, 1 ano e meio de diferença entre o momento em que a Astra comprou da Crown e o momento em que ela estabeleceu a parceria com a PETROBRAS. Por causa disso, a atenção em relação a esse valor. Porque, no negócio, o que a gente olha são aqueles múltiplos, as transações de negócio, não o que o outro pagou. Mas o senhor tem razão. Foi um tempo relativamente curto, e vale a atenção da PETROBRAS a essa informação.



Então, por que eu somei serviços? Por que nós fizemos a soma dos 80 milhões de dólares? Eu disse aqui que 30 mil barris era o que a Crown conseguia refinar — 30 mil, 50 mil, 60 mil; não fazia 100 mil. Para nos vender uma refinaria para 100 mil barris por dia, houve tratativas — sobre as quais eu não tenho precisão, porque não são completamente evidentes para nós da PETROBRAS, que não temos nada a ver com a operação entre a Astra e a Crown —, acerca do que deveria ser investido para que houvesse uma recuperação da capacidade da refinaria. Então é um investimento que não é só de serviço, é para que ela efetivamente segurasse 100 mil barris e ficasse nos 100 mil barris, como fica hoje. Hoje ela efetivamente fica nos 100 mil barris, mas não ficava. E nos parece, pela análise que estamos fazendo, que, uma vez que alcançasse os 100 mil barris — e o que eu vou falar não é o que nos parece, é de fato —, a Astra teria a opção de comprar terreno, todo o *hardware*, toda a refinaria, e a diferença daria exatamente 42,5 milhões de dólares e mais 22 milhões de dólares. O.k.? Lá na ponta eu somei de novo, se não me engano, 104 milhões de dólares ou 110 milhões de dólares. Pode falar, porque eu não estou com a apresentação mais aqui.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Cento e quatro milhões de dólares de estoque.

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER - Não é estoque. Ali, os 112 milhões de dólares foram investimentos que a Astra fez — o estoque está lá na ponta —, exatamente para trazer essa refinaria para fazer 100 mil barris e produzir a excelente gasolina que essa refinaria faz. Se não me engano, ela consegue produzir até 30ppm de enxofre nessa gasolina. Então foram investimentos adicionais que foram feitos, foram contabilizados e, dessa forma, estimados.

Se a PETROBRAS escondeu a queda de produção? Mas de jeito nenhum...

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Sra. Presidente, a senhora não respondeu a esta pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Mendonça, a palavra está com a Presidente, e ela não pode ser interrompida.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Está certo. Eu quero saber em que contabilidade 80 milhões de dólares...



(Não identificado) - Sr. Presidente, questão de ordem.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. terá direito à réplica. A palavra está assegurada à convidada. Eu queria pedir a V.Exa., para o bom andamento dos trabalhos, que colabore, e V.Exa. tem colaborado. Eu agradeço.

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER - Sr. Deputado, quanto a esconder a produção, a PETROBRAS não pode esconder a produção e não o faria, porque paga participações governamentais diariamente. A ANP tem medidor em todos os poços e sabe exatamente o que eu estou produzindo e quanto eu tenho que pagar em dólar por barril, ao preço do dia do petróleo Brent. Então não fazemos isso.

Outra coisa. Nós temos um orgulho enorme desses 1,93 milhão de barris de petróleo que nós produzimos no ano de 2013. Hoje a gente está bem próximo de crescer 7,5% — mais ou menos, 1% —, porque nós temos feito um trabalho enorme de recuperação do petróleo dos campos mais antigos, das refinarias mais antigas, para investir muito forte na integridade, na segurança operacional, na boa *performance*. Nós colocamos nove unidades de produção no mar, fizemos interligação. Estamos aí com a P-63, a P-61 e a TAD, três plataformas juntas, no campo de Papa-Terra, e daqui a pouco elas começarão a produzir, juntamente com os campos do pré-sal e outros poços do pré-sal, através de boiões. Então, nós não temos nenhuma motivação para esconder, Deputado.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Então, caiu a produção.

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER - Caiu, Deputado. Caiu 2%. Eu mostrei para os senhores aqui que há algumas grandes operadoras em que cai também a produção. A gente começa a produzir fazendo a depleção do reservatório. Então, eu não escondi o volume de produção, de jeito nenhum, nem poderia. E eu tenho muito orgulho da nossa produção. É um trabalho muito forte para fazer aquela rampa.

A nossa Presidenta... Eu digo que a minha Presidenta Dilma é a nossa Presidenta da República. A questão que eu vejo muito importante nessa operação é que a Cláusula Put Option e a Cláusula Merlin são individualmente importantes — individualmente. Elas têm uma relação entre elas, e elas são importantes. E aí — é



uma interpretação da Maria das Graças — causa um grande incômodo não se saber que nós teríamos que comprar os outros 50% da refinaria. Eu acho que esse é um incômodo permanente. Mas isso é apenas uma interpretação de uma pessoa. O fato objetivo e material é que não houve citação dessa questão da necessidade da aquisição *a posteriori*. Essa é só uma interpretação desta pessoa, Maria.

Eu já conversei aqui com o nosso prezado Deputado Antonio Imbassahy, que nos coloca sempre a trabalhar, por conta de Pasadena, porque faz muitas perguntas a nós na PETROBRAS, muito bem estruturadas, que eu faço sempre questão de ler e reler, porque acho que têm um efeito positivo dentro da companhia — o questionamento é importante. Quando a Presidenta fala nos jornais de “um funcionário”, eu não vou dar nome a esse funcionário. Eu não poderia fazê-lo, Deputado.

Com relação às notas que nós passamos para a Casa Civil, nós passamos diversas notas para a Casa Civil, diversas notas para o Ministério de Minas e Energia... Temos o dever de colaborar. Como colaboramos com o senhor, colaboramos com os Ministérios. Passamos notas, e o destino dessas notas o usuário é que sabe; eu não sei, eu não sei. Só sei que passamos orientações diversas, em vários momentos, dessa mesma matéria de Pasadena.

Com relação à *put option*... Ah, sim! Já me lembrei. Não, a *Folha* não mentiu. A *Folha* não mentiu. A *put option* é uma cláusula contratual que vale para a Astra; ela não se aplica à PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Então, Cerveró mentiu.

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER - Talvez ele não tivesse a informação — ele está há alguns meses, anos fora da função. Mas eu não tenho como falar pelo Cerveró.

O fato é que a *put option* não se aplica à Astra, porque a Astra não tinha poder sobre a PETROBRAS. Quem tinha poder sobre a Astra era a PETROBRAS, de decidir fazer um *revamp* para 100 mil barris, para 200 mil barris. Essa era a razão. Então, há que se ter uma saída.

Agora, a *put option* precifica. Ela tem uma equação que se chama *put price* e ela precifica. Por isso, é muito importante conhecê-la.

(Não identificado) - Foi a *Folha* que mentiu?



A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER - Não, a *Folha* não mentiu.
(*Intervenção fora do microfone. Ininteligível.*)

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER - Não.

(Não identificado) - Quem mentiu foi o Cerveró, segundo ela.
(*Intervenções simultâneas ininteligíveis.*)

A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - A palavra está garantida à convidada. Não darei a palavra a nenhum Deputado.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma questão de ordem. Está se repetindo o mérito de interromper a convidada, e isso não é permitido pelo Regimento. Eu gostaria que V.Exa. tirasse o microfone de quem está fazendo isso enquanto a Presidente da PETROBRAS estiver com a palavra.

(Não identificado) - Dele também, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Amauri, não tem como eu cortar o microfone da Comissão e manter o da convidada ligado. Infelizmente, eu tenho que manter os dois ligados. Se eu desligar microfones, apenas o meu ficará ligado. É por isso que está acontecendo interrupção. Mas a audiência pública está andando bem.

(*Intervenções simultâneas ininteligíveis.*)

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER - Deputado Antonio Imbassahy, com relação à PDVSA, 2,5 bilhões de dólares foi o projeto inicial, conceitual. É evidente que não se justifica 2,5 bilhões de dólares; talvez tenha se justificado à época da última refinaria, feita 35 anos atrás. Hoje nós projetamos terminar essa obra. A primeira produção é para novembro de 2014. Planejamos concluir a obra com 18 bilhões de dólares.

É um bom negócio, é um mau negócio? Na PETROBRAS, tanto com as térmicas quanto com as refinarias, nós trabalhamos com unidade geradora de caixa. A gente não olha o resultado individual de uma refinaria; a gente trabalha com o conjunto. Essa não é uma decisão única da PETROBRAS. A PETROBRAS decide assim e a Price Waterhouse Coopers, a nossa auditora, que nos audita, aceita ou não essa análise do conjunto, que chamamos de nossa rede de refino. É a rede



básica de refino. Da mesma forma, a gente não olha o resultado de uma termoelétrica separadamente. É o resultado das térmicas.

Esse conjunto PETROBRAS-refino, quando se coloca ali dentro a Refinaria RNEST, quando nós colocamos o COMPERJ ali dentro, no conjunto, não se justifica nenhuma perda de valor; no conjunto, essas refinarias dão resultado positivo, do mesmo jeito que a térmica dá resultado positivo.

Etanol e biodiesel. Com o biodiesel nós trabalhamos para ter uma participação maior do biodiesel no *diesel*. Isso vai agregar valor ao negócio biodiesel.

Eu sou uma pessoa que tem grande satisfação com o programa de biodiesel. Gostaria que ele tivesse ainda melhores resultados. Comecei esse trabalho em 2003 aqui em Brasília, ajudada por vários Deputados, de diversos partidos. É um trabalho muito bom que tem sido feito ao longo do tempo. Fica um negócio melhor ainda se houver mais biodiesel no *diesel*.

Quanto ao etanol, pelas empresas de que nós participamos de uma forma bastante ativa nas diretorias, eu entendo que é um bom negócio. O etanol trouxe para nós bons resultados, que podem ficar melhores ainda caso a indústria sucroalcooleira invista mais e mais em aumento de eficiência, em aumento de *performance*, e, quando houver maior aproximação dos preços de derivados praticados no Brasil com os preços internacionais — o preço do etanol, por razões diferentes, acaba acompanhando o da gasolina —, é natural que tenha resultados também melhores.

A participação nossa na Sete Brasil não é o assunto aqui, mas eu vou responder à pergunta. Nós temos uma participação de 5%, ou 10%, eu fiquei na dúvida... De 9,59%. Os universitários estão aqui me ajudando.

A estruturação societária da Sete Brasil traz para nós uma vantagem, que é ficar todo esse Capex das sondas de perfuração em torno, e também aqui eu queria uma confirmação, de 25 bilhões de dólares, as 28 sondas — 7 sondas de perfuração mais 21 sondas; eu vou confirmar esse número. Isso é muito bom para a PETROBRAS porque, com essa participação menor, também há o reconhecimento dos auditores de que é uma operação *off-balance*. Quer dizer, essa dívida, esse investimento, esse Capex todo fica fora do balanço da PETROBRAS. E, quando



tivermos essas sondas entregues a nós, vamos fazer o pagamento da tarifa — as tarifas têm valor de mercado internacional — pelo uso daquelas unidades.

Por que é importante para nós — foi mais ainda no passado — termos uma participação societária? Porque havia uma descrença... Não descrença, mas preocupação do mercado: “*Como esse projeto vai ficar em pé?*” São 28 sondas de perfuração e conteúdo local de 55% a 65%. A PETROBRAS nunca construiu, nós nunca construímos sondas no Brasil. Foi importante a participação, foi mais importante do que é hoje a participação, para colocar esse negócio em pé.

Então, é uma operação *off balance*. Esse investimento fica todo fora; ele não onera a nossa dívida, ele não bate em cima da dívida, e nós pagamos mensalmente por eles.

São bancos, Deputado; o senhor sabe muito bem, são bancos. O BTG Pactual é um dos bancos, e o BTG Pactual é um dos sócios na PETROBRAS lá na África. Foi feito um processo competitivo, foram feitas 14... Aqui a gente chama processo competitivo. A gente vai para o mercado e faz uma operação inversa, do desinvestimento. Estamos negociando os ativos na África. Tivemos indicações de vários interessados; depois de várias etapas, chegamos a dois interessados. O último interessado foi quem fechou o negócio, o BTG Pactual. Nós temos uma avaliação, uma *fairness opinion*, também que recomenda a realização financeira. Precisamos diminuir risco fora do Brasil. Não é prioridade a nossa atividade fora do Brasil. A prioridade absoluta é o Brasil por conta do nosso pré-sal, que é uma demanda de recursos bastante grande.

Da última pergunta sobre Pasadena que o Deputado me fez eu já não me lembro mais, mas acho que já devo ter respondido.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Há uma minha, Presidente, a do *e-mail* do Adams, pedindo que se considerasse a cláusula, não se fizesse a assinatura do contrato e se apurassem as responsabilidades, de 2008. Houve isso? E por que não se adotaram providências?

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER - Na interpretação que nós tivemos em 2007... Eu estava na BR Distribuidora e fui para a PETROBRAS ser Diretora de Gás e Energia, e aí fazia parte da Diretoria a partir de 24 de setembro de 2007. Então, já em 2008, quando veio no CA aquela orientação sobre a cláusula



Merlin, que ela não tinha sido informada e que o caso deveria ser apurado, a interpretação que a Diretoria da PETROBRAS teve à época foi que a cláusula Merlin era inócua porque, efetivamente, nós não fizemos o *revamp*; então, não havia o que apurar. Essa foi a interpretação que nós demos — nós, diretores da época — àquela orientação do CA.

Fizemos agora, há quase mês e meio, uma comissão de avaliação e de apuração do projeto Pasadena para que tivéssemos precisão, segurança das informações; para que pudéssemos informar aos senhores, quando perguntados, com segurança.

Há uma pergunta — eu peço desculpas, não sei quem a fez, veio aqui da minha direita — que é muito importante para a PETROBRAS que a gente responda. Dos 15 bancos de investimento que recomendam papéis da PETROBRAS...

(Não identificado) - É do Deputado Rodrigo Maia.

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER - Oi, Deputado! O senhor estava ali.

(Não identificado) - Saiu da direita para a esquerda.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER - Eu tenho o nome de todos eles aqui, Deputado. Olhe só: Bank of America, comprar; Banco Bradesco, comprar; BTG Pactual, manter; Citi, manter, Credit Suisse, manter; Deutsche Bank, manter; Goldman Sachs, comprar; HSBC, manter — todos recomendam manter; Itaú, manter; JPMorgan; Morgan Stanley; comprar; Santander; UBS. Todos colocam aqui “manter” ou “comprar”. É natural que os bancos queiram mais, e muito mais, e que fiquem...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER - É assim. E eu não estou questionando, não estou dizendo que eles tenham um comportamento que não seja devido. É devido, sim. Eu tenho que aumentar minha produção, sim. Estou atrasada no aumento da produção. Mas tenho resultados, temos tido resultados muito bons, e os bancos sabem disso.

Sabem que, quando uma empresa tem 100% do mercado... É diferente de quando se está na Europa, em outros países. Se a operadora aumenta ou baixa o



preço dela, é um resultado dela. Aqui no Brasil, com 100% do mercado, quando se aumenta preço de combustível, se aumenta no País inteiro, o resultado da PETROBRAS sofre o impacto positivo na mesma hora e as ações também.

Nós trabalhamos pela convergência de preços, trabalhamos para aumentar a produção. Eu sei que estou atrasada, tenho total consciência disso, mas estamos indo bastante bem. É só uma questão de poucas semanas, poucos meses, para que a gente comece a mostrar um resultado melhor, porque investimento foi feito, as plataformas estão na água. Nós temos 41 sondas de perfuração operando em águas profundas. Em 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011, quando saiu da companhia, o Gabrielli não tinha nem a metade dessas sondas. Elas não tinham chegado; tinham sido contratadas no exterior, estavam atrasadas. Então é isso.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Presidente, faltou a minha pergunta. Eu fiz uma só.

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER - Eu vou chegar à do senhor.

Do risco Pasadena eu já falei. Ah, está aqui! À do senhor respondi parte, eu acho. O Deputado Fernando Francischini, que está aqui na minha frente, pergunta se eu conheço o Sinedino.

Muito bem! O Sinedino é o representante dos empregados; ele é o nosso Conselheiro. Na reunião do CA de 2012, ele não fez um voto em separado, ele se absteve — essa é a palavra, obrigada — de fazer uma votação.

As ações querem comprar... Eu não posso comprar ações PETROBRAS...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Não, Presidente. Quero saber se a senhora é a favor ou contra a CPI.

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER - Eu não posso... Eu não tenho... Como cidadã, não tenho nenhum comentário a fazer. Eu não posso comentar. Eu não tenho o conhecimento que V.Exas. têm para precisar a necessidade ou não. Como Presidente da PETROBRAS, eu tenho o dever de atendê-los. Isso eu tenho que fazer: atender aos requerimentos; receber a todos vocês; estar pronta; ter uma equipe dedicada. Isso eu tenho que fazer.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - A senhora é contra, então, Presidente?

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER - Eu não tenho...



(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu pergunto à convidada se encerrou sua explanação. *(Pausa.)*

Vamos ao bloco de mais cinco Parlamentares.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - É uma réplica regimental, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, eu quero exercer o meu direito de réplica.

(Não identificado) - Deputado Vanderlei Macris, a réplica é no final. Tem todos os inscritos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Sr. Presidente, me garanta uma questão de ordem? Uma solicitação aos autores do requerimento? Nós estamos...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Presidente, qual o artigo da questão de ordem?

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Eu vou fazer um pedido aqui aos nobres Líderes da Oposição que é o seguinte. Nós estamos aqui com o plenário lotado. Queria pedir — nós já fizemos isso em outras Comissões — que V.Exas. que estão inscritos regimentalmente para as réplicas, declinassem disso para que permitissem também que outros Parlamentares falassem.

É uma solicitação para evitar esse monopólio todo. Nós já fizemos isso em outras comissões.

(Não identificado) - Infelizmente eu não posso atender a essa solicitação, Presidente.

(Não identificado) - Se não for atendido...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Garantindo o direito regimental, a Presidência dará 2 minutos aos membros dos blocos para que os senhores façam o direito de réplica. Aí seguiremos para o outro bloco, e só após o outro bloco a Presidente responderá, para garantir que o maior número de Deputados possa falar dentro do tempo pré-estabelecido por esta Presidência para encerrar essa audiência pública.



Com a palavra o Deputado Vanderlei Macris, por 2 minutos. Em seguida, o Deputado Mendonça Filho, o Deputado Antonio Imbassahy, depois o Deputado Fernando Francischini.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, eu gostaria só... A Presidente respondeu parcialmente, mas...

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Um minutinho só.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Concedo a palavra ao Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Parece-me que o melhor ordenamento, havendo o direito à réplica, é que a Presidente possa eventualmente fazer uso da palavra imediatamente; depois, sim, os outros.

(Não identificado) - Claro, claro.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Até porque me parece razoável. Não é isso?

(Não identificado) - É.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Apenas isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O que nós queremos, Deputado Jorge Bittar, não é cercear o direito da convidada nem dos Deputados.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Mas é que se dá o direito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Mas sim prezarmos, porque a Presidente responderá por mais 10 minutos. Então, temos cinco Parlamentares, muitos com voos marcados para irem a seus Estados.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Sim. Mas, Presidente...

(Não identificado) - Não deveriam marcar voo. O importante é estar aqui.

(Não identificado) - Vamos, senão a gente não começa. Vamos lá, Presidente, retoma.

(Não identificado) - É isso aí!

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - O seguinte, haverá o que é justo: se pedir o direito à réplica. Agora, na medida em que haja a necessidade, que ela tenha o direito à tréplica, se ela julgar oportuno e necessário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pois não. Fica a cargo da convidada. Se ela preferir responder logo, tudo bem.



Eu quero fazer um apelo, enquanto Presidente, para que a gente possa dar seguimento aos trabalhos e que os Deputados possam falar.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Presidente é rápido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Dois minutos no cronômetro, Deputado Vanderlei Macris com a palavra.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Usarei menos do que isso, Sr. Presidente.

O problema é o seguinte: quando eu fiz a pergunta sobre a questão do Cerveró, ela me disse que não tinha responsabilidade na época, porque era diretoria. Portanto, não respondeu, dizendo que não tinha responsabilidade sobre a questão do Cerveró.

Acontece que ela não era Presidente da empresa, mas passou a ser Presidente da empresa depois, e ele continuou lá. A Presidente Dilma deixou de ser Chefe da Casa Civil e virou Presidente da República. Portanto, Presidente da República e Presidente da empresa, aí sim haveria a possibilidade de demissão do Sr. Cerveró, o que veio acontecer depois que o assunto se tornou público.

Por que não tomou providência de demitir o Sr. Cerveró naquele momento? Ponto. Se ele era aquilo que a própria Presidente da República diz: o único responsável por um negócio que ela não teria feito se soubesse de informações das cláusulas que V.Sa. acabou de revelar. Esta é a questão que eu gostaria que fosse respondida: por que a senhora, quando assumiu a Presidência da PETROBRAS, a Presidente Dilma, quando assumiu a Presidência da República, e, aí, sim, teria possibilidade de tomar decisão, por que não tomou? Ponto.

Outra questão que me parece que a senhora também não respondeu: por que razão o valor, o custo da Astra só está sendo apurado neste momento, quase 6 anos depois — a senhora não citou nada disso na minha pergunta, feita anteriormente —, após a compra de 50% da refinaria? E não seria mais coerente que esse cálculo tivesse sido feito lá na aquisição? Por que não foi feito esse estudo detalhado, amiúde, que V.Sa. acaba de dizer que fez, com informações que dão base para mudança de discurso inclusive? Por que não se fez isso por ocasião da aquisição dos 50%? Por não ter feito naquele momento? Agora, se tivesse sido feito, seria



totalmente desnecessário fazer, seria muito mais tranquilo para a PETROBRAS, inclusive...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Mendonça Filho, V.Exa. tem a palavra por 2 minutos.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Presidente, bem objetivamente, para a Presidente Graça Foster.

Persiste uma grande contradição entre a posição da Presidente Graça e a da Presidente Dilma. Uma diz que, se por ventura conhecesse as cláusulas, não teria feito o negócio, não teria autorizado o negócio — no caso, a Presidente Dilma. A senhora disse que o cenário era favorável e que, para os parâmetros da época, faria o negócio. Então, há um conflito que precisa ser resolvido. A senhora precisa ter uma opinião que esclareça essa contradição entre a opinião da senhora e a opinião da Presidente da República. A Presidente da República apontou praticamente o Cerveró como grande responsável, que só veio a ser demitido, creio, 7 anos depois.

Segundo aspecto. Eu não me satisfaço com a explicação que a senhora deu sobre o processo de aquisição. Sinceramente, em nenhum espaço de discussão de negócio vai se tolerar serviços de refino com preço de aquisição de refinaria por parte da Astra. O valor de investimento por parte da Astra na refinaria de Pasadena é contabilizado em 112 milhões, e não se considera, baseado no mesmo critério, os 680 milhões que a PETROBRAS investiu depois de adquirir 100% da refinaria. Então, há uma contradição, uma prática que eu chamo de maquiagem.

Aliás, o Brasil tem o “maquiador-geral da República”, que é o Guido Mantega. E a PETROBRAS está adquirindo a mesma tecnologia de maquiagem balanço, explanação, e fica muita coisa muito chata. Então, essa contabilidade criativa a gente tem que tirar do setor público.

Espanta-me o custo de refino de petróleo em Abreu e Lima: 83 mil dólares. É uma coisa aberrante, que chama a atenção.

Evidentemente, eu fico a indagar, só para concluir, a questão do *e-mail* do Adams. Como é que o Adams manda um *e-mail*, ele, pela Procuradoria da Fazenda Nacional, representando o Guido Mantega, recomendando a adoção de providências por parte do Conselho de Administração, a apuração de responsabilidade, mas nada é feito?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Passam-se alguns anos, e essa auditoria interna da PETROBRAS só é autorizada agora na gestão de V.Sa.

Então, é um *gap*, é um espaço muito largo, que remete a uma situação de prevaricação, como disse o Líder do PSDB. Alguém tem responsabilidade pela não apuração dos fatos que foram denunciados no processo de aquisição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Imbassahy com a palavra, por 2 minutos.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Sr. Presidente, primeiro quero cumprimentá-lo pela condução dos trabalhos desta importante audiência. Quero também cumprimentar a Presidente Graça Foster, que mais uma vez retorna ao Congresso, numa manifestação de respeito a esta Casa. Nós lhe agradecemos a presença e até lamentamos, Sra. Presidente, que a senhora, nomeada pelos seus méritos, pela sua história, tenha que estar aqui tentando explicar um negócio de difícil explicação, que foi a compra da refinaria de Pasadena.

Algumas coisas não foram respondidas pela senhora, mas eu ficaria muito feliz se a senhora pudesse assumir o compromisso de oportunamente responder diretamente para este Parlamentar ou para a própria imprensa as indagações sobre a refinaria de Okinawa; se foi, na concepção de V.Sa., um bom ou um mau negócio, até porque ali estava presente também nessa decisão, como Presidente do Conselho de Administração, a Presidente Dilma Rousseff, que autorizou a compra dessa refinaria.

Também gostaria de saber se houve efetivamente um desprezo, vamos dizer assim, da nota que a senhora teria enviado ao Palácio do Planalto, em ajuda à Presidente da República, para responder sobre Pasadena, quando *O Estadão* divulgou a matéria. Eu indago se a senhora — e é importante — entende ser razoável que a Presidente do Conselho de Administração da PETROBRAS considere suficientes, para a tomada de decisão da compra de uma refinaria, apenas duas folhas de papel? Foi o que ela disse. É assim que se procede no Conselho? Creio que não!



Finalmente, com todo o respeito que tenho pela senhora, não me convenci, em absoluto, com as explicações sobre a Refinaria Abreu e Lima. Realmente, os valores desse projeto são valores exorbitantes.

Mais uma vez obrigado pela presença.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Francischini.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Vou fazer o resumo de alguns casos da PETROBRAS nesses últimos anos.

Primeiro, Pasadena. E aí talvez eu veja mais com a visão — alguns berram aqui por conta disso — de delegado e menos com a de Deputado. Pasadena. Ex-funcionários da PETROBRAS trabalhando na Astra. A Astra, com o Sr. Cerveró, faz contratos sobre os quais não tem conhecimento nem a Diretoria da PETROBRAS... Milhões, e a gente acompanhou! A própria Presidente disse que o prejuízo foi de milhões. Não foi um bom negócio. A SBM, holandesa, pagou uma comissão de 139 milhões de dólares no Brasil para uma figura praticamente desconhecida de todos nós. Veio a Operação Lava-Jato. A maioria dos negócios investigados na Lava-Jato é na PETROBRAS. Nós temos um ex-Diretor da PETROBRAS, dos mais importantes, figura proeminente em encontros — nós vimos as fotos que o Deputado Imbassahy mostrou —, preso pela Polícia Federal, num presídio.

A senhora põe a mão no fogo pela cúpula da PETROBRAS, confia que não há indícios de corrupção, Presidente Graça Foster? Porque a senhora recebeu em seu gabinete uma busca da Polícia Federal; foram bem recebidos. A senhora teve que entregar documentos para a Polícia Federal, e são vários os inquéritos que estão abertos. E a minha pergunta, quando a senhora respondeu que, como cidadã, é a favor da transparência, mas, como Presidente... Depois de uma explanação dessas, a senhora dizer que, como Presidente, não tem conhecimento suficiente para dizer se há indícios para a instalação de um CPI ou para a instauração de um inquérito na Polícia Federal, parece-me mais uma resposta política e menos técnica. A senhora é a grande técnica desse Governo.

O que eu espero, Presidente, não como pergunta, é que a população brasileira tenha resposta do que está acontecendo, Presidente Graça Foster.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço aos Deputados.

Vamos dar seguimento à ordem de inscrição.



(Não identificado) - A Presidente não vai usar a palavra não, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Ela optou por responder após o bloco.

Com a palavra o Líder da Minoria, Deputado Domingos Sávio, por até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, antes que inicie...

O SR. DEPUTADO ANTHONY GAROTINHO - Sr. Presidente, V.Exa. pode informar a ordem dos próximos cinco inscritos?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Antes que inicie o meu tempo, V.Exa. poderia me informar se eu posso usar o meu tempo de inscrição e o meu tempo de Líder simultaneamente? Aí eu evito de ter que...

O SR. DEPUTADO ANTHONY GAROTINHO - V.Exa. pode informar os cinco inscritos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Nós temos usado esse critério, Deputado Domingos Sávio, para os autores do requerimento que são Líderes.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Tudo bem, se não houver...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Então, eu queria contar com o entendimento de V.Exa. para usar apenas...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Perfeitamente, Presidente. Eu usarei apenas os 5 minutos. Depois eu me reservo o direito, sou membro da Comissão, e, como membro, estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Domingos Sávio, eu vou marcar o tempo de V.Exa.

Deputado Garotinho, responderei à indagação de V.Exa. após o encerramento da fala do Deputado Domingos Sávio.

Tem a palavra o Deputado Domingos Sávio por até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sra. Presidente da PETROBRAS, Dra. Graça Foster, eu inicio também fazendo reverência a V.Exa. pela história como servidora de carreira.

Em debate recente com o Deputado Fernando Ferro, eu destacava a importância de se valorizar isso. E até aproveito para lembrar o Deputado Fernando Ferro, porque lá ele tentou me contradizer dizendo que o Gabrielli era funcionário de



carreira da PETROBRAS também, e não é. Eu lembrei na hora. E ele disse: “*Não, o Gabrielli era de carreira*”. Isso foi num debate ontem, está fácil de verificar. Então, talvez tenha começado lá atrás, com esse uso partidário. A senhora não era Presidente, mas estava lá no Conselho.

Eu volto às questões que permeiam as contradições desse processo.

A cláusula *put option* e a cláusula Merlin, a senhora voltou a frisar aqui de maneira muito clara que as considera extremamente relevantes e que elas, portanto, deveriam ser conhecidas.

A senhora disse recentemente, aqui na Casa, perguntada pelo Deputado Imbassahy, como era a preparação dos conselheiros. A senhora disse que era uma preparação absolutamente profunda, com estudos, inclusive durante dias. E, obviamente, a Presidente Dilma, que era a Presidente do Conselho, recebia todas essas diplomações. Objetivamente: é possível que o Conselho sequer tivesse acesso ao contrato que iria formalizar a compra de Pasadena, aprovar a compra sem ter o contrato? Tudo bem que o resumo fosse utilizado para um debate rápido, mas o contrato era desconhecido? Inclusive a senhora já estava bem próxima do Conselho à época.

Ainda sobre essa cláusula *put option*, eu concordo com o Deputado Mendonça: não ficou clara a resposta à correspondência do Ministro Adams, porque a senhora disse, ao respondê-lo, agora aqui, que o Conselho achou que não era muito importante, já que não tinha sido feito o *revamp*. Foi isso que a senhora disse agora mesmo. Ora, é óbvio que se não existisse a cláusula de *put option*, não tendo havido o *revamp*, a PETROBRAS não deveria ter comprado os outros 50%. Parece-me que nem é preciso perguntar isso para a senhora. É óbvio! Então, torna-se extremamente relevante, por não ter feito o *revamp*, ao contrário do que a senhora acabou de dizer, que se levasse em conta a provocação do Ministro Adams, que se investigasse, tomasse providência, punisse.

Aí, volto à questão do Cerveró. A senhora, respondendo a ele, disse que, quando o Cerveró foi para a diretoria de uma subsidiária importantíssima, a BR, foi ser diretor; não foi punido, sendo simplesmente exonerado, a senhora não podia responder isso porque a senhora não era do Conselho e não era Presidente. Era Presidente a Presidente Dilma. Então, aí a minha resposta: quem é responsável por



não ter tomado providências é a Presidente Dilma. Será que entra aí o que o Gabrielli está dizendo, *“assuma as suas responsabilidades”*? Ela sabia; sabia que ele ocultou essas informações e não tomou providências. E aí a pergunta objetiva: a nomeação e a exoneração de Diretor da PETROBRAS e das suas subsidiárias são de conhecimento do Conselho? O Conselho participa, delibera, objetivamente? A Presidente Dilma, portanto, foi informada, participou da decisão de que o Cerveró iria assumir uma diretoria tão importante, logo na sequência de toda essa história?

Ainda, nessa linha, Presidente, essa situação que é sempre colocada de que: *“olha, foi um bom negócio”, “não foi”, “dependendo da época, seria um bom negócio”, “o mercado mudou”,* eu levantei aqui, agora — e a senhora deve ter isso aí mais facilmente do que eu, porque a senhora é altamente conhecedora, eu já reverenciei isso no início e sustento — e tive a informação de que, em 2006, o barril de petróleo variou entre 90 e 110 dólares; hoje, está em 108 dólares. A variação para hoje praticamente não existe. Quer dizer, já houve. Houve uma crise? Houve. Hoje, o preço do barril é 108 dólares. Por que não voltou a ser um bom negócio? Porque a PETROBRAS não está, portanto, fazendo agora todo o programa de grandes investimentos lá em Pasadena? Será que a PETROBRAS tem coragem de vir ao mercado e dizer: *“Olha, eu vou fazer um megainvestimento para adaptar aquela refinaria para fazer o refino de petróleo pesado. Eu vou modificar toda a estrutura dela. Vou botar mais dinheiro. Vou botar mais sal nessa carne podre.”* Será que aí as ações não vão cair mais? Será que não é só uma justificativa para dizer: *“Olha, na época foi bom negócio”*? Mas como foi um bom negócio, se o mercado de petróleo voltou, e hoje está em 108 dólares o barril de petróleo? Parece-me extremamente contraditório.

Há outra questão extremamente importante, Presidente. Existem outros casos de compras também inexplicáveis de 50%. Em 2009, a Presidente Dilma estava lá à frente também do Conselho...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Dez segundos para concluir.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Concluo, concluo, Presidente.

Em 2009 ela autorizou a compra da Biodiesel Sul — BSBIOS, que acabou sendo comprada por valores muito maiores do que aqueles pagos por quem a tinha adquirido poucos meses antes, e hoje o mercado diz que ela não vale nem a metade



do que foi pago. Essas coisas estão extremamente obscuras, precisavam ser esclarecidas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado José Guimarães. S.Exa. tem até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Eu vou usar 6 minutos, porque o Sávio usou, viu Presidente? Aumente o som, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Aumente o som do microfone do Deputado Guimarães.

O SR. DEPUTADO ANTHONY GAROTINHO - Sr. Presidente, V.Exa. ficou de me informar...

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Guimarães, peço licença a V.Exa.

Os inscritos, Deputado Garotinho, como Líderes, são os Deputados José Guimarães, Edio Lopes, Rubens Bueno e Arlindo Chinaglia. Membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle: Antonio Carlos Mendes Thame, Edio Lopes, Carlos Brandão, Anthony Garotinho, Edson Santos, José Guimarães, Vanderlei Siraque, Renato Simões, Edinho Bez, Rodrigo Maia, Ronaldo Benedet, Carlos Zarattini, Fernando Ferro, Luiz Alberto, Luiz Sérgio, João Carlos Bacelar, Domingos Sávio, Ronaldo Zulke, Otavio Leite, Duarte Nogueira, Jorge Bittar, Benedita da Silva, Amauri Teixeira, José Humberto, Rosane Ferreira, Jô Moraes, Márcio Macêdo, Assis Carvalho, Jesus Rodrigues, Domingos Dutra, Osmar Terra.

O SR. DEPUTADO ANTHONY GAROTINHO - Obrigado, Sr. Presidente, mas é inviável.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu não tenho outra saída a não ser responder à indagação de V.Exa.

Com a palavra o Deputado José Guimarães.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Presidenta Graça Foster, Presidentes das duas Comissões, na vida pública, muitas vezes, para quem é Governo ou para quem é Oposição — e para



quem é Governo, na condição de Presidenta, que a senhora é — tem-se que enfrentar, às vezes injustamente, algumas críticas.

A primeira coisa que eu queria levantar aqui é: se eu estivesse no lugar da Oposição, a primeira coisa que eualaria, para o bem do debate entre Oposição e Governo aqui dentro, era reconhecer a forma transparente e os bons propósitos com que V.Exa. está discutindo esse assunto.

Talvez a senhora não tenha a experiência que muitos de nós temos, mas a senhora vai ficar uma *expert* em política por conta desse jeito sincero e transparente, e a Oposição deveria lhe elogiar, Presidenta, porque a senhora não está escondendo nada. Está falando tudo sobre a PETROBRAS, especialmente sobre Pasadena. E protegendo a PETROBRAS.

O que a Presidenta está fazendo, meu caro Rodrigo Maia, é proteger a empresa. No passado, quiseram vendê-la. Está S.Sa. fazendo um extraordinário benefício para a República brasileira, prestando esclarecimentos, como S.Sa. o faz.

O que fica, Presidenta Graça, de toda essa celeuma que foi criada? Eu acompanhei também a sua exposição no Senado e tenho acompanhado, como Parlamentar. Não como Líder, porque eu estou aqui representando o Vicentinho, mas porque eu tenho compromisso com o País. Tenho acompanhado.

O que resta disso tudo? Foi V.Sa. ao plenário do Senado e explicou tudo. Qual é o problema? Primeiro, a senhora está correta quando diz que à luz, analisando a economia mundial hoje, talvez esse negócio não tenha sido um bom negócio para os padrões econômicos de hoje. Está correta V.Sa., porque a economia também muda. Ou V.Exas. não compreendem que um negócio que foi feito há 15 anos poderá não ser bom agora?

O que nós deveríamos discutir, Deputado Antonio Imbassahy, é se aquele negócio foi feito para beneficiar alguém ou se foi mal feito, porque a realidade econômica daquele momento aconselhava, no plano de negócios da PETROBRAS, a compra de Pasadena.

E vir imputar a V.Sa. alguma responsabilidade na condução? Não! O Gabrielli estava certo quando ele defendeu, porque ele era Presidente da PETROBRAS, assim como V.Sa. está certa em defender à luz do que está acontecendo hoje no mundo. O mundo mudou. V.Exa. expôs com toda franqueza os dados.



Dizer que a PETROBRAS hoje é uma empresa que está combalida? Ao contrário. V.Sa. expôs aqui.

Vamos separar as coisas, Oposição! As duas CPIs estão instaladas. Vamos debater o negócio, porque fizeram a maior celeuma, Presidenta. Veio o Cerveró para cá: “*Lá vem o homem!*” Não deu em nada! Agora estão se apegando a uma frase que a Presidente disse para um funcionário. Imaginem!

Vamos debater em alto nível qual é o futuro dessa empresa. Vamos discutir. Está aí a CPI. Investigue Pasadena, Antonio Imbassahy, Líder da Oposição. E vamos discutir o modelo, porque o que está acontecendo, Presidenta, é uma disputa política, ideológica e programática no País.

Quem não se lembra quando nós votamos aqui o modelo do pré-sal? Quem não se lembra como se comportou a Oposição, que defendia o modelo de concessões? Debateremos isso. O modelo de concessões que a Oposição está defendendo hoje é o modelo, Presidenta...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Sr. Presidente, eu quero que desconte o meu tempo. Com calma, vocês estão nervosos. Eu não estou nervoso. Eu faço política assim e vou ser sempre assim. Estou exaltado, mas eu sou cearense, cabeça chata, portanto tanto faz eu falar aqui ou em qualquer outro lugar. Não estou exaltado, é porque a política está no sangue.

Portanto, Presidenta, é preciso separar essas coisas todas para a gente não entrar nessa, porque há uma disputa. Como eu dizia, as grandes petrolíferas, a quem, naquela discussão de concessões, se tinha o objetivo de entregar a exploração de petróleo, serem as detentoras da exploração, não têm o interesse de a PETROBRAS crescer e ser uma grande petrolífera na produção, exploração e refino no Brasil. É claro que essas grandes petrolíferas, Presidenta, não vão querer que a senhora implemente as refinarias Premium 1 e Premium 2, porque elas aumentam a capacidade de refino no Brasil e nós vamos deixar de exportar óleo bruto.

Nós não podemos aceitar esse tipo de coisa, porque isso é um desserviço para a PETROBRAS. Vamos apurar.



O Governo da Presidenta Dilma não tem compromisso com qualquer malfeito. Se alguém errou, paga. É claro que os fatos estão sendo investigados. Qual é o problema nisso? Agora, preservemos a PETROBRAS, porque V.Sa. está fazendo uma extraordinária gestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Eu concluo, Presidente.

Estão aí os dados. Queria até que V.Sa. falasse mais do plano de negócios internos no Brasil, porque toda vez a senhora vem aqui ainda tem gente que chega lá no Maranhão, no Ceará ou no Pará e diz: *“Não, a Presidenta disse que o plano de negócios não vai dar para garantir os investimentos internos no Brasil, porque vai estar comprometido com a denúncia de Pasadena.”*

O que é que tem uma coisa a ver com a outra? Nada! A PETROBRAS está sólida. Vamos separar esse debate. Se a Oposição quer discutir o País, defenda a PETROBRAS.

Eu termino dizendo que li o depoimento do Senador do Paraná, que dizia: *“Nós queremos é sangrar.”* Faz parte do jogo na disputa política, mas não permitamos que a PETROBRAS seja instrumento de formação de palanque eleitoral, porque é um desserviço para a empresa.

Essa empresa, Sr. Presidente, não é de governo A ou governo B; é de todos.

(Não identificado) - O tempo, Sr. Presidente.

(Não Identificado) - Atacando a Oposição, nós queremos novo tempo também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Edio Lopes. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Rubens Bueno, V.Exa. tem a palavra por até 5 minutos.

Antes, peço à Comissão que mantenhamos a ordem e a tranquilidade que tivemos desde o início dos trabalhos.

Deputado Rubens Bueno, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Sra. Graça Foster, convidada para este debate nesta Comissão, é um prazer muito grande recebê-la. Eu gostaria, diante de tantas informações, de, primeiro, fazer uma colocação que chama a atenção.



Pasadena, uma refinaria sucateada, foi adquirida em 2006. Oito anos depois, a PETROBRAS começou a tomar alguma providência no sentido de processar internamente informações sobre os maus negócios, desmandos e corrupção naquele processo. Isso chama a atenção.

Segundo: chama a atenção o paralelo que se deve fazer entre Pasadena e Okinawa. É interessante que o objetivo da PETROBRAS era produzir 100 mil barris diários de petróleo, tanto numa quanto noutra. Todavia, a diferença de preço é algo alarmante! Tanto é verdade que Okinawa custou 87,5%; custou para a PETROBRAS 52 milhões de dólares. A metade de Pasadena custou 360 milhões de dólares, com o mesmo objetivo de produzir 100 mil barris diários.

Chama também a atenção que, além desses 52 milhões, a PETROBRAS depois comprou da Sumimoto os 12,5%, fechando o negócio, razoavelmente, em torno de 111 milhões, com alguns projetos e investimentos. Já a nossa Pasadena passou de 1 bilhão e 900 milhões de dólares, segundo a notícia, publicada ontem, da compra de seus investimentos.

Pergunto, Sra. Presidente: descontados os gastos com a compra, investimentos e custos de operação de Okinawa, qual é o lucro que houve para a PETROBRAS depois de 2007?

O valor pago por Okinawa, que, na prática, teria a mesma capacidade de produção de Pasadena, ou seja, a de 100 mil barris diários, custou até agora 1 bilhão e 900 milhões de dólares.

Terceira pergunta: quais empresas, em especial empreiteiras, foram contratadas para fazer ampliações e melhorias nas duas refinarias? Houve concorrência? Houve disputa nessas contratações?

Quarta pergunta: pelas notícias que temos, a PETROBRAS está interessada agora em vender a refinaria de Okinawa. A empresa está arrependida do negócio, assim como vem demonstrando estar com Pasadena? Eu estou citando os dois casos porque são muito parecidos, se bem que os valores são escandalosamente diferentes.

Quinta pergunta: dentro da estatal, quem deu aval à compra de Okinawa? Entre essas pessoas está a então Presidente do Conselho de Administração, a atual



Presidente Dilma Rousseff? Essa refinaria não tinha condições de produzir 100 mil barris diários? Isso era do conhecimento da PETROBRAS?

Houve também, nesse caso, como alega a Presidente Dilma, com relação à Pasadena, um resumo executivo falho e juridicamente não aceitável, do ponto de vista da gestão, produzido pelo Diretor da Área Internacional Nestor Cerveró, único diretor, como alega a Presidente Dilma, responsável por negócios desastrosos de uma empresa do tamanho da PETROBRAS? Ou seja, ele é o único responsável por tanto desastre na PETROBRAS?

E, por último, só para citar o caso de que o Diretor da PETROBRAS Paulo Roberto da Costa está preso. O que nós da Oposição desejamos é reestatizar o patrimônio do povo brasileiro chamado PETROBRAS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Encerradas as palavras do Deputado Rubens Bueno, vou passar a palavra ao Líder do Governo, Deputado Arlindo Chinaglia.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Senhores presentes, Presidente Graça Foster, Srs. Deputados, eu quero dizer, não com referência ao Líder Rubens Bueno, sem medo de errar, que não posso concordar com a afirmação de que a intenção da Oposição seja de reestatizar a PETROBRAS. Até porque foi a Oposição que vendeu na Bolsa de Nova Iorque mais de 30% das ações ordinárias da PETROBRAS, que pelo brutal — felizmente — crescimento da empresa tornaram-se irrecuperáveis.

Se isso não bastasse, eu quero pedir à Presidente Graça Foster, se possível, que nos explique por que existe uma cláusula que tem o apelido de Merlin. Até onde eu sei — não é da minha área, por isso peço a explicação —, na verdade isso surgiu no Governo Fernando Henrique Cardoso, quando, para explorar o então maior campo de petróleo do pós-sal, exatamente o de Merlin, foi feito um contrato com um grupo de empresas, bancos etc., sem leilão, adotando-se um modelo no qual estes receberam generosamente do BNDES, parece-me, 200 milhões ou de dólares ou de reais — presumo que dólares — para que a produção do campo de Merlin viesse a pagar o restante do investimento e, inicialmente 30%, a previsão era de que, no decorrer do tempo, esse grupo, aí sim, absolutamente selecionado, passaria a ter 70% do grupo de Merlin, repito, o maior campo de petróleo.



Eu estou dizendo isso para, aí sim, a Oposição se acalmar um pouco. A senhora disse aí que não se analisa uma refinaria, mas o conjunto do refino; não se analisa uma usina de etanol, mas o conjunto do etanol — e a senhora disse que são boas iniciativas —, assim como não se analisa o resultado de uma ou outra termelétrica.

Indago da senhora: na época do Governo Fernando Henrique, que foi quando também se decidiu pelo investimento em termelétricas, foi previsto como um bom negócio ou um mau negócio? E durante algum período se manteve como bom ou se transformou num mau negócio?

Queria fazer outra observação. É evidente que, se algum funcionário da PETROBRAS de qualquer nível, fora da PETROBRAS, cometer, sempre com o direito de defesa, qualquer tipo de crime, tem de ser preso. Isso não tem nada a ver com a PETROBRAS, não tem nada a ver com uma empresa desse porte. Até porque, quando a empresa pode ser apoderada por uma concepção equivocada, aí ela sofre prejuízos graves.

E eu quero mencionar, então, algumas coisas para saber da senhora se foram bons negócios para a PETROBRAS. Exemplo: no Governo Fernando Henrique Cardoso se deixou de investir em 15 hidrelétricas. Isso acabou forçando — na minha interpretação — a construção do gasoduto Brasil-Bolívia, até então o pior negócio da história da PETROBRAS. Ao obrigar a empresa a fazer o gasoduto, quem controlava o gás da Bolívia? Não era o Estado boliviano, mas a Repsol e outra empresa cujo nome não me recordo. E aí o Brasil ficou na obrigação de comprar aquele gás, até porque passou a ser uma necessidade, ainda que durante um longo período se botou fogo no gás porque não havia sequer como gastar aquele gás que o Brasil estava comprando.

Calma, Mendonça, ainda nem comecei!

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Acabou o tempo!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vou pedir a V.Exa...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Ah, perdoe-me! Eu...

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Dá um cronômetro para ele!

Acabou o tempo!



O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Se acabou, eu encerro, mas eu só queria, então, fazer uma última observação, se possível, em 15 segundos. O diabo é que eu não vou achar aqui, mas eu passo para algum companheiro, dado que foi citado um representante dos funcionários da PETROBRAS. Eu tenho aqui uma afirmação dele, mas quero respeitar o tempo.

Agradeço a V.Exa., Sr. Presidente, a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço ao Líder do Governo.

Passo a palavra ao Líder do PSOL, Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - O Presidente da GASPETRO, na época, era quem? Sabe ou não quem era o Presidente da GASPETRO?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Se o Presidente garantir a nossa palavra, podemos estabelecer um debate tranquilo. *(Risos.)*

Eu desafio aqui, Presidente, a Oposição. Se quiser me dar a palavra, eu encaro todos aqui numa boa. Vamos nessa? *(Risos.)*

(Não identificado) - Estamos à disposição.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Não, eu só queria saber se era o Delcídio, o Senador do PT.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Ele representava o PSDB, na época.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Ivan Valente, V.Exa. tem a palavra. *(Pausa.)* Reponho o tempo do Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, Presidente Graça Foster, Deputado Ivan Valente, Líder do PSOL. Quero dizer que nós somos a favor da CPI da PETROBRAS.

(Intervenções simultâneas fora do microfone. Ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, eu quero que seja garantido o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu já voltei o tempo de V.Exa. Conclua com o tempo que tem.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Então V.Exa. mantenha silêncio no plenário.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Está mantido.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não vou perder mais meu tempo com intervenções.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. só terá 5 minutos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - V.Exa. me deu o tempo. Eu pedi para repor o tempo. V.Exa. não repôs o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu já repus.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não repôs o tempo!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Em todas as audiências públicas V.Exa. cria problema! Eu não reponho o tempo! São 5 minutos. V.Exa. fale. Se não quiser falar, passarei a palavra para outro Deputado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Vou falar, mas V.Exa. não sabe exercer a Presidência. Desculpe-me. V.Exa. não tem autoridade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Quem tem critérios para me julgar não é V.Exa. A opinião de V.Exa. não me interessa!

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Nem a sua! A sua também não me interessa!

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Deputado Ivan, vamos com calma, o Presidente está conduzindo tão bem os nossos trabalhos, não é, Imbassahy?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Presidente Graça Foster, eu quero dizer que o PSOL é favorável à criação e instalação da CPI, porque há denúncias.

A primeira pergunta que eu queria lhe fazer é a seguinte. A senhora conhece o Sr. Paulo Roberto Costa, evidentemente, Diretor da PETROBRAS. Qual era o convívio que a senhora tinha com ele? Por que passou tanto tempo despercebido que esse cidadão praticava ilícitos sem que ninguém desconfiasse?

Por que o Sr. Nestor Cerveró foi demitido 6 anos depois de ter feito um relatório falho? Essa pergunta também precisa ser respondida.

Quero só me diferenciar daqueles que querem de fato privatizar a PETROBRAS. Eu não quero, eu quero estatizar a PETROBRAS. O PSOL votou, inclusive, a favor da PETROBRAS 100% estatal, contra o plano de partilha e contra as concessões. E foi o único partido que se mobilizou contra o leilão de Libra. Quero



deixar isso bem claro aqui. Isso se chama privatização, e nisso tucanos e petistas estão juntos. Libra é algo contrário ao interesse nacional, em minha opinião.

Sra. Presidente, não me importo com perda de valor de mercado. Isso aí não quer dizer nada. Isso é especulação na Bolsa de Nova York. Se a gasolina faz parte da política de preço, então cai o valor da PETROBRAS. Se há especulação... Como foram vendidas ações da PETROBRAS — ela está na bolsa, ela é uma empresa privatizada, na prática —, vai ter especulação e o valor de mercado vai variar. Isso não importa. O que importa é saber se ela serve ou não ao interesse nacional.

E, mais do que isso, eu queria fazer a seguinte pergunta à senhora. Para mim não convenceu, desde o começo, aquela ideia de que custou 42 milhões e, na verdade, a PETROBRAS pagou 360 milhões. Isso não é verdadeiro. Isso acabou sendo esclarecido no processo, porque havia margens de refino diferenciadas, havia os estoques e outras questões. Tudo bem. Mas na hora de assinar o contrato real com a Astra... A PETROBRAS é uma empresa que faz desde a investigação — pré-sal — até a distribuição, todo o arco. A Astra não faz isso. Ela não é uma empresa estratégica. A PETROBRAS é.

Então, como é que se assina um contrato com esse tipo de empresa em que você é obrigado a comprar por um preço de mercado que não interessa? E aí eu quero saber se houve erro ou não, inclusive em recorrer e perder o preço na Justiça para elevar a 1 bilhão e 300 milhões. Particularmente, eu acho, Presidente, que o grande problema está, sim, talvez mais ainda, em Abreu e Lima e em Urucu. A CPI vai ter que “entrar de sola” nessas questões. Algo que foi planejado para custar 2 bilhões, 3 bilhões, está em 18 bilhões! Isso não tem explicação e precisa de muita averiguação.

Eu queria dizer que uma das razões centrais pelas quais a PETROBRAS — uma empresa estatal da qualidade, da tradição da PETROBRAS! — está sendo hoje investigada é porque, na verdade, como existe no Brasil uma governabilidade conservadora, quando se ganha o Governo, com a distribuição do butim do Governo dá para se ganhar diretorias espetaculares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Por exemplo, uma diretoria de compra e venda, de exportação ou importação de gás e petróleo; por exemplo, uma diretoria



de plataformas de petróleo. Eu imagino que os olhos cresçam, e, aí, o nível de governabilidade leva a escolhas que não são técnicas, não são éticas e levam ao Sr. Paulo Roberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Por isso, nós somos favoráveis à investigação global, inclusive ao processo de privatização da PETROBRAS, que veio desde o Governo Fernando Henrique Cardoso, com a quebra do monopólio do petróleo. Nós estaremos na linha de investigar todos os malfeitos e de defender a PETROBRAS.

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vamos passar a palavra ao próximo inscrito. Atendendo a um apelo do Deputado Rodrigo Maia, vou passar a palavra a S.Exa., que terá que voltar ao seu Estado, e a Presidente responderá as perguntas de um bloco de seis Deputados.

Com a palavra o Deputado Rodrigo Maia por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Meu voo é só às 18h.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Então voltarei a palavra para a Presidente...

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Mas deixe-me falar, porque eu falo rápido, para complementar a palavra deles. Já estou com a palavra e vou falar por 5 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. tem 3 minutos.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Três minutos.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - São 5 minutos para autores e Líderes e para membros da Comissão. Para não membros, 3 minutos.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Vou tentar. V.Exa. quer que eu me transforme num Enéas. Isso não é justo comigo.

Sr. Presidente, rapidamente, são muitos assuntos, vou tentar pontuar todos.



Eu começo com a frase utilizada pela Presidente da PETROBRAS, porque acho que ela é a base de tudo para a nossa futura investigação: *“O negócio era potencialmente bom até 2008.”* Se a senhora está certa, a Presidente Dilma, na entrevista para *O Estadão*, foi desonesta, porque, se o negócio era potencialmente bom, ela também tinha a mesma informação, até porque a senhora era uma das principais assessoras, tanto que virou Presidente da PETROBRAS.

Eu quero ler o extrato da decisão da demissão do Sr. Cerveró pelo Conselho de Administração, presidido, à época, pela Presidente Dilma Rousseff. Não vou ler todo porque não tenho tempo. Mas fala aqui sobre a substituição do Sr. Cerveró: *“Outrossim, ressaltou consignar em ata os agradecimentos do colegiado ao Diretor que ora deixa o cargo pelos relevantes serviços prestados à companhia, ressaltando sua competência técnica e o elevado grau de profissionalismo e dedicação demonstrados no exercício do cargo.”* Essa era a posição da Presidente Dilma Rousseff quando transferiu o Sr. Cerveró para a Diretoria da BR Distribuidora.

Sra. Presidente, a senhora participou da aprovação, pela Diretoria Executiva, da compra do restante da refinaria. Qual foi o seu voto? Como a senhora votou na decisão da Diretoria Executiva, que depois foi rejeitada pelo Conselho de Administração?

Sra. Presidente, por que a Diretoria Internacional da PETROBRAS está vaga até hoje? Como a senhora avalia a gestão do ex-Senador Sérgio Machado na TRANSPETRO?

Sra. Presidente, eu não vou entrar na questão da África agora porque não tenho tempo, mas essa venda das reservas da África ainda vai dar muita polêmica.

Pergunto também sobre a crise na Petros. Depois de 10 anos, o Conselho Fiscal, pela primeira vez, rejeitou as contas, com um prejuízo de mais de 500 milhões de reais para os funcionários da PETROBRAS — e a senhora faz parte também, como funcionária. A Petros está no negócio do Galileu, lá do Rio de Janeiro, da Gama Filho, onde colocou 60 milhões de reais. Aliás, a Petros e a Postalis estão em todos os malfeitos dos fundos de pensão neste País.

Para encerrar, já que o meu tempo está acabando, eu pergunto se a senhora tem falado com o Sr. Cerveró.



E quero registrar aqui que a posição dos bancos de manter as ações da PETROBRAS... É óbvio, ninguém vai indicar a venda se indicou a compra por mais de 20 reais. A senhora, como Presidente, deveria estar trabalhando para que os bancos, majoritariamente — o que não é verdade, a maioria quer manter, porque não quer ter prejuízo contábil —, estivessem recomendando a compra. Infelizmente, não é isso o que ocorre hoje no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vou passar a palavra para a nossa convidada para que faça os esclarecimentos e daremos sequência à lista de Deputados inscritos, alternando entre membros da Comissão de Minas e Energia e membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle.

Os próximos inscritos são os Deputados Antonio Carlos Mendes Thame, Ronaldo Benedet, Carlos Brandão e Carlos Zarattini.

Com a palavra a Sra. Maria das Graças Foster.

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER - Bom, tenho aqui a sequência, não sei se fiel à forma com que as perguntas me foram feitas, mas eu não gostaria, realmente, de deixar de responder a nenhuma delas.

O Deputado Fernando Francischini fez complementos, falou da SBM, da Operação Lava-Jato, da CPMI. Gostaria de saber a minha opinião sobre a Comissão. Ela está mantida. Eu não tenho o conhecimento que V.Exas. têm, mas tenho o dever de organizar a minha empresa para atender e para apurar. A Operação Lava-Jato é algo que realmente nos constrange profundamente, porque qualquer questionamento em relação à PETROBRAS é algo que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Presidente, posso fazer-lhe uma sugestão?

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER - Pode.

O SR. DEPUTADO HUGO MOTTA - Eu queria que V.Sa. respondesse aos Deputados que estão no plenário aguardando a sua resposta, porque eu acredito que isso ajuda o bom andamento dos trabalhos.

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER - O Deputado Fernando Francischini não está? Mas eu o estou procurando, às vezes eu não o acho e ele está aqui.



O SR. DEPUTADO HUGO MOTTA - A senhora cita o nome e o Deputado, se estiver presente, responde. Acredito que é assim.

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER - Está bom. Deputado Francischini? (*Pausa.*)

O Deputado Vanderlei Macris, que está presente, perguntou por que o Nestor Cerveró não foi demitido, quem demite e quem aprova diretores da PETROBRAS e da BR Distribuidora.

O Conselho é o mesmo — o Conselho de Administração da PETROBRAS é o mesmo Conselho de Administração da BR Distribuidora —, cabe apenas ao Conselho, Sr. Deputado. Tem o Presidente do Conselho, têm os Conselheiros, e cabe ao Presidente do Conselho justificar a aprovação ou não de um diretor na nossa companhia.

Uma pergunta importantíssima foi aqui colocada sobre o resumo executivo. Todas as nossas pautas para reuniões do Conselho são encaminhadas via resumo executivo. Essa prática de ir para o Conselho um resumo executivo foi uma decisão tomada em 1999. Aliás, em 1999 o resumo executivo também ia para a Diretoria. Meus colegas tomaram a decisão — eu não era Diretora — de que para o Conselho fosse o resumo executivo, mas que para a Diretoria fossem todos os documentos internos, todos os anexos. Os assistentes dos diretores deveriam apurar os anexos e todo o conteúdo da pauta. Então, não é uma decisão nova.

Quanto à questão dos nossos diretores, quando eles levam um assunto para aprovação da Diretoria e do Conselho de Administração, existem todos os processos de movimentação de documentos dentro da companhia: o que foi de fato, o que foi anexado, o que foi citado, mas não seguiu no anexo. Existe a Secretaria-Geral da PETROBRAS, que recebe toda essa documentação e encaminha ao Conselho de Administração aquilo que o diretor da área recomenda. Essa é a questão. Mas há anos é somente o resumo executivo. Cabe ao diretor da área, à nossa Diretoria, que é a Diretoria Colegiada, da qual fiz parte — hoje, sou Presidente —, garantir que são exatos os números, que os principais itens e as principais referências estão documentados e acertados. Então, é feita uma apresentação, é feita uma discussão. O resumo reflete exatamente a posição da Diretoria.



Foi-me perguntado se no caso dos 50% remanescentes eu já era Diretora da PETROBRAS e qual foi a minha posição? A minha posição foi a favor da aprovação dos 50% restantes, porque era um fato consumado. Então, seria feita a aprovação. Entregue a documentação, nós deveríamos fazer a aquisição.

Lembro aos senhores — o material está com os senhores. — que naquele momento, em 2008, eram margens excepcionais — 2007/2008 —, margens excepcionalmente altas: a Revamp ir para 200 mil barris por dia — a refinaria sair de 100 mil para 200 mil barris por dia era extremamente positiva e interessante para a PETROBRAS, conforme defendido pela Diretoria Internacional, que documentou toda essa proposição de agregação de valor.

O ilustre Deputado Domingos Sávio, de Minas Gerais, faz a seguinte colocação à *Put Option* e à Merlin. São duas equações diferentes, são duas cláusulas bastante diferentes. O que obriga a compra na desistência da Astra é a *put option*. É ela que obriga e é ela que precifica quanto será pago. Isso é combinado no primeiro momento, no momento da aquisição dos 50%. A Cláusula Merlin garante uma rentabilidade mínima à PETROBRAS na área internacional lá nos Estados Unidos e garante também à Astra. Então, são duas cláusulas importantes, relevantes nesse negócio.

O Conselho de Administração da PETROBRAS, eu acabei de responder, aprova os diretores da PETROBRAS e da BR Distribuidora. Nós temos em torno de 300 empresas no grupo PETROBRAS. O Conselho de Administração não tem qualquer responsabilidade pelas indicações e pelas aprovações que fazemos dos vários Conselhos que temos das subsidiárias e das coligadas. O Conselho toma providências, aprova e demite diretores da PETROBRAS e da BR Distribuidora. Esses Conselhos acontecem em sequência um do outro, porque são os mesmos Conselheiros.

Petróleo. O senhor colocou muito bem: em 2006, eram 90 a 110 dólares por barril; hoje são 107,108 dólares por barril. O que mudou foi o consumo; o que mudou foram os valores dessas margens, que caíram sobremaneira. Desde a crise para cá, mudou o consumo, tem menos óleo pesado sendo levado para o mercado. Então, houve uma perda do valor desse negócio Revamp para óleo pesado.



Nós vamos ficar com Pasadena como está? Tomamos a decisão de não desinvestir Pasadena. Nós temos propostas de aquisição de Pasadena. Mas os senhores, podem imaginar o desconforto da PETROBRAS — o meu, ainda maior — se Pasadena não estivesse nas minhas mãos hoje para que eu pudesse mostrar, para que eu pudesse falar, para que eu tivesse acesso a balanço, para que eu pudesse estar frente a V.Exas. falando o que estou falando. Então, nós entendemos que era prudente para a PETROBRAS não desinvestir Pasadena.

Houve propostas de investimento no valor da aquisição? De forma alguma. Então, nós mantemos Pasadena. Mas vai ficar como está? Pasadena está melhor. Nós temos uma equipe técnica hoje em Pasadena muito competente com experiência em refino. A nossa atividade internacional ficou muito em cima da área de exploração e produção, que é a nossa prioridade. Mas hoje nós temos uma equipe madura, mais habituada com a refinaria de Pasadena, e os resultados operacionais têm sido melhores.

Agora, há alguma competitividade de Pasadena frente a outros projetos da PETROBRAS no Brasil? Não. Se eu, se a Diretoria, tiver que arbitrar se esse dólar vai para o pré-sal, para a Refinaria Premium 2, para Premium 1, então vai para Premium 2, para Premium 1 e não segue para Pasadena, a não ser o investimento necessário, de 80 milhões de dólares por ano, para manter Pasadena funcionando de forma adequada.

O ilustre Deputado José Guimarães, do PT do Ceará, fez diversas colocações. A PETROBRAS agradece a todas as suas colocações, V.Exa. conhece muito bem a PETROBRAS. Mas eu não quero nenhum projeto, a Diretoria não quer projeto com resultado negativo. É óbvio. A gente quer produzir no prazo. Eu quero, e nós trabalhamos para que os 15 bancos que acompanham a PETROBRAS recomendem a compra das ações da PETROBRAS, não tenha dúvida disso. Manter não nos basta, não nos atende. A gente quer, sim, que os bancos recomendem a nossa compra, mas eu não posso deixar de dizer da minha satisfação e dos meus colegas em ouvir seu reconhecimento à nossa companhia.

Pasadena. A Comissão de Avaliação interna, Deputado Rubens Bueno, vem exatamente para que eu tenha segurança para poder, ao longo do processo da Comissão, passar aos senhores a melhor informação que nós temos sobre



Pasadena. E a Comissão Interna veio, recentemente, por conta de toda essa demanda. Nós estamos respondendo ao TCU, à CGU, a requerimentos de informações.

Seguindo a orientação de refino no exterior, de 1999 a 2004, Pasadena e Okinawa são dois negócios de refino. Apesar dos 100 mil barris potenciais de Okinawa, há restrições que impedem que rodem em Okinawa 100 mil barris por dia. Quando nós fizemos o estudo de viabilidade técnica e econômica, em 2007, consideramos a metade da capacidade de Okinawa. Então, metade da capacidade de Okinawa foi considerada e o resultado foi interessante. O negócio de refino é diferente.

O maior valor que Okinawa traz para nós é a tancagem de Okinawa. Havia uma grande discussão com relação à exportação de etanol, à importação de cargas e de outros derivados fósseis, e a gente faria toda essa movimentação via Okinawa, que é um *hub* diferente. Pasadena está num dos melhores *hubs* do mundo. Okinawa é um ponto de refino bastante diferenciado. A aquisição foi a um valor significativamente menor, ilustre Deputado, porque não é possível comparar, do ponto de vista do negócio, o *hub* de Okinawa com o *hub* de Pasadena. Há um valor muito grande em Pasadena por conta da sua localização.

Para eu também não me alongar em assuntos contábeis, que são bastante áridos, e eu não tenho os números aqui, eu quero dizer o seguinte: a gente já deu baixa contábil em Pasadena, no ano de 2008, como eu afirmei para os senhores, e em Okinawa, não. Em Okinawa nós não temos baixa contábil.

Exatamente como Pasadena, não é a prioridade da PETROBRAS. Ela também demandava um Revamp, que não colocamos, não fizemos, exatamente porque mudou a prioridade. Mas o fato é que ela não trouxe para nós nenhuma baixa contábil até então. Também está na nossa pauta de desinvestimentos. Temos propostas, avaliamos, mas até o final deste ano pretendemos manter essas refinarias conosco para podermos responder com segurança.

Deputado Arlindo Chinaglia, agradeço por suas colocações. A parte que se refere à Cláusula Merlin, o senhor explicou de forma, talvez, mais adequada do que eu possa fazer com as informações que tenho aqui. As térmicas da PETROBRAS foram consideradas um mau negócio. Hoje são um excelente negócio. Depende de



quanto chove, se mais ou se menos. A área de energia é bastante cíclica. Se está mais seco, demanda mais, gera mais, o preço da água sobe, o resultado fica muito melhor. Quando chove muito menos, a térmica não despacha nada, e se ganha mais dinheiro ainda com as térmicas porque não se tem que comprar um gás mais caro.

A gente sempre procura o ponto de equilíbrio, e o ponto de equilíbrio na área de gás e energia é ruim, não traz resultado. É quando não se gera nada e quando se gera muito. Mas é preciso ter os gasodutos, é preciso ter as térmicas, os contratos de gás. Ou seja, em alguns momentos, o resultado foi ruim. Hoje, o resultado é excepcional.

Eu sempre trabalhei na área de exploração e produção, mais especificamente na perfuração de poços, na cimentação de poços, com fluidos de perfuração, e, em determinado momento, foi criada a área de gás e energia da PETROBRAS. E eu resolvi que era hora de mudar, já fazia 15 anos que eu fazia a parte de perfuração. Eu, jovem engenheira, fui trabalhar na construção do GASBOL. Depois eu comecei a trabalhar na área comercial, de venda de gás, e tinha que dar várias palestras. Uma vez, em São Paulo, eu apanhei muito, porque eu era gerente comercial — na base da pirâmide —, com várias autoridades na mesa, e eles me bateram muito, porque *“aquilo era um mico, aquele gás nunca ia ser usado”*.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER - Em 1998, 1999. Mas eu estou olhando sob essa ótica. E eu apanhei, apanhei e apanhei, e hoje eu apanho, apanho e apanho, porque eu quero mais gás, e o boliviano segura o gás lá, mas entrega os 31 milhões.

Nós fizemos três terminais de gaseificação na Bahia, um no Rio de Janeiro e outro no Ceará, e o volume de gás entregue nos últimos 5 anos tem sido bastante grande. Então, os negócios precisam ter o seu tempo.

Mas eu entendo, Sr. Presidente da Mesa e Sr. Presidente da Comissão de Minas e Energia, que a capacidade que nós precisamos ter na PETROBRAS para reduzir esses riscos é de projetar o futuro próximo e o futuro mais adiante, e contar com esse risco, mitigar esse risco. E a PETROBRAS tem feito isso ao longo da sua história.



Quanto ao que disse o Deputado Ivan Valente, que aqui está, o Paulo Roberto Costa eu conheço de longa data, há muitos e muitos anos. Temos tido uma relação de trabalho, uma relação profissional. Foi meu colega de Diretoria. É o que eu tenho a dizer sobre o Paulo Roberto. No mais, só o tempo, só as apurações vão colocar toda a verdade na mesa. Evidentemente, é preciso apurar; é preciso, de fato, apurar.

Os 42 milhões contra os 360 milhões. A parceria com a Astra era tão importante porque a PETROBRAS é excepcional — não sei se devo dizer que ela é excepcional, porque, afinal, estou falando da nossa empresa, mas acho que não há problema, porque eu de fato a considero excepcional no projeto, na operação. Na parte de *trading* internacional, contudo, temos aprendizados a fazer, e nós entendemos, na época, que a Astra seria uma boa parceira, porque as *tradings* precisam ter refino garantido, e essa parceria seria interessante: nós tínhamos o refino, e eles, operações de venda, contratos. É importante, quando se tem o refino ter contratos de passagem nos gasodutos, passagem nos *pipelines*, nas tubulações que vão levar os claros e os escuros. E quem tinha todos esses contratos era a Astra. Então, era uma parceria no mínimo razoável para a PETROBRAS.

Agora, o senhor tem razão: a Astra pensa muito mais no curto prazo do que a PETROBRAS pensa no longo prazo — afinal, é uma *trading*. E nós precisávamos estar com uma *trading*. Agora, quando chega a hora de botar o dinheiro para fazer 100 mil, 200 mil barris de capacidade, a *trading* questiona mais, ela tem que dar resultados mais imediatos. A PETROBRAS suporta um GASBOL com 1 milhão de metros cúbicos/dia por meses, durante 1 ou 2 anos. Talvez uma empresa tão menor não suporte isso. Viemos a ter 31 milhões de metros cúbicos/dia de gás 5 ou 6 anos depois. Então, o senhor tem razão, são empresas diferentes, com propósitos diferentes. Mas seria uma parceria bastante razoável.

Com relação à Diretoria, Deputado Rodrigo Maia, a Diretoria da Área Internacional não está vaga, eu sou a Diretora da Área Internacional. Eu não estou interina, não estou tapando buraco, não estou nada, eu sou a Diretora da Área Internacional. Foi uma decisão do Governo. Se o senhor perguntar se é muito trabalho, eu lhe digo que ser um gerente executivo na PETROBRAS já é muito



trabalho, nem falo de ser diretor. Mas eu sou a Diretora e respondo como pessoa jurídica por essa posição.

O Sérgio Machado é um colega que está há 8, 9 ou 10 anos na posição. É o que eu posso dizer.

Com relação à Petros, um comentário importante que o senhor fez, pela primeira vez essas contas não foram aprovadas, e nós temos um termo de ajuste de conduta segundo o qual todos os fundos de pensão terão que ser autossuficientes e pagar suas próprias contas administrativas. Cada fundo de pensão atende aos seus beneficiários, cada fundo é responsável por eles. Então, há fundos que tem 4, 8, 10, 12 beneficiários, e nós temos um termo de ajuste de conduta para que a Petros possa, de 2013 a 2015, ter resolvida toda essa questão com seus beneficiários.

A última pergunta que o senhor me fez, pelo menos que eu tenha anotado, é 5 mais 10 igual a 15. Eu quero 15 dizendo “compre PETROBRAS! Compre PETROBRAS!”. Não tenho hoje, mas eu trabalho para ter. Não temos, mas trabalhamos fortemente para isso. E os caminhos estão não só traçados, como os investimentos estão realizados. Nós colocamos nove plataformas novas instaladas — o último conjunto está sendo instalado agora no final de maio, início de junho. É um processo delicado, são várias e várias anuências, várias licenças. Existe um questionamento justíssimo dos empregados da PETROBRAS com relação à Secretaria do Trabalho, que quer segurança, que quer que tudo seja feito dentro das melhores práticas, ANP, IBAMA...

Então, nós temos feito um trabalho bastante intenso. É, sim, um tempo em que eu tenho um atraso na produção de 2%. Vamos recuperar, vamos produzir. E eu quero muito, na próxima vez em que eu me encontrar com o senhor, que haja um número muito maior de bancos dizendo para comprar PETROBRAS.

Eu acho que eu respondi o que eu anotei, senhores.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, duas perguntas minhas não foram claramente respondidas. Eu tenho direito a uma breve réplica, e gostaria, portanto, de forma objetiva, de pedir esclarecimentos...

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Eu também gostaria, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Nós estamos a 45 minutos do término desta audiência pública, uma vez que foi combinado no início que nós a faríamos com 4 horas de duração.

A réplica é regimental. Eu não quero ser um ditador que não cumpre o Regimento. Mas faço um apelo, porque há aqui Deputados, como o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, o Deputado Carlos Brandão e o Deputado Anthony Garotinho, que não participaram da audiência pública, mas que gostariam de trazer seu ponto de vista. Naturalmente, se V.Exas. exigirem o direito à réplica, restará a esta Presidência cumprir o Regimento. Mas nós encerraremos a audiência às 14h30min, pontualmente.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, direi tudo em 1 minuto, não quero ficar repisando. Eu quero respostas objetivas.

Na verdade, eu fiz uma indagação à Presidente porque, no meu entendimento, não ficou esclarecido por que a PETROBRAS não tomou providências com relação ao solicitado pelo Ministro Adams.

Eu até compreendo, porque a senhora não era Presidente do Conselho à época, nem Presidente da PETROBRAS — era Presidente do Conselho a atual Presidente Dilma e era Presidente da PETROBRAS Sérgio Gabrielli —, e talvez até por uma preocupação em não estabelecer conflito, a senhora me respondeu explicando o que é a cláusula *put option*, o que eu já sei — a senhora mesmo já nos havia explicado.

O que eu perguntava era justamente o seguinte: o Ministro Adams solicitou que se tomassem providências justamente porque estava evidenciado tratar-se de negócio que trazia problemas para a PETROBRAS. E a senhora respondeu que, porque não haviam decidido fazer Revamp, acharam que não tinham que ter uma resposta àquela provocação.

Ora, não fazer Revamp e, ao mesmo, ter que comprar o restante, porque aí havia a cláusula *put option*, isso, sim, justificava uma atitude firme para saber por que a Diretoria foi induzida a erro. A senhora respondeu que o Cerveró foi mantido pelo Conselho, no caso presidido pela Presidente Dilma, e depois nomeado também pela Presidente Dilma, que é quem decide.



Outra questão que a senhora não me respondeu — se não puder responder agora, que possa depois nos fornecer os dados — foi por que houve a compra da Biodiesel Sul, que, pelo que diz o mercado, também tem indícios de superfaturamento: teria sido comprada por praticamente o dobro, ou até mais, do valor pago pelos investidores que a adquiriram pouco antes. E também era Presidente do Conselho a Presidente Dilma.

Então, são informações sobre a Biodiesel Sul e um melhor esclarecimento do que a senhora sabe, porque, naquela época, o Conselho e o Sr. Gabrielli não tomaram as providências que o Ministro Adams pediu. O fato de não ter feito o *revamp* só aumentava a obrigação de responder ao Ministro Adams, no meu entendimento.

O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS - Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Tem a palavra o Deputado Edson Santos.

O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS - Ele falou mais 3 minutos na réplica. Ele fala 3 minutos mais 3 minutos. Nós chegamos no horário e estamos aqui aguardando pacientemente. Agora, não dá para esticar o questionamento de Deputados aqui.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Não é esticar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu queria fazer um apelo ao Deputado Rubens Bueno e ao Deputado Rodrigo Maia para fazermos a réplica em 1 minuto.

Eu vou passar a palavra ao Deputado Rubens Bueno e depois darei seguimento à lista.

Com a palavra o Deputado Rubens Bueno, por 1 minuto.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Sra. Presidente, não obtive da senhora as respostas das seguintes perguntas: quais empreiteiras foram contratadas para ampliações e melhorias? Houve concorrência e disputa nas contratações? A senhora não respondeu.

Segundo, a senhora não respondeu por que a PETROBRAS anunciou que Okinawa foi comprada porque iria produzir 100 mil barris diários, e a senhora disse



que eram 50 mil. Lembrando que, em 2013, houve a menor produção, de 30 e alguns mil barris. Foi a menor produção. A senhora não respondeu. Aí vem a restrição ambiental, a segurança, etc. A PETROBRAS tinha conhecimento disso, já que comprou para 100 mil barris diários?

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Em relação à empreiteira, não tinha perguntado, não. Não houve essa pergunta. É só depois conferir nas notas taquigráficas.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Está aqui a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não é assunto do convite. Então, a Presidente responde se for de sua vontade.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Sr. Presidente, ela disse que a demissão do Sr. Cerveró — ela disse — poderia ter sido feita por alguém que comanda a empresa, que é o Governo, e não foi demitido na época em que a Sra. Dilma era Presidente do Conselho de Administração.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Em homenagem a quem está esperando, como eu cumpri rigorosamente o tempo da vez passada, eu quero fazer a pergunta que não pude, de forma direta. Quando foi aprovado o plano de investimento em refinarias no exterior, especialmente nos Estados Unidos, por parte da PETROBRAS? Em que Governo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Rodrigo Maia, por 1 minuto.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Sr. Presidente, 1 minuto. Leio aqui o extrato da opinião da Presidente Dilma sobre o Sr. Cerveró, em que ela diz que *“resolveu consignar em ata, como Presidente do Conselho, os agradecimentos do colegiado ao diretor que ora deixa o cargo pelos relevantes serviços prestados à companhia, ressalvada a sua competência técnica e o elevado grau de profissionalismo e dedicação demonstrados no exercício do cargo”*.

Como outros já citaram aqui, ontem, ela disse que a PETROBRAS não pode pagar pelo erro de um cidadão. Não pode, pelo erro de um colegiado do qual a Presidente Dilma faz parte e é responsável não apenas pela decisão da compra, mas também pela sua omissão, pelo crime de prevaricação que cometeu, por ter se



omitido diante das informações que tinha, nada fazendo, deixando o Sr. Cerveró sair com esses elogios e depois ser diretor da BR Distribuidora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Dando seguimento à ordem dos inscritos, tem a palavra, por até 3 minutos, o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Sr. Presidente, vou gastar 3 minutos e 10 segundos. Já fiz a cronometragem para reduzir o tempo. Serão 3 minutos e 10 segundos, no máximo.

Vou diretamente ao assunto, cumprimentando os Presidentes, todos os Deputados e Deputadas e a nossa convidada Dra. Maria das Graças Foster.

Primeiro, a autoridade máxima no País, que é a Presidente da República, disse que foi induzida a erro. Isso está em todos os jornais. Não dá para tentar ficar escondendo esse fato. Se foi induzida ao erro, houve um erro de alguém que a induziu ao erro. Esse erro causou prejuízos. Dizer, portanto, se é mau ou bom negócio é algo subjetivo que não vem ao caso. Mas há a Lei nº 6.404, Lei das Sociedades Anônimas, que disciplina essa questão.

Hoje, aqui, a senhora reafirmou o que já tinha dito no Senado: que houve um prejuízo que já foi contabilizado. A senhora usou até a expressão *“deu baixa contábil de 530 milhões de dólares em Pasadena”*.

Então, a primeira pergunta é a seguinte: quanto foi oferecido por Pasadena e a PETROBRAS se recusou a vender? Quanto foi oferecido por Okinawa e ela se recusou a vender?

O que diz a Lei das Sociedades Anônimas? Havendo prejuízo — houve prejuízo, houve até baixa contábil; não tem o que discutir —, o seu art. 158 prevê que o administrador responde civilmente pelos prejuízos que causar quando proceder — apenas com dolo? Não. — com culpa ou dolo. A lei é clara. Basta haver culpa, negligência, omissão, escolha inadequada da pessoa, culpa *in eligendo*.

A lei prevê ainda, no art. 145, que as normas relativas à responsabilidade dos administradores são aplicadas a conselheiros e diretores — conselheiros e diretores! Então, não é só o conselheiro ir lá, no fim do mês, receber o seu jetom. Ele pode ganhar bem, como um diretor que ganha 120 mil reais por mês. Na média, era o que



ganhava na época em que o Sr. Cerveró foi trocado de cargo. Cento e vinte mil reais é um prêmio.

Mas por que a lei entra nesse detalhe de responsabilizar o conselheiro, o diretor e o administrador? Ela entra nesse detalhe para evitar a gestão temerária. Se não existisse essa lei, as palavras da senhora, que disse lá no Senado que não existe atividade 100% segura, fariam com que não houvesse ninguém responsabilizado por nada. Podia acontecer o que acontecesse e ninguém nunca teria culpa, ninguém nunca teria cometido nenhum erro. Mas essa lei diz que, quando há prejuízo, é preciso apurar se houve culpa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Já?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Já.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Já vou encerrar.

Então, nós gostaríamos de saber se, em sua opinião, há alguém que deva responder. Sobre aquela frase do Gabrielli, que diz que a Presidente deve assumir a sua responsabilidade, qual é essa responsabilidade? Como a senhora vê isso? Inclusive, como a senhora vê a lei que diz que, se não comunicar à assembleia geral fatos cometidos pelo seu antecessor, a senhora acaba sendo corresponsável solidariamente pelos atos tomados por ele. Nós gostaríamos de saber se a senhora comunicou alguma coisa à assembleia geral ou se está valendo o que a senhora tentou fazer hoje, que é dizer que não houve nada errado, que está tudo bem, que Pasadena foi um ótimo negócio na época, que há uma flutuação no mercado de energia e, portanto, não há nada a fazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradecendo ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, passamos a palavra ao Deputado Ronaldo Benedet. S.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Obrigado, Sr. Presidente.

Quero saudar a nossa Presidente da PETROBRAS, Graça Foster, que mais uma vez vem à nossa Comissão, agora com as Comissões reunidas, para esclarecer os fatos em relação à CPI da PETROBRAS. Acho que esse é o nosso objetivo maior.



Com relação à refinaria do Japão, é verdade que a lei local — a do Japão — não permitia estocagem, e a compra foi motivada pela necessidade de área para estocagem? Isso é verdade? Falou-se em impactos de estoques, porém parece que não havia estoque e era apenas uma forma de a Astra pagar menos imposto. Isso é verdade? Existe prova da existência do estoque?

Na questão da compra de Pasadena pela PETROBRAS, há duas questões que motivaram, principalmente, que é a questão da denúncia da Polícia Federal de haver crime ou não em relação a esta compra. A minha pergunta é se a PETROBRAS tem algo — um inquérito, uma investigação, uma sindicância — para apurar prejuízos da PETROBRAS. Houve prejuízos à PETROBRAS. Nesse prejuízo, houve quem tivesse interesse financeiro de fraudar, de ganhar dinheiro com vendas fraudadas ou com vendas que possam ter dado esse prejuízo, ou foi apenas um negócio? Há essa investigação, está sendo apurado e há pessoas que vão ser punidas pela PETROBRAS? A PETROBRAS está buscando reverter esses prejuízos?

Quanto produz Pasadena? Quanto custa uma empresa hoje naquelas condições, naquele local, naquela região nos Estados Unidos e no mundo? Quanto custa uma semelhante? E quanto produz? Pergunto para nós sabermos se hoje, na realidade de hoje, é um grande prejuízo. Já foi dada baixa, mas o mercado melhorou, mudou. Como fazer essa comparação de quanto custa uma empresa, hoje, nas atuais condições, semelhantes ou iguais à de Pasadena, produzindo quantidade de petróleo semelhante, de forma didática.

Na página 20 da sua apresentação, é preciso esclarecer melhor, pois parece que está dando lucro. Ou não está? Eu entendi, no quadro da página 20, que hoje, em fevereiro de 2014, a empresa está indo bem, tanto quanto em 2008, praticamente. Eu queria que isso fosse bem esclarecido.

Então, a questão que eu queria saber bem é esta — quanto vale Pasadena hoje em relação às semelhantes ali, porque, para mim, é o que há — e se está havendo investigação por parte da PETROBRAS, se houve fraude, se houve crime, para separar o que é crime e o que é mau negócio. O que nós queremos saber é exatamente isso. Vai acabar a CPI querendo investigar o que é má-fé e o que é má administração.



Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradecendo a V.Exa., passo a palavra para o Deputado Carlos Brandão. S.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO CARLOS BRANDÃO - Sr. Presidente, primeiro eu queria cumprimentá-lo pela condução dos trabalhos e queria cumprimentar a Presidente Graça Foster.

Eu estou aqui desde 10 horas da manhã, inscrito. Já foi falada muita coisa sobre Pasadena, e eu diria até que, em relação às perguntas que eu queria fazer, eu já me sinto contemplado. Considerando a complacência da Presidente Graça Foster e do Presidente Hugo Motta, eu gostaria de saber se eu poderia acrescentar algumas perguntas, para não fazer outro requerimento convidando V.Sa. aqui para a Comissão sobre a Refinaria Premium, do Maranhão. Eu sei que não é regimental; responde se quiser. Mas, em virtude de eu estar esse tempo todo aqui — seriam só duas perguntinhas —, se V.Sa. não se incomodar, seria bastante razoável.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pode fazer as perguntas.

O SR. DEPUTADO CARLOS BRANDÃO - Presidente, quanto à Refinaria Premium, do Maranhão, foi orçada em 20 bilhões de dólares a construção da maior refinaria da América Latina, com produção de 600 mil barris de petróleo, numa expectativa de se gerarem 600 mil empregos. Essa refinaria se iniciou com uma obra de 37 milhões; hoje já está em torno de quase 2 bilhões de reais.

Num processo licitatório obscuro, sem projeto, apenas com uma terraplanagem, criou-se uma expectativa sobre essa obra de geração de emprego. Na realidade, isso foi à véspera da eleição. Fotografou-se lá o Presidente Lula, a Presidente Dilma, o Ministro Edison Lobão. Em cima disso, houve uma expectativa, e o resultado da eleição foi favorável a todos esses candidatos. Elegeram os dois Senadores, elegeram a Presidente Dilma, que teve uma excelente votação.

Agora nós estamos vendo uma nova situação. V.Sa., quando assumiu, cancelou isso, disse que aquilo não existia, que não tinha dinheiro para fazer aquela obra. Na realidade, houve um estelionato eleitoral às vésperas da eleição.

E o que está se passando agora é um novo estelionato eleitoral, Deputado Benedet. Por que se está passando? Porque agora nós temos um pré-candidato a



Governador, o filho do Ministro Lobão, e já estão anunciando, novamente, a segunda pedra fundamental da Refinaria Premium.

Portanto, é uma preocupação muito grande a nossa, e queríamos ouvir de V.Sa. o que é que tem de concreto nisso, porque o Presidente Gabrielli disse que seria impossível fazer essa refinaria em 4 anos, como foi prometido, e que, na realidade, só o projeto demoraria 2 anos. Então, nós estamos vivendo uma expectativa de um novo estelionato eleitoral e de outra Pasadena, porque o valor ultrapassa Pasadena.

Então, eu gostaria de uma clareza de V.Sa. sobre esse novo processo, esse novo anúncio que está sendo feito lá às vésperas das eleições.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradecendo ao Deputado Carlos Brandão, passo a palavra ao Deputado Carlos Zarattini.

A Presidência irá, até às 14h15min, passar a palavra a todos os Deputados inscritos possíveis. E daremos os 15 minutos finais à Presidente, para que possa responder àquilo que for possível e também para fazer as suas considerações finais, visando ao bom funcionamento, procurando dar a palavra ao maior número de Deputados.

(Não identificado) - Isso permite quantas inscrições, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - As inscrições já estão feitas. Nós estamos dando 3 minutos, fazendo um apelo para que os Deputados concluam no menor tempo, para que a gente possa dar a palavra a mais Deputados.

Até às 14h30min nós vamos fazer a audiência pública. E tem o tempo de resposta dela. Então, eu vou dar 15 minutos e mais 15 minutos para ela responder.

Deputado Zarattini, tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sra. Presidente da PETROBRAS, queria parabenizar a senhora pela apresentação de hoje, que está deixando muito claro que, na verdade, o que se pretende fazer é um uso político, melhor dizendo, um uso eleitoral dessa questão de Pasadena. E está ficando cada dia mais clara nesta Casa e cada dia mais clara para o povo brasileiro toda a verdade sobre a questão dessa refinaria.

Eu queria fazer duas perguntas: uma primeira pergunta é em relação ao Conselho de Administração. Pergunto se a senhora teve conhecimento de qual foi a



manifestação do Conselheiro Fabio Barbosa, do Conselheiro Gerdau e do Conselheiro Cláudio Haddad por ocasião das decisões sobre a refinaria de Pasadena; se eles se manifestaram favoráveis ou contrários; se houve reclamação da parte deles por não terem recebido outras informações. Enfim, que a senhora pudesse nos informar, se a senhora tiver essa informação, sobre o posicionamento desses Conselheiros.

A segunda questão que eu gostaria de fazer é um pouco mais conceitual. Em São Paulo, nós temos uma fornecedora de água chamada SABESP — Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo. Essa empresa, que era uma empresa totalmente estatal, teve cerca de 50% de suas ações vendidas na bolsa de valores. Menos? Mas é por aí. A partir daí, ela passou a se impor uma lógica de apresentar resultados que possibilitassem a retirada de lucro de seus acionistas e, ao mesmo tempo, a valorização das suas ações. De fato, a Companhia SABESP teve a oportunidade de ver as suas ações subirem e apresentarem todos esses resultados.

No entanto, agora se chegou à conclusão de que ela deixou de investir 850 milhões de reais, e o resultado desse não investimento nós, paulistanos, e outras cidades do Estado estamos sentindo: a falta de água, tanto por não terem sido feitos reservatórios como também por não ter sido feita a diminuição das perdas.

Eu gostaria de saber — já foi falado sobre a queda do valor de ações da PETROBRAS, mas a PETROBRAS tem investido, e a senhora mostrou muito claramente a magnitude desses investimentos — como a senhora analisa a questão de se chegar a um ponto ótimo de atender àquilo que é o interesse nacional, o interesse do País, a necessidade energética do País e, ao mesmo tempo, de equilibrar isso do ponto de vista do mercado financeiro, que muitas vezes é um ponto de vista de curto prazo, incapaz de analisar as questões futuras?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Claudio Cajado) - Dando prosseguimento, agradecendo a V.Exa., vou passar a palavra para o Deputado Anthony Garotinho.

O SR. DEPUTADO ANTHONY GAROTINHO - Sr. Presidente, em primeiro lugar quero felicitar a sua condução do trabalho e cumprimentar a Presidente. E vou



ser curto e grosso aqui, até porque a minha pergunta em parte já foi feita — em parte — pelo Deputado Zarattini.

A Lei das S/A impõe responsabilidade aos conselheiros, não só aos diretores. Então, a minha pergunta é: quem eram os conselheiros à época? E onde eles estão hoje? V.Sa. pode nominá-los aqui e dizer o que eles fazem atualmente, onde eles estão atuando? Todos eles são responsáveis. Não só a Presidente, mas todos são responsáveis.

Como bem disse o Deputado, todos estão enquadrados na Lei das S/A.

Segundo, quero deixar aqui bem claro: a senhora não quis aqui responder, talvez por uma questão de tentar não politizar o assunto, mas o nome dado a essa cláusula, Merlin, que é o nome do maior poço de petróleo do pós-sal em Campos — eu conheço bem — é porque Merlin significava, no âmbito da PETROBRAS, mamata. Foi uma das maiores negociatas feitas na história da PETROBRAS, envolvendo inclusive dois antecessores seus, que eu prefiro aqui na citar também para não entrar em polêmica.

E, por último, quero fazer apenas um pedido. Eu sou membro da Comissão, aprovada em plenário, que investiga a SBM, e nós já visitamos o Ministério Público, o TCU, a CGU. Vai vir um convite para a senhora, para que a senhora nos dê esclarecimentos sobre a investigação interna que a PETROBRAS fez, mas nós já chegamos à conclusão de que a pessoa-chave disso se chama Julio Faerman. E a pergunta que eu queria fazer é se esse cidadão, que recebeu e já confessou 139 milhões de dólares a título de comissão da SBM, já foi ouvido no inquérito, na apuração. É CIA, né, que vocês chamam? É Comissão de Investigação Administrativa. É esse o nome. Interna? É Comissão Interna de Apuração. Eu acho que é isso, não é? Pergunto se ele foi ouvido e, se ele foi ouvido, se é possível ter acesso ao depoimento dele, porque ninguém recebe 139 milhões de dólares de comissão da SBM para prestar serviços à PETROBRAS. Nós queremos saber — já pedimos inclusive a quebra do sigilo dele — onde foi parar esse dinheiro. Ele não guardou 139 milhões de dólares em casa.

Então, a pergunta é sobre os conselheiros. Aqui, a pergunta sobre Merlin, eu não vou fazer. Estou apenas citando...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Claudio Cajado) - Para concluir, Deputado Garotinho.

O SR. DEPUTADO ANTHONY GAROTINHO - ... o Júlio Ferma, que é o que mais me interessa. E a minha presença aqui é sobre isso. Faço parte dessa Comissão, e queremos ter acesso, se ele foi ouvido na apuração interna da PETROBRAS, porque ele é pessoa-chave.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Vou passar a palavra ao Deputado Fernando Ferro.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO - Bom, esta audiência está ficando meio tediosa. Nós estamos com repetição de perguntas aqui, e uma repetição, em momentos anteriores, em que a Oposição realmente está patinando nessa combinação de ataque especulativo com ataque político-eleitoral. Mas eu acho que isso é do tempo. A gente tem que estar acostumado com isso.

Mas, realmente, se trata aqui de uma lamentação do sucesso. Eu nunca vi um negócio desses. A PETROBRAS, com os indicadores que tem, os indicadores de desempenho, os indicadores de sucesso exploratório que tem — 64% contra 30% do mundo... É uma empresa que dinamiza o parque fabril no Brasil, com navios, plataformas, convênios com universidade, geração de recursos humanos, qualificação profissional, fazendo plataforma no Brasil. O Governo passado fazia em Singapura ou no Japão e gerava emprego lá fora. Então, essa é uma celebração. Devia ser uma celebração do sucesso, mas é uma lamentação da Oposição pelo sucesso. Então, termina o fracasso que está aí.

Mas eu, curiosamente, estava lendo um artigo do Engenheiro Pedro Celestino, do Clube de Engenharia. Ele falava que a cláusula Merlin é originada da Operação Merlin. Eu não entendi bem a trama, mas é algo que envolveu agentes do setor financeiro, como a ABN AMRO, J. P. Morgan; os ex-Presidentes Joel Rennó e Henri Reichstul, da PETROBRAS; o Sr. Fabio Barbosa, conhecido, e um diretor da PETROBRAS. Fizeram à época uma operação pela qual se criou a Petrolífera Merlin e depois a Merlin Participações, que deu um mergulho nos fundos da PETROBRAS e da Vale, da Valia, e captou recursos. E, com esses recursos, quem ganhou dinheiro foram, entre outros, a GLOBOPAR, o Sr. Fabio, esse Fábio aí, que já é conhecido, que foi conselheiro da PETROBRAS e hoje é CEO da Empresa Abril.



Essa turma é que tem ganhado muito dinheiro. Então, esse pessoal ganha muito com essa atividade.

Não sei se isso vai sair na Globo ou na *Veja*, mas tanto o cara da *Veja* quanto a GLOBOPAR ganharam com essa Operação Merlin. Então, eu espero que a gente faça uma investigação. Talvez na CPI seja possível investigarmos melhor isso.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Passo a palavra ao Deputado Edson Santos.

O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS - Sr. Presidente Hugo Motta, em primeiro lugar, quero cumprimentar a Presidente da PETROBRAS, Graça Foster. E quero dizer que, se a vinda de V.Sa. aqui se desse de forma mais constante — e sei dos afazeres que envolvem a presidência dessa empresa —, certamente muitas das questões aqui levantadas não se fariam necessárias. Além disso, pela exposição de V.Sa., nós percebemos que há uma insistência da Oposição em dizer que Pasadena custou 42 milhões de dólares à Astra, o que não é verdade. Isso já está fartamente comprovado aqui por sua exposição e pela exposição do Sr. Cerveró que veio a esta Casa.

Mas o que eu gostaria de saber, do ponto de vista operacional hoje, considerando que Pasadena refina óleo, é o seguinte: qual é o resultado, o lucro operacional que Pasadena tem oferecido à PETROBRAS? Acho que essa é uma questão importante para a gente verificar a necessidade ou não de Pasadena ser alienada, na medida em que a economia mundial vem se recuperando e a tendência é haver maior demanda por gasolina e *diesel* no mundo, principalmente no mercado americano.

Por fim, eu queria fazer uma colocação em relação à Oposição, que faz um desserviço à Nação. Na verdade, a Oposição, que tentou desmembrar a PETROBRAS e vender a PETROBRAS, vem aqui falar em estatizar a PETROBRAS. Quem viu a gestão do Sr. Philippe Reichstul e do Sr. David Zylbersztajn, que diziam que estavam preparando a PETROBRAS para ser vendida — isso está fartamente documentado em matéria na *Folha de S.Paulo* —, sabe exatamente qual é a vontade da Oposição: a Oposição, na verdade, está se utilizando da PETROBRAS para golpear o nosso Governo, para impedir o prosseguimento de um projeto que



faz com que hoje a PETROBRAS seja responsável pela geração de 78 mil empregos diretos na indústria de construção naval.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Excelência.

O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS - Eu indago a V.Sa.: em 2002, quantos trabalhadores, quantos empregos a PETROBRAS gerava na área da indústria naval?

Concluo aqui, apenas para mostrar o que a Oposição realmente pretende fazer como desserviço à nossa Nação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Em virtude do adiantado da hora, eu passarei a palavra ao último Deputado a que temos condição de dar a palavra, o Deputado Luiz Sérgio. S.Exa. disporá de 2 minutos.

O SR. DEPUTADO RONALDO ZULKE - Sr. Presidente, questão de ordem. Se possível, eu queria que V.Exa. verificasse quantos dos inscritos estão presentes e os incluísse no tempo que ainda temos. Aqui estou desde o início da audiência e gostaria de fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Nós temos o Deputado Luiz Sérgio, V.Exa., o Deputado Renato Simões.

(Não identificado) - Está todo mundo presente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O Deputado Assis Carvalho está presente? *(Pausa.)* Deputados Domingos Dutra, Osmar Terra e Izalci.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Só 1 minuto para mim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Nós temos seis Deputados presentes.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, a última sessão, em que estava o Sr. Cerveró, foi até 16h30.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Domingos Dutra, nós estabelecemos, desde o início da reunião

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, a última sessão, em que estava o Sr. Cerveró, foi até as 16h30.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Domingos Dutra, nós estabelecemos, no início da reunião — V.Exa. não estava presente, chegou agora —, que nós iríamos cumprir regimentalmente o horário de quatro horas de



sessão. Sei que V.Exa. participa de várias Comissões, mas chega um momento em que a discussão fica exaustiva e improdutiva.

Então, eu faço uma indagação à Presidente, para que a gente possa cumprir o compromisso feito. Existem seis Deputados inscritos. Se nós fizermos aqui o compromisso de V.Exas. concluírem em até 2 minutos, nós daremos a palavra. Vou pedir ao Deputado Ronaldo Benedet para conduzir, porque tenho um voo marcado para o Estado. Encerraremos às 14h45 ou às 14h40. Indago à Presidente se haveria algum problema, porque acordo é para ser cumprido. *(Pausa.)*

Então, daremos 2 minutos a cada Deputado, para que tenhamos o prosseguimento dos trabalhos.

Deputado Luiz Sérgio, V.Exa. dispõe de 2 minutos.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Quero parabenizar a Sra. Graça pela exposição e aqui dizer também, de uma forma muito clara, que, se há no Brasil uma empresa de que a Presidenta Dilma pode se orgulhar em sua ação política, esta empresa é a PETROBRAS.

E aqui o que nós temos são valores diferentes, porque uma empresa que aumentou a sua lucratividade, enquanto a maioria delas diminui, uma empresa que aumentou a sua produção de gás, de petróleo, de investimento, uma empresa que passou a ser uma indutora de investimento no Brasil, de desenvolvimento no Brasil, eles passam a criticar, dizendo que esses são valores que eles não consideram valores positivos. Fica muito claro que o que se discute aqui são dois projetos. Se pegarmos as notas taquigráficas dos vários discursos, nós vamos ver que esses mesmos Parlamentares diziam que a questão do pré-sal era uma questão de ficção, que se estava vendendo terreno na lua, que o Brasil tinha perdido o bilhete premiado da loteria. Votaram contra o modelo de partilha que foi apresentado nesta Casa. Esta ficção que eles diziam, hoje é uma realidade, produzindo petróleo. Então, na realidade, aqui há uma dor de cotovelo em relação àquilo que eles diziam que não ia se realizar, e se tornou uma realidade.

Agora se fala aqui de prejuízo. Eu acho que, se há, o maior prejuízo da história da PETROBRAS, a meu ver, ocorreu quando a Plataforma P-36 foi a pique e afundou. Aquela que era a maior plataforma de petróleo do mundo em operação fez com que o Campo de Roncador ficasse sem produzir petróleo por 6 anos e 8 meses.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Façam a conta: a maior plataforma de petróleo do mundo, num campo produtivo como Roncador, deixando de produzir por 6 anos e 8 meses! E a Agência Nacional do Petróleo deixou muito claro: não conformidade quanto a procedimentos operacionais e de manutenção de projetos. Aquilo, sim, Srs. Deputados, levou a PETROBRAS a deixar de ter uma rentabilidade histórica. E foi o maior prejuízo que a empresa já teve.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa..

Deputado Renato Simões, que dispõe de 2 minutos.

O SR. DEPUTADO RENATO SIMÕES - Sr. Presidente, eu acredito que não é apenas a fúria eleitoreira da Oposição que está na origem desse pedido de CPI e de toda a frustração que nós estamos vendo sobre a PETROBRAS. Eu acredito que há um conglomerado de interesses privados, muito fortemente interessados em enfraquecer as posições internacional e interna da PETROBRAS e em criar as condições para a reversão de uma decisão soberana que o Brasil tomou em relação ao pré-sal. Nós estamos vendo, portanto, não só uma operação política, mas uma operação econômica, que se articula com esse terrorismo econômico que se joga no colo da Presidenta Dilma; e midiática, porque os dados estão sendo sistematicamente apresentados pela PETROBRAS, e repetidos somente os dados que a Oposição e a mídia entendem corretos. Somente estes são passados para a opinião pública. Então, é evidente que a CPMI da PETROBRAS, ainda mais com essa composição estreita que teve, está a serviço de interesses de enfraquecimento não só do nosso projeto político, mas do nosso projeto econômico para este País.

E por isso eu quero saudar a transparência com que a PETROBRAS vem enfrentando essa questão, dizendo que é importante, sim, que nós aprimoremos a nossa comunicação, porque tudo o que a Oposição trouxe hoje aqui são as coisas que já saíram publicadas no jornal. No questionamento sobre a nota da Presidência sobre a entrevista do Gabrielli, nós estamos fazendo aqui interpretação de texto, e não análise dos dados consistentes que a PETROBRAS trouxe e apresentou.

Por isso — se é que nós estamos atrás do grande vilão da história da PETROBRAS —, vamos investigar, sim, a gestão do Sr. Henri Reichstul, vamos investigar o prejuízo da P-36, vamos investigar a REPSOL, as operações na



Argentina, porque estas sim lesaram, e fortemente, o interesse da PETROBRAS e o interesse nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Antes de passar a palavra para o Deputado Ronaldo Zulke, passo a Presidência ao Deputado Ronaldo Benedet.

Antes, quero agradecer aos Deputados das duas Comissões a compreensão. Espero que tenhamos conduzido os trabalhos de maneira que tenha atendido às expectativas de todos os membros; agradeço mais uma vez à convidada. O preparo técnico de V.Exa., com certeza, engrandece essa empresa, que é para nós — e aqui falo não enquanto Deputado, mas enquanto cidadão brasileiro — uma empresa para cujo sucesso todos torcemos, porque antes de tudo, indo bem a PETROBRAS, é o Brasil que está indo bem lá fora, é o Brasil crescendo e se desenvolvendo. Parabenizo V.Exa. pelo trabalho; e agradeço a presença dos técnicos e dos gerentes, na pessoa do Dr. Paulo Barrocas, que está sempre conosco. Peço a Deus que abençoe a todos!

Passo a Presidência para o Deputado Ronaldo Benedet.

Com a palavra o Deputado Ronaldo Zulke.

O SR. DEPUTADO RONALDO ZULKE - Obrigado, Presidente!

Início saudando a presença, mais uma vez, entre nós, da Presidenta Graça Foster. Toda vez que a senhora vem a esta Casa, enriquece todos nós com os seus conhecimentos a respeito desta área tão importante, tão estratégica para o desenvolvimento do País.

Eu sou ainda novato nesta Casa. Estou aqui no meu primeiro mandato, Presidenta, mas já aprendi algumas coisas. Entre elas, aquela que me diz que, toda vez que o debate político coloca acima dos interesses do povo brasileiro os interesses particulares ou menores de uma disputa eleitoral, isso acaba dando um resultado ruim para aqueles que assim intentam.

Eu estou absolutamente convencido de que, já desde o ano passado, aqui na Comissão de Desenvolvimento desta Casa, havia uma tentativa deliberada da Oposição de eleger o tema PETROBRAS para a abordagem política e eleitoral. Pois eu quero dizer que estou absolutamente a cavaleiro, como se diz lá no Rio Grande,



para fazer esse bom debate a respeito da PETROBRAS e tudo aquilo que tem a ver com esta empresa, orgulho de todos nós. Diferente de alguns que tentaram vendê-la, entregá-la para interesses outros que não o do povo brasileiro, nós nos encontramos entre aqueles que querem prestigiá-la, querem fortalecê-la, para que ela possa cumprir aquilo que está estabelecido nos seus planos de desenvolvimento, no seu plano estratégico. E Pasadena está incluída nesse plano estratégico, que não começou hoje, vem de há muito tempo.

Quero dizer que, do meu ponto de vista, os resultados que temos são extraordinariamente positivos. Nós temos uma empresa que atende àquele seu fim estabelecido, ao objetivo estabelecido, que é explorar petróleo, produzir combustível para dar conta das demandas da sociedade brasileira, de um país que felizmente se desenvolve; mais do que isso, uma empresa que é escolhida como âncora de um plano de investimento considerado o maior plano de investimento entre todas as empresas do mundo, investindo, nos próximos 4 anos, 200 bilhões de dólares, ou seja, aproximadamente 50 bilhões de dólares/ano, completamente diferente dos 5 bilhões que eram investidos no Governo anterior.

Portanto, Presidente, eu gostaria que a senhora aproveitasse esse período final da sua presença aqui para falar novamente dos planos de investimento estratégico da PETROBRAS e como Pasadena se inclui nisso, porque sou testemunha, no meu Estado, de quanto isso vem fazendo bem para o povo gaúcho e para o povo brasileiro, gerando emprego e estimulando o desenvolvimento do Brasil.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Benedet) - Obrigado, Deputado.

Com a palavra a Sra. Deputada Benedita da Silva. por 2 minutos.

A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA - Sr. Presidente, eu queria cumprimentar a nossa querida Presidenta Maria das Graças Foster. Lamento muito não ser uma profunda conhecedora para poder enriquecer o debate com V.Exa., assim podemos dizer. Estou acompanhando todas as exposições que a PETROBRAS tem feito nesta Casa a partir da Presidenta Graças Foster.

Vejam só, eu não vejo nas perguntas feitas aqui, até agora, nenhum questionamento do porquê nós chegamos à conclusão de que há problemas internos na PETROBRAS. Como a Presidenta disse que já está, há muito tempo, na



PETROBRAS, eu vou fazer apenas algumas perguntas. Eu tinha elaborado aqui algumas questões, mas infelizmente o tempo não vai permitir.

Primeiro, a Oposição nunca vai estar satisfeita. Segundo, temos aí a CPMI, que é eleitoral. E nós não queremos PETROBRAX, nós queremos PETROBRAS. Vejo que há um desejo enorme... Sabem que essa empresa rende, que está preparada, que é uma empresa internacionalmente não só reconhecida, e eu queria saber, porque isso nos interessa: por que, a partir do modelo de produção de partilha, essa empresa está sendo depreciada pelas grandes empresas internacionais?

Outra questão é se a Presidenta, por tanto tempo trabalhando na PETROBRAS, acha que foi um bom negócio a Vale do Rio Doce, que foi privatizada, vendida por 3 bilhões, e hoje vale 90 bilhões. Eu queria fazer essa pergunta e saber um pouco mais sobre a Cláusula Merlin.

Eu, infelizmente, vou ter que sair, por conta de uma audiência que tenho, mas não quero que a Presidenta responda agora. Se achar interessante responder para os pares, poderá fazê-lo, mas eu não gosto de fazer a pergunta e sair, como alguns que propõem audiência pública, convidam, mas não ficam até o final.

Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Benedet) - Obrigado, Deputada.

Com a palavra o Deputado Domingos Dutra, por 2 minutos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, em função do tempo, eu quero parabenizar a Presidenta Graças Foster, que tenho ouvido em alguns lugares e a considero honesta, competente e sincera. No entanto, desses debates todos — eu vou repetir aqui o que eu disse na audiência passada — o que me espanta: primeiro, a simplicidade como as pessoas falam em prejuízo de bilhões de reais. As pessoas falam como se fossem tirar água do pote; segundo, como uma empresa como a PETROBRAS, nessa crise, revela-se o não profissionalismo. Eu não consigo entender que contratos bilionários sejam assinados com documentação incompleta diante do volume de recursos; terceiro, o que me espanta são as indicações políticas para essa empresa. Atrás delas estão captação de recursos para enriquecimento ilícito e para campanhas eleitorais; e quarto, Dra. Graças, é o uso político da PETROBRAS.



Eu me refiro aqui ao que falou o Deputado Carlos Brandão. Em 2010, o Presidente Lula, a atual Presidente, o Gabrielli, a Governadora do Estado, o atual Ministro usaram e abusaram de Bacabeira. Disseram que em 2014 estariam jorrando óleo e gasolina em Bacabeira. Se a senhora for lá, no lugar de óleo e gasolina, tem tiririca, fedegoso, unha-de-gato, mato, menos óleo e gasolina. Portanto, o grupo Sarney usou e abusou, nos seus meios de comunicação, dessa refinaria.

Eu pergunto, primeiro, que medidas estão sendo pensadas para evitar nomeações políticas para a PETROBRAS? Segundo, que medidas estão sendo tomadas para evitar o uso eleitoral, como foi feito no Maranhão, dessa empresa que todos nós falamos que é um patrimônio brasileiro? Terceiro, que medidas estão sendo tomadas para evitar o uso eleitoral? Quarto, que medidas estão sendo tomadas para evitar que diretores e conselheiros da PETROBRAS aprovelem contratos bilionários, como essa, a da Refinaria Abreu e Lima, que foi orçada, segundo a empresa, em 2 bilhões, mas está em 20 bilhões.

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Benedet) - Obrigado, Deputado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Então, que medidas estão sendo tomadas para evitar a tomada de decisões com documentação incompleta?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Benedet) - Obrigado, Deputado.

Tem a palavra o Deputado Osmar Terra, do Rio Grande do Sul.

O SR. DEPUTADO OSMAR TERRA - Eu queria cumprimentar a Presidente Graças Foster. Eu acredito que ela tenha um perfil técnico e uma capacidade de compreensão e de gestão acima da média. Independente de indicação política, ela faria jus ao cargo que tem. Acredito também na seriedade com que até as pessoas que compõem o conselho da PETROBRAS agiram em relação a essas questões levantadas.

Eu acho que se fosse para discutir a gestão, se fosse para discutir se foi ou não foi um bom negócio, nós não estaríamos aqui. Estamos aqui porque houve uma denúncia, que não foi nem da Oposição, mas da Polícia Federal, de que centenas de milhões de reais estavam sendo desviados da PETROBRAS. Hoje está aqui uma matéria na imprensa dizendo que um consórcio de empreiteiras recebeu bilhões da PETROBRAS e colocou em escritórios específicos, como Sanko-Sider e outros, e



que colocavam na MO Consultoria, que é de um doleiro. Há um diretor da PETROBRAS que está preso. É isso! Foi a Polícia Federal que nos trouxe aqui para saber o que houve. Eu acho que os acionistas da PETROBRAS e a população brasileira — e não foi na sua gestão, doutora — querem saber o que foi feito antes. Por que se chegou a esse ponto? Esse descontrole tem alguma maneira de ser revisto? A PETROBRAS está tomando medidas para que nunca mais isso aconteça? Essas indicações políticas não têm que ser revistas e ter só técnicos cuidando dessa empresa? Eu não entendo uma indicação política para discutir a ideologia do refino do petróleo. Não pode ser! Tem que ser técnico para cuidar de uma empresa dessa. Podemos discutir indicação política para o Ministério da Educação ou da Saúde, mas para a PETROBRAS, não. Acho que é essa a questão que queremos esclarecer. Por isso que tem CPMI. Não é para saber se foi um bom ou mau negócio, mas como centenas de milhões de reais são desviados, vão parar no escritório de um doleiro e irrigar contas, que eu não sei de onde, e fica por isso mesmo. Eu acho que isso não tem nada a ver com eleição. Os acionistas querem saber, a população quer saber o que aconteceu.

É por isso que... Em geral, eu não me motivo para questões de denúncias desse tipo, mas eu estou muito preocupado. Cada vez que eu leio uma revista e vejo as informações, eu fico mais horrorizado. Eu acho que a população brasileira também merece um esclarecimento. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Benedet) - Obrigado, Deputado Osmar Terra.

Com a palavra, por 2 minutos, o Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Serei rápido, Sr. Presidente. Eu não vou me limitar à reportagem. Eu vou falar aqui o disse o representante do Tribunal de Contas Marinus Marsico:

“Fiquei escandalizado com a questão da PETROBRAS em Pasadena e me senti até ofendido com o negócio, porque, como órgão de fiscalização, ofendeu a minha inteligência o fato de ter feito uma contratação sem o mínimo cuidado. Parece que a PETROBRAS considera que todos nós somos idiotas, que a gente não vai ver nada e que nunca vão descobrir nada — são palavras do Tribunal de Contas —. A PETROBRAS é uma empresa muito difícil de fiscalizar e, com certeza, se fosse mais



transparente, se não se preocupasse tanto com a questão do sigilo comercial, muitas vezes indevido, tenho certeza de que esses contratos desastrosos, como o de Pasadena, não teriam ocorrido.”

Aqui está o relatório do Tribunal de Contas, Sra. Presidente. Vou citar apenas duas obras:

“Construção da Refinaria Abreu e Lima, em Recife. Motivo de paralisação: sobrepreço da ordem de 1,5 bilhão. A obra estava em Indício de Irregularidades Graves com Recomendação de Paralisação — IGP. Foi retirado e alterado para Indício de Irregularidade Grave — IGC, que não prejudica a continuidade do trabalho — porque não poderia parar a obra. Da mesma forma, a construção das tubovias do COMPERJ, da PETROBRAS. Motivo de paralisação: sobrepreço da ordem de 163 milhões de reais.”

Ainda no Relatório do Tribunal de Contas da União uma das questões levantadas é *“obstrução ao livre exercício da fiscalização pelo Tribunal de Contas da União”*. Ou seja, o Tribunal de Contas da União tem muita dificuldade em fazer qualquer fiscalização da PETROBRAS, assim como o BNDES, como já vimos aqui.

Sra. Presidente, farei a última pergunta. Se V.Exa. fosse a Presidente do Conselho de Administração, à época, compraria a Pasadena?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Benedet) - Todos os inscritos foram contemplados. Vamos passar agora às respostas da Sra. Presidente Maria das Graças Foster, para suas considerações finais. E, depois, encerraremos a reunião conjunta das Comissões.

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DA SILVA FOSTER - Eu perdi a ordem das perguntas colocadas aqui, mas, em linhas gerais, com relação ao que foi dito há pouco pelo Sr. Deputado Izalci, devo dizer que evidentemente a PETROBRAS é uma empresa grande e de importância mundial; é uma empresa cuja fortaleza está na sua força de trabalho, sua fortaleza está nos seus 85 mil empregados, nas empresas ligadas a nós — as coligadas, as subsidiárias. Aí está a nossa fortaleza. A nossa fortaleza está no saber em resistir e em melhorar e aprimorar-se ao longo da sua história de 60 anos.



Eu tenho absoluta certeza de que os indicadores que mostramos ontem, em matéria paga nos jornais, não trazem nada de novo, porque de fato são os indicadores da PETROBRAS.

Eu tenho o dever de trabalhar pelo melhor valor das nossas ações. Eu compreendo que os bancos, que os analistas, que os acionistas estejam ansiosos para que a gente traga resultados melhores, para que a gente possa recuperar — e temos um trabalho muito grande para recuperar o valor das ações, e temos um trabalho muito grande com o TCU, com os órgãos de controle, e com pessoas dedicadas, para atendê-los no prazo. É meta da área jurídica — e está comigo o Sr. Nilton, nosso Gerente Executivo que está ligado a mim — atender aos órgãos de controle no prazo, com a clareza necessária.

Respondo a outros Deputados que colocaram para mim a importância que temos com a Comissões Internas de Apuração. Isto é fundamental.

Sr. Deputado Garotinho, muito obrigada por estar aqui há tanto tempo.

Mas temos esse dever interno com os empregados da PETROBRAS. Os 85 mil empregados somos a fortaleza da PETROBRAS.

Com relação ao Sr. Julio Faerman, esclareço que ele foi convidado, porque a Comissão de Apuração da PETROBRAS apenas convida. A Comissão, não a Graça, teve longa conversa com o Sr. Julio Faerman. Foi absolutamente confidencial o depoimento de S.Sa., e o relatório foi entre à CGU, ao Ministério Público e aos órgãos de controle. Então, somente através dele é que V.Exas. poderão ter acesso a isso.

O SR. DEPUTADO ANTHONY GAROTINHO - Eles negaram isso a nós, Presidenta. Vamos ter de pedir na Justiça o acesso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Benedet) - Não vou aceitar interferência, Sr. Deputado. Por favor!

O SR. DEPUTADO ANTHONY GAROTINHO - Não é interferência, é só um pedido.

Eu sou da Comissão instalada pela Câmara. Fomos ao CGU e ao TCU e ambos disseram: *“Só daremos o depoimento...”*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Benedet) - Sr. Deputado, no final da fala da Presidenta, vamos fazer os esclarecimentos.



A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DA SILVA FOSTER - Sr. Deputado, realmente eu não sei dessa condicionante. Estou sabendo agora.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DA SILVA FOSTER - Sim! Mas vamos conversar com a nossa área jurídica.

V.Sa. quer se manifestar? Então, queira ficar de pé, por favor.

O SR. NILTON MAIA - Meu nome é Nilton. Sou do jurídico. Eu acho que...

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DA SILVA FOSTER - V.Sa. é do jurídico, não! V.Sa. é o Gerente Executivo do Jurídico. *(Risos.)*

O SR. NILTON MAIA - Certo!

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DA SILVA FOSTER - Responsabilidade aqui é tudo.

O SR. NILTON MAIA - Sr. Presidente, somente para tentar contribuir. Eu acho que poderíamos, sim, entregar o depoimento, mas desde que fosse autorizado pela pessoa. Não podemos entregar um depoimento sem sermos autorizados pelo próprio *(ininteligível.)*.

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DA SILVA FOSTER - Então, o compromisso que temos aqui junto ao Presidente da Mesa, junto ao Deputado, é o de conversarmos e verificar o que pode ser feito, o.k.?

O SR. DEPUTADO ANTHONY GAROTINHO - Eu agradeço, Presidente.

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DA SILVA FOSTER - Quanto à questão da cláusula, por que o nome Merlin, devo dizer que Merlin é um óleo pesado, é um peixe, mas para nós é o óleo pesado de Merlin. Esta é a nossa posição com relação à Merlin.

As apurações e o atendimento ao Ministério Público, como eu disse, são importantes.

Agora, uma especial resposta ao Sr. Deputado Domingos Dutra e ao Sr. Deputado Carlos Brandão.

O que temos é a necessidade incontestada da refinaria do Maranhão e da refinaria do Ceará. O consumo de derivados no Brasil é enorme, crescente, por conta do crescimento do poder de compra do brasileiro e de todos aqueles que vivem aqui em nossa Pátria. A importação de derivados no volume que fazemos e



no volume que planejamos — e que venha o consumo de derivados crescente —... É fundamental que tenhamos as refinarias no Brasil aos preços internacionais. Este é o ponto fundamental.

Quando nós falamos do preço de Abreu e Lima, tenho a prerrogativa de dizer que a última refinaria que fizemos foi há 35 anos, mas tenho o dever de fazer as próximas refinarias de acordo com as métricas internacionais. Então, os projetos de refinaria são a Refinaria Premium 1 e Refinaria Premium 2, especialmente. Eles foram revistos, foram otimizados, foram simplificados do mesmo jeito que fizemos algumas simplificações possíveis ainda no COMPERJ. E na própria RNEST fizemos algumas simplificações. Então, a PETROBRAS, independente de qualquer questão política ou não — não tenho talento e pretensão para isso, nem sei fazê-lo —, o fato é que nós, do ponto de vista empresarial, precisamos dessas refinarias. Depois de muita discussão, de muito envolvimento de projetistas internacionais, estamos preparados e vamos colocar os pacotes em licitação da Premium I e de Premium II. Estamos trabalhando para fazer isso ainda no mês de maio. Vai à rua o pacote. Toda essa avaliação do Capital Expenditure — CAPEX é feita de uma vez só, para que a gente não fique contratando esses pacotes, essas unidades de processo separadamente.

Então, eu entendo que o maior conforto para um grande empreendimento num Estado e noutro seja a real necessidade desse refino. Passaram-se 2 anos da minha gestão, 2 anos e 2 meses, e fomos muito restritivos em relação à aprovação de projetos, porque precisamos produzir para gerar mais receita; precisamos da Refinaria RNEST, começada há 10 anos; precisamos da refinaria do Rio de Janeiro, cuja discussão foi iniciada há 10 anos, e não foi na minha gestão, como Presidente. Mas o fato é que essas refinarias estão ficando prontas, e vamos ter mais caixa, mais resultado, mais receita, mais óleo, para que possamos fazer os investimentos mais precisos no Maranhão. Mas o maior conforto que pode haver é que nós precisamos efetivamente dessas 2 refinarias, e precisamos delas para ontem.

Bom. Eu acho que passei por várias respostas aqui que são de fato coincidentes.

Com relação às responsabilidades de prejuízos por Pasadena, foram chamadas por mais de um dos senhores as questões relativas à Lei das Sociedades



Anônimas. É perfeito! A PETROBRAS não investe para obter resultados negativos. Tivemos resultados negativos, por exemplo, na minha área, a de gás e energia, durante muitos anos. Revertemos, já viramos esse resultado. Sabemos que podemos ter um resultado melhor de Pasadena nos últimos 3 meses por conta do óleo não convencional, que é um óleo levíssimo, possui 40 Graus API. Essa refinaria vem dando resultados para nós.

Mas, independente disso, a ansiedade para que possamos fazer uma Pasadena melhor existe. A apuração do risco é feita. Nós temos uma gerência na PETROBRAS que faz análise de risco. Cada área tem a sua gerência de análise de risco. Contudo, se existem práticas que não são práticas do negócio e que levaram à perda do resultado, a Comissão da PETROBRAS vai fazer sua conclusão, vai encaminhar

Cada área tem a sua gerência de análise de risco. Contudo, se existem práticas que não são práticas do negócio e que levaram à perda do resultado, a Comissão da PETROBRAS vai fazer sua conclusão, vai encaminhar aos órgãos de controle para que eles tomem as providências. Se houver evidências de mal-uso do conhecimento, se houver evidências de qualquer não conformidade, os empregados responsáveis certamente serão chamados a responder pelas suas ações.

Agradeço a V.Exas. pela atenção e dizer que é intenso o trabalho de uma Presidente da PETROBRAS. É intenso o trabalho de uma diretora da área internacional, porque sou a Diretora Internacional da PETROBRAS, mas é meu dever vir aqui explicar o dia a dia de uma companhia que tenho tanto orgulho de pertencer há 35 anos. Tenho certeza de que os empregados da PETROBRAS que assistem a mim estão comigo, estão com a Diretoria da PETROBRAS e estão satisfeitos com os esclarecimentos que foram possíveis passar-lhes; agradeço ao Sr. Presidente da Mesa; agradeço ao Sr. Secretário, que está aqui nos auxiliando; agradeço a todos os Parlamentares; a todos os repórteres, a todos os presentes, pela atenção. Muito obrigado em nome de todos nós da PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, não teremos réplica, regimentalmente falando?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Benedet) - O Presidente havia combinado que iríamos encerrar a sessão às 14h30min. São 14h50min, e não temos



mais condições de continuar. Peço à PETROBRAS que mande as demais respostas para as Comissões respectivas.

O SR. DEPUTADO IZALCI - E ela não respondeu às perguntas colocadas na réplica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Benedet) - Antes de encerrar a sessão, peço aos Srs. Deputados algo mais.

Submeto à discussão e à aprovação a ata da reunião conjunta, por que não vamos ter oportunidade...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Benedet) - Dispensada a leitura da ata, submeto-a a aprovação. (*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, eu gostaria que ficasse registrado em ata que não tive a resposta do que perguntei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Benedet) - Isso estará registrado em ata, Sr. Deputado Izalci.

Submeto a ata à votação.

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam sentados. (*Pausa.*)

Todos concordam com a ata? Então, não havendo manifestação contrária, está aprovada a ata.

Está encerrada a reunião conjunta das Comissões.

Muito obrigado.